

infância na mídia

a criança e
o adolescente
no olhar da
imprensa brasileira

Relatório 2003/2004

Realização

Apoio



SUMÁRIO

- 3 APRESENTAÇÃO – De olho na realidade
- 4 RESUMO EXECUTIVO – Pauta para novos tempos
- 8 RANKING – Mais e melhor?
- 1 7 DIVERSIDADE – Mídia pelo desenvolvimento
- 2 9 TEMAS ABORDADOS – O social na pauta da imprensa
- 3 9 VIOLÊNCIA – Retratos da desigualdade
- 4 4 FOCO NO ESTATUTO – Por uma perspectiva mais legal
- 4 8 FONTES CONSULTADAS – Concerto de poucas vozes
- 5 2 REVISTAS – Pautas leves limitam enfoque no social

A imagem da capa é de autoria da fotógrafa Mila Petrillo, Jornalista Amiga da Criança. São dela também diversas das demais fotos que ilustram as páginas desta publicação (veja relação na p. 56).



DE OLHO NA REALIDADE

No contexto das sociedades contemporâneas, os meios de comunicação de massa desempenham papel central no que se refere ao agendamento do debate público. Ao contrário do que se poderia imaginar, porém, o reconhecimento desse fato coloca imensa responsabilidade não apenas sobre os ombros da mídia. Ao mesmo tempo, e em igual dimensão, impõe aos demais atores da cena democrática a missão de cuidar para que tal poder seja exercido, primordialmente, com vistas ao interesse coletivo.

Esse processo se torna muito mais desafiador quando analisado a partir da perspectiva de um país em desenvolvimento. Em um panorama como o brasileiro, é imprescindível que as discussões em torno do direito a uma informação de qualidade progredam para além dos limites que têm sido historicamente privilegiados. Nos falta aprofundar, por exemplo, as reflexões sobre o que, na ausência de melhor rótulo, vem sendo chamado de “responsabilidade social da mídia”.

Entre os tantos fatores que contribuíram para a manutenção desse debate em território conceitualmente restrito, ao menos três merecem especial atenção: a antiga inclinação de uma parcela significativa dos meios de comunicação brasileiros a práticas clientelistas, as décadas de autoritarismo impostas pelo regime militar e os recen-

tes anos de ideologia globalizadora pautados pelo neoliberalismo. Não é de se estranhar, portanto, que o cenário atual de nossa imprensa termine refletindo um paradoxo: se, de um lado, as redações destacam-se como celeiros de profissionais brilhantes; de outro, costumam apresentar preocupantes limitações em relação tanto ao nível de prioridade dedicado à agenda social brasileira quanto à qualidade da cobertura dos eixos estratégicos dessa agenda.

Isso não significa, por certo, que não haja avanços. Esta nova edição do relatório **Infância na Mídia** é prova do tratamento consistente que a mídia impressa, nos últimos anos, começa a oferecer às temáticas relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes. Mais do que isso, registra também sinais de que uma abordagem sistêmica dos problemas nacionais, inspirada pela ótica do Desenvolvimento Humano, segue encontrando ecos na prática jornalística cotidiana.

O diagnóstico que a ANDI agora traz a público, focalizando os anos de 2003 e 2004, demonstra, portanto, a tendência de fortalecimento de uma cobertura mais plural e contextualizada. Os dados expostos nas próximas páginas, de maneira geral, apresentam melhores marcas do que aquelas relativas aos períodos anteriormente analisados. São claros indicadores de que este panorama promissor pode continuar a evoluir ■

Veet Vivarta / Marcus Fuchs

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância



PAUTA PARA NOVOS TEMPOS

A chegada de Lula à Presidência impulsionou a imprensa a acompanhar as políticas sociais. Uma das conseqüências foi o aumento da cobertura focada nos direitos das crianças e adolescentes

A presença do ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República provocou uma nova perspectiva na cobertura dos fatos gerados pelo Governo Federal. Empenhada, nos últimos 20 anos, em acompanhar a vida econômica do País, cobrindo as diversas e sucessivas tentativas de combate à inflação e de manutenção do equilíbrio das contas públicas, a imprensa se viu diante de outra realidade.

A ascensão de um partido como o PT, tradicionalmente inclinado aos interesses sociais, gerou ampla expectativa em torno de temas antes negligenciados, como fome e pobreza. Isso acabou fortalecendo a pauta social nos meios de comunicação. Assim, ao mesmo tempo em que se ocupava com as oscilações do dólar, dos juros e do Risco Brasil, a mídia abria maior espaço, embora ainda distante de um cenário ideal, para acompanhar a execução das Políticas Públicas sociais do novo governo.

É fato que o quadro mudou no decorrer de 2004, segundo ano da gestão Lula, quando à expectativa de implementação dos programas oficiais se seguiu uma frustração – da população e também da própria imprensa – diante da ausência de efeitos práticos em larga escala. Mas a essa

altura a mídia já estava, felizmente, influenciada por uma agenda que não se restringia aos ministérios da área econômica e ao Banco Central. Manteve, assim, o interesse em acompanhar as ações do governo Lula na esfera social, ainda que para criticar sinais de inoperância ou cobrar resultados, como em relação ao Programa Fome Zero, por exemplo. E a cobertura da temática social se manteve em alta mesmo diante do primeiro escândalo da Era Lula, o caso Waldomiro Diniz, que durante meses do primeiro semestre de 2004 consumiu boa parte do espaço editorial dos jornais brasileiros.

A cobertura de assuntos relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes foi claramente beneficiada por esse novo contexto. O monitoramento realizado anualmente pela ANDI com 50 diários demonstra um crescimento de 19,47% no número de matérias veiculadas, passando de 88.605, em 2002, para 105.853, em 2003. Comparando-se ainda esses 50 jornais, o aumento de 2003 para 2004 foi de 31,07%, sendo registradas 138.747 notícias. Se incluirmos os quatro jornais que começaram a ser monitorados em 2003, o total de notícias sobe para 115.148. Ao acrescentarmos os seis diários acompanhados a partir de 2004, o número pula para 159.693. É um resultado bastante po-

EVOLUÇÃO DA COBERTURA SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Período	Número de inserções: jornais e revistas	Número total de jornais pesquisados	Número total de revistas pesquisadas	Evolução do número de inserções para os 45 jornais em comum	Aumento percentual do número de inserções para os 45 jornais em comum, a cada ano
1996	10.700	55	-	10.540	-
1997	16.740	50	7	14.105	33,82%
1998	27.114	51	9	23.061	63,50%
1999	48.639	48	8	44.919	94,78%
2000	64.396	50	8	59.243	31,89%
2001	76.928	49	10	72.580	22,51%
2002	93.581	50	10	86.231	18,81%
2003	115.869	54	10	102.264	18,59%
2004	161.706	60	10	131.617	28,70%
CRESCIMENTO TOTAL NO PERÍODO DE 1996 A 2004 (45 JORNAIS EM COMUM)					1.148,74%

É importante observar que, durante estes anos em que a ANDI vem monitorando diariamente a publicação de notícias sobre infância e adolescência, o sistema de clippagem e classificação foi alvo de revisões regulares. O desenvolvimento de uma metodologia capaz de radiografar a própria evolução da cobertura jornalística consiste em um processo no qual os procedimentos aplicados vêm regularmente contando com o feedback das redações, com sugestões de consultores e parceiros da ANDI e com a leitura crítica de nossa equipe de Monitoramento e Estatística.

sitivo, se comparado principalmente à evolução verificada entre 2001 e 2002, de apenas 16,62%.

Critérios de qualidade

Em 2003, em meio a uma crise que provocou novo enxugamento de redações, os jornais monitorados pela ANDI mantiveram-se praticamente estáveis em relação ao ano anterior quanto à qualidade da cobertura, com algumas pequenas oscilações em setores específicos.

A análise especial realizada, pelo segundo ano consecutivo, para verificar quesitos qualitativos relacionados ao tratamento editorial dedicado aos assuntos da infância e adolescência, registrou uma queda de 1,49% na média geral dos jornais analisados, em relação a 2002. O resultado da média ponderada passou de 0,1142 para 0,1125. Dos dez melhores colocados no *ranking* anterior, seis mantiveram-se no mesmo grupo em 2003. Para executar a análise, a ANDI utiliza um conjunto de 18 parâmetros quanti-qualitativos, aplicados às notícias pesquisadas. Vale destacar que essa edição do relatório **Infância na Mídia** não publica o *ranking* dos jornais em 2004, visto que, ao longo do ano, a ferramenta de avaliação passou por um processo de atualização e aprimoramento realizado pela equipe de Monitoramento de Mídia da ANDI.

Violência

No campo da Violência, embora o número de matérias tenha crescido de 2002 a 2004, a participação do assunto com relação ao total dos temas esteve em queda. O ano de 2003 foi marcado pelo acirramento das chamadas guerras do tráfico nas grandes cidades, fenôme-

no que vem vitimando cada vez mais crianças e adolescentes envolvidos, direta ou indiretamente. A morte do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em novembro de 2003, reacendeu a cíclica polêmica em torno da maioridade penal. Porém, a ocorrência de tais fatos não representou um crescimento da cobertura dos temas de Violência proporcional ao aumento geral do número de notícias. No mesmo universo de comparação, de 50 jornais, tendo como referência 2002, a quantidade de matérias sobre o assunto subiu 9,17%, enquanto o total de textos sobre infância e adolescência registrou um crescimento da ordem de 19,47%. Já em 2004, o espaço para matérias sobre Violência cresceu 17,24%, abaixo da evolução geral, que foi de 31,07%. Isso sinaliza que a imprensa pode estar começando a desenvolver maior critério na abordagem das temáticas associadas ao fenômeno da Violência.

O Estatuto e as redações

Uma outra novidade apresentada no atual relatório **Infância na Mídia** é o resultado de pesquisa inédita, realizada com base na produção jornalística de 2004 pelas dez Agências que, juntamente com a ANDI, integram a Rede ANDI Brasil. O objetivo do estudo era avaliar de que forma o Estatuto da Criança e do Adolescente, às vésperas de completar 15 anos, repercutia no âmbito da imprensa. Principal conclusão: 1,35% dos textos avaliados mencionavam o ECA e, em geral, de forma superficial.

O trabalho consistiu no monitoramento de 54 jornais de dez estados brasileiros, com base na análise de mais de 1.400 textos jornalísticos, entre matérias, colunas,

artigos e editoriais. Desse total, apenas 20% mencionaram o ECA com mais profundidade e trouxeram certa reflexão sobre sua função e importância. O Estatuto foi citado, em grande parte, nos textos ligados de alguma forma à Violência, às Medidas Sócio-Educativas ou a temas sobre Direitos & Justiça.

Conteúdo pouco divulgado

Com base nos números obtidos pelas Agências da Rede ANDI Brasil, é possível concluir que a imprensa tem

contribuído de forma limitada para divulgar o conteúdo do ECA e o que ele representa para a sociedade.

O monitoramento anual realizado pela ANDI em 60 jornais também constatou que a presença do Estatuto no noticiário nacional foi bastante reduzida, tanto em 2003 como em 2004. No primeiro ano, apenas 1,29% das matérias sobre infância e adolescência fizeram alguma menção à legislação. Em 2004, esse índice subiu para 1,54% dos textos pesquisados, dado que, embora positivo, não altera de forma significativa a realidade da cobertura.

O MERCADO DE COMUNICAÇÃO EM CRISE

Se tomarmos por base o tamanho da dívida financeira acumulada pelas empresas de comunicação brasileiras, podemos concluir que, ao final de 2003, o cenário era desolador. "Nunca vi a mídia tão endividada", declarou em uma entrevista ao Portal AOL, no mês de outubro, Luiz Frias, proprietário do Grupo Folha da Manhã (*Folha de S. Paulo*, *Portal UOL*, *Valor Econômico*, entre outros). A crise, gerada nos últimos anos graças à desvalorização do real e à diversificação de negócios, e que em fevereiro de 2004 indicava um déficit de R\$ 10 bilhões, atingia a todos: revistas, jornais, rádios, emissoras de televisão e portais da Internet. A Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) estima que em 2002 e 2003 pelo menos 17 mil profissionais foram demitidos das redações do País.

A estagnação da economia em 2003, as altas taxas de juros e a restrição orçamentária exercida pela União frearam os investimentos das forças produtivas e os gastos dos consumidores. Os anúncios publicitários foram fortemente canalizados para a mídia televisiva e para os veículos ou programas de maior audiência.

Diante deste cenário, os grandes grupos de comunicação chegaram a negociar a concessão de um empréstimo para o setor por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas desistiram do processo porque as condições para a obtenção do crédito eram inferiores às oferecidas aos demais setores da economia. Além disso, havia o risco de que tal socorro financeiro comprometesse a independência editorial dos veículos, principalmente na cobertura política.

No auge da crise, grupos como Abril, Globo, Estado e Folha terminaram por encontrar caminhos próprios para o saneamento das dívidas. Alguns recorreram a consultorias financeiras para reorganizar a estrutura e o caixa das empresas. No segundo semestre de 2004 surgiram sinais de recuperação, embora tímidos. Com o aquecimento da economia sinalizado, pode-se esperar tempos melhores para a imprensa.

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A ANDI divulga neste relatório os resultados de um levantamento inédito, sobre a presença de um conjunto de 11 critérios relacionados ao conceito de Desenvolvimento Humano (DH) nos textos veiculados pela mídia impressa brasileira. A nova metodologia, desenvolvida com o apoio do Instituto Ayrton Senna, parte do princípio de que, mais do que nunca, torna-se indispensável atrelar as estratégias de fortalecimento econômico das nações a suas demandas sociais. O panorama brasileiro contemporâneo é uma prova incontestável de que não encontra sustentação concreta a velha tese de que um país deve priorizar a expansão econômica para depois distribuir riquezas.

A mudança de paradigma, no entanto, ainda encontra resistências por parte de gestores públicos e atores sociais, o que dificulta a sua assimilação pelos profissionais de imprensa. Embora os jornalistas tenham dado atenção aos temas priorizados pela agenda pública impulsionada pelo governo Lula, os resultados do levantamento mostram que a perspectiva de Desenvolvimento Humano ainda está pouco incorporada ao cotidiano das redações. Em 63,4% dos textos veiculados pelos 54 jornais pesquisados em 2003, nenhum dos critérios de DH utilizados pela nova metodologia foi mencionado. Apenas 9,5% das matérias relacionam duas ou mais temáticas de DH, e outras 9,5% apresentam pautas mais aprofundadas.

Numa primeira observação, o resultado do levantamento parece preocupante. Mas pode ser encarado de uma forma positiva, como um sinal de que se inicia um amadurecimento da imprensa para um tema complexo como o dos indicadores de Desenvolvimento Humano. Vale lembrar que esse assunto – assim como uma série de outros cenários para o enfrentamento da desigualdade e da exclusão social que ferem tão gravemente o País – ainda está ausente dos programas acadêmicos dos cursos de comunicação.

Políticas Governamentais

Nesta edição do relatório **Infância na Mídia**, a ANDI passa também a utilizar em suas análises sobre o comportamento editorial da mídia impressa um recorte avaliativo denominado Políticas Públicas Governamentais. São consideradas aqui aquelas ações elaboradas e executadas pelo Estado, em um contexto estratégico de governança, apresentando metas de execução e de impacto social definidas. São políticas que têm como finalidade obter, de forma direta ou indireta, a inclusão social das crianças e adolescentes brasileiros.

Em cada matéria do universo avaliado nos dois últimos anos, independentemente do tema, procurou-se observar se o profissional de imprensa tentou estabelecer conexões entre o assunto abordado e as ações dos Gover-

nos Federal, Estadual ou Municipal. A ideia é monitorar o quanto os jornalistas estão preocupados em mostrar os fatos de maneira contextualizada, contribuindo com o debate público capaz de mobilizar a sociedade para o acompanhamento de Políticas Públicas.

Revistas

Em relação às dez revistas acompanhadas pela ANDI, o número de páginas dedicadas ao universo infanto-juvenil caiu entre 2002 e 2003. Esse movimento de queda já havia sido observado anteriormente, mas ganhou força, culminando em uma redução de 29,04% no número total de textos publicados em 2003. No entanto, em 2004 a cobertura deu um salto, recuperando grande parte do espaço perdido. Em relação a 2002, a evolução foi de 96,75% ■

METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DA MÍDIA

A ANDI monitora o comportamento editorial da mídia impressa nacional desde 1996, tendo desenvolvido para isso uma metodologia própria que vem sendo aprimorada ano a ano. Ao todo, hoje são acompanhados diariamente pela Agência 58 jornais, além de dez das mais importantes revistas do País. Desde 2000, a Rede ANDI Brasil opera acompanhamento similar focalizado nos principais jornais dos dez estados onde atuam suas outras Agências.

Dos veículos monitorados, são selecionados os textos ligados direta ou indiretamente a aspectos do universo infanto-juvenil. O passo seguinte é a classificação desses textos. Cada um deles é lido, segundo parâmetros de análise de conteúdo, e depois é indexado em um banco de dados eletrônico de fácil acesso – o que permite diversos levantamentos sobre a participação dos temas relacionados aos direitos da criança e do adolescente na pauta nacional.

Análise de conteúdo

A ANDI e a Rede ANDI utilizam o método de análise de conteúdo para avaliar distintos aspectos desta cobertura editorial. Todas as notícias sobre o universo infanto-juvenil, com exceção daquelas veiculadas em suplementos de jornais e em revistas dirigidas especialmente para esses públicos, são classificadas quanto ao seu assunto principal. Assim, é possível saber o total de matérias sobre cada um desses temas.

As notícias também são avaliadas por parâmetros quantitativos mais sofisticados. A cada texto é aplicado um questionário, criado com o objetivo de possibilitar o conhecimento sobre o grau de comprometimento da matéria com a garantia de direitos de crianças e adolescentes. As perguntas abordam itens

como a menção de legislação específica, de políticas públicas e de diferentes fontes de informação.

Novos critérios e veículos

O contínuo processo de aperfeiçoamento da metodologia utilizada pela ANDI e a ampliação do universo de veículos analisados se estendeu a 2003 e 2004.

No monitoramento de 2002, as notícias clipadas eram classificadas em 21 temáticas. Na análise de 2003, o assunto Medidas de Reinserção Social passou a ser computado separadamente de Direitos & Justiça, sendo trabalhados, portanto, 22 temas. Já em 2004, mais dois foram incluídos: Migração & Deslocamento e Sexualidade, contabilizando ao todo 24 temas.

Em 2003 foram ainda incluídos quatro jornais importantes em suas regiões – *Correio do Povo* (RS), *O Tempo* (MG), *Correio do Estado* (MS) e *Folha do Povo* (MS) – totalizando 54 diários acompanhados. Já em 2004, sete novos jornais passaram a fazer parte da análise – *O Rio Branco* (AC), *Diário do Amapá* (AP), *Jornal do Dia* (AP), *Folha Popular* (TO), *Brasil Norte* (RR), *Folha de Boa Vista* (RR) e *Diário da Manhã* (GO), enquanto o jornal *Diário da Tarde* (MG) deixou de ser monitorado. Ao todo, no ano de 2004, 60 jornais foram avaliados, contemplando as 27 unidades federativas do País.

Em função da diferença no número de jornais, é fundamental ter em mente, ao longo dos próximos capítulos, que para a construção de comparações numéricas entre o universo de anos diferentes, utilizou-se apenas os 50 jornais em comum monitorados de 2002 a 2004. Quando a comparação foi feita somente entre 2003 e 2004 estiveram em foco 54 veículos em comum. Os textos de análise assinalam estas particularidades.



MAIS E MELHOR?

Crescimento do número de textos sobre assuntos relacionados à infância e adolescência não implicou necessariamente no aumento da qualidade da cobertura em 2003

Neste capítulo, a ANDI volta a apresentar, a exemplo do que ocorreu na edição anterior do relatório **Infância na Mídia**, os resultados de uma análise qualitativa da cobertura de assuntos relacionados ao universo infanto-juvenil realizada pelos principais jornais brasileiros.

Entre 1996 e 2001, o monitoramento anual englobava apenas a quantidade de matérias veiculadas por cada diário. Por meio de uma metodologia elaborada pela área de estatística da Agência, com a colaboração de especialistas convidados, em 2002 os textos foram avaliados, também, quanto a uma série de aspectos capazes de contribuir para um diagnóstico mais abrangente da proposta editorial dos veículos. Técnicas investigativas empregadas, pluralidade de fontes, questões de Diversidade (Gênero, Raça/Etnia) e menções ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estão entre os itens analisados.

Além deste tipo de critério, o grau de compromisso dos jornais com os interesses de crianças e adolescentes entra em foco. Foram contabilizados pontos, por exemplo, para aqueles que mantêm suplementos infantis ou juvenis e Colunas de Consulta (espaços onde especialistas respondem às dúvidas enviadas por leitores). No total, 18

conceitos quanti-qualitativos são aplicados a cada uma das notícias da amostragem em foco, por meio de uma complexa equação (veja mais sobre os 18 critérios nas páginas 16 e 17).

Os dados que discutimos nas próximas páginas correspondem a 2003. Hoje, a ANDI está em processo de atualização e aprimoramento desta ferramenta de avaliação, pautada pelas possibilidades de novos ângulos qualitativos de leitura disponibilizados a partir da nova metodologia de acompanhamento cotidiano dos meios impressos aplicada por sua Coordenação de Monitoramento e Estatística. Dessa maneira, o *ranking* voltará a ser aplicado sobre o universo dos textos sobre infância e adolescência veiculados ao longo de 2005 (leia mais sobre lógica de desenvolvimento deste tipo de instrumento qualitativo na página a seguir).

Em 2003, 9.314 matérias integraram a amostragem extraída por meio da metodologia do Mês Composto (leia mais sobre o processo de pesquisa na página a seguir). A pontuação média dos jornais analisados foi 0,88% menor do que em 2002: caiu de 0,1142 para 0,1132. Apesar da pequena queda, os veículos demonstraram maturidade,

desempenhando seu papel de formadores de opinião no que diz respeito à infância e juventude, mantendo padrões mínimos de eficiência.

Isso é fundamental no processo de consolidação e aperfeiçoamento democrático. Quando um assunto é tratado pelo noticiário, ganha dimensões políticas maiores do que se estivesse sendo conduzido sem visibilidade. Na medida em que os meios de comunicação deixam de refletir sobre as condições de vida dos cidadãos, por meio da multiplicidade de temas e pontos de vista, cresce o risco de que os avanços sociais construídos nos anos recentes acabem vulnerabilizados.

Processo de avaliação

Avaliar a qualidade da cobertura jornalística é uma tarefa complexa, pois deve-se levar em consideração o alto grau de volatilidade do segmento editorial, determinado por três fatores: a agenda factual cotidiana, a intensa rotatividade dos profissionais nas redações e as decisões editoriais tomadas pelas empresas de comunicação, de acordo, por exemplo, com o quadro de sustentabilidade financeira.

Outro ponto importante a ser levado em conta quando buscamos compreender os resultados de 2003 refere-se ao aprimoramento dos parâmetros de medição. Foram alteradas cinco variáveis das 28 que compõem os 18 conceitos analisados, em relação ao *ranking* anterior. Porém, procurou-se buscar formas de compensar distorções estatísticas que pudessem desvirtuar os resultados e a possibilidade de analogia entre os dados. A pequena variação entre a nova versão do *ranking* e o de 2002 é um indicador de que o efeito comparativo foi mantido.

A CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA DE ANÁLISE

O *ranking* de 2003 foi elaborado por meio da metodologia do Mês Composto – modelo que consiste na construção de um mês com 31 dias escolhidos aleatoriamente durante o ano, observando-se a representatividade do período. No entanto, alguns dos parâmetros utilizados no levantamento referem-se ao universo total de matérias pesquisadas pela ANDI em 2003.

O procedimento adotado para o desenvolvimento da análise foi constituído pelos seguintes passos:

- Definição das variáveis a serem estudadas, com alterações em relação ao *ranking* de 2002. Deixaram de ser averiguados itens como posicionamento nas primeiras páginas dos jornais e cobertura dos temas Abuso & Exploração Sexual. Passaram a ser analisados: citação de políticas públicas, pluralidade de opiniões, apresentação de mais de dois aspectos de Desenvolvimento Humano, menção a causas de problemas sociais e ocorrência de dados estatísticos.

2002

50 jornais
88.695 textos
Média ponderada: 0,1142

2003

54 jornais
115.148 textos
Média ponderada: 0,1132

- As variáveis escolhidas foram mensuradas. Para se chegar aos valores finais de cada veículo, foram utilizados dois meios de coleta de dados: aplicação do conjunto de conceitos às notícias que compõem o Mês Composto e levantamento de informações gerais sobre o comportamento editorial dos veículos.
- Após a obtenção de valores para cada variável, foram atribuídos a elas pesos correspondentes ao seu nível de relevância para o sistema de garantias dos direitos das crianças e adolescentes, com variações 1, 2 e 4.
- Para padronizar a base de dados e, para que nenhuma variável gerasse distorções na fórmula de cálculo do *ranking*, os valores foram divididos, quando necessário, por um número tal que o resultado final fosse sempre igual ou inferior a 1.
- Foi feito, então, o cálculo da média ponderada final de cada veículo.

APRIMORANDO O INSTRUMENTO DE DIÁLOGO COM OS MEIOS

Parece claro que o objetivo das Nações Unidas ao desenvolver um elemento comparativo como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) não é estimular uma disputa pura e simples entre os países avaliados. Da mesma forma, a elaboração, pela ANDI, de um *ranking* que busca analisar a cobertura do universo infanto-juvenil realizada pela mídia impressa nacional não visa estabelecer uma competição entre os veículos monitorados. Neste sentido, poderíamos dizer que tal tipo de estratégia não pode ser um fim em si mesmo; ou seja, não basta olhar as pontuações finais e produzir comentários sobre elas. O horizonte a ser alcançado é muito mais amplo.

O investimento realizado pela ANDI para a elaboração de dois *rankings* complexos de avaliação e mensuração da qualidade da cobertura sobre temas relevantes para crianças e adolescentes – um voltado para os grandes jornais do País e outro para a chamada Mídia Jovem – tem como fim a elaboração de um instrumento pedagógico de diálogo com veículos, jornalistas e fontes de informação. As quase duas dezenas de categorias que compõem a fórmula responsável por gerar o resultado final são importantes elementos, pontuais e institucionais, de construção de uma abordagem editorial de qualidade acerca de uma das principais questões da agenda social brasileira.

Portanto, o trabalho prioritário da ANDI é o de aperfeiçoamento desta ferramenta de diálogo. O lançamento da primeira edição do *ranking* e as conseqüentes críticas construtivas a ele feitas, a própria evolução do trabalho da imprensa e a transformação de aspectos relevantes da agenda pública brasileira, dentre outros fatores, demandam um instrumento de mensuração do trabalho jornalístico que consiga captar tendências mais específicas e conectadas a estes novos cenários.

Vale ter em mente os princípios que nortearam a construção da ferramenta até o momento: a identificação da presença de informação plural e divergente, contextualizada, portadora de denúncias e soluções, atenta às Políticas Públicas para o setor, envolvida em um ambiente institucional e empresarial que reconheça a importância da agenda da infância.

O relatório **Infância na Mídia** não publica, na presente edição, o *ranking* que traria a “mensuração” da qualidade da cobertura jornalística no ano de 2004. A Coordenação de Monitoramento e Estatística da ANDI, responsável pelas informações que viabilizam a estruturação do sistema de classificação quanti-qualitativo, dedicou o segundo semestre de 2004, ao aprimoramento das categorias e variáveis que, potencialmente, constituirão a fórmula a ser aplicada aos textos veiculados em 2005, base para o *ranking* que deverá ser publicado em 2006.

OS PRIMEIROS COLOCADOS

Os dez jornais mais bem colocados no *ranking* de 2003 apresentaram comportamento similar no que diz respeito à defesa dos direitos da criança e do adolescente. Todos mantiveram suplementos voltados para adolescentes e oito deles investiram em cadernos destinados a crianças. Os sete primeiros cobriram com qualidade acima da média geral os assuntos de Violência. Ainda, sete veículos disponibilizaram Colunas de Consulta em suas páginas, um importante instrumento de participação dos leitores.

São números elevados, se comparados com a média geral verificada na análise. Dos 54 jornais monitorados pela ANDI em 2003, 19 (35,2%) possuíam cadernos infantis e outros 19 (35,2%), suplementos juvenis – é possível que um jornal invista nos dois tipos de suplemento. Além disso, 12 (22,22%) mantinham espaço para consultas e 20 (37,04%) garantiram qualidade acima da média, ou seja, mostravam-se jornalisticamente melhores e mais consistentes. Vale ressaltar, ainda, que os dez melhores colocados contavam com índices acima da média geral em dez das 15 variáveis para as quais era possível aplicar este tipo de comparação.

Ainda que mudando de posição, seis veículos mantiveram-se entre os dez primeiros em 2002 e 2003. Já os jornais *O Povo*-CE, *A Gazeta*-MT, *A Notícia*-SC e o *Jornal de Brasília* deram lugar a *O Globo*, *Hoje em Dia*-MG, *Zero Hora*-RS e *Meio Norte*-PI.

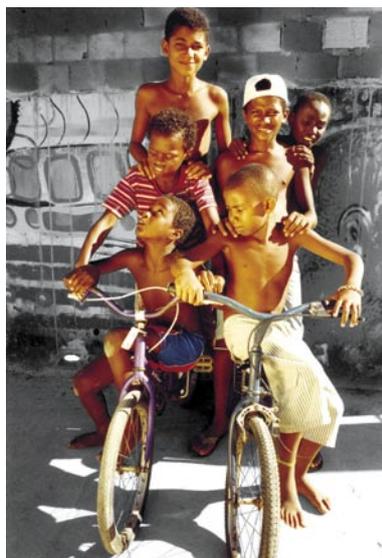
Em 2002, quando ocupou o primeiro lugar no *ranking*, o *Correio Braziliense* obteve bons índices de fontes ouvidas e investiu em pautas com Busca de Soluções. Foi também o jornal que, durante o ano, abriu mais espaço para Denúncias em editoriais. Além disso, não descuidou do compromisso com uma leitura direcionada especialmente para crianças e adolescentes e manteve suplementos específicos para esses públicos. O fato de ter caído para o terceiro lugar em 2003 não se deveu, contudo, à diminuição de qualidade. O periódico manteve um comportamento editorial destacado, constatação que pode ser facilmente verificada pela pequena variação nas médias ponderadas dos dois anos. A queda de posições pode ser explicada pelo avanço dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* no período.

A *Folha de S. Paulo*, que em 2002 estava em oitavo lugar, passou para o topo do *ranking* em 2003. As principais razões para isso são: seus repórteres e editores aprimoraram a investigação de Denúncias, apontaram mais soluções para os problemas e ampliaram o leque de fontes ouvidas. O *Folhateen*, suplemento juvenil, influenciou o resultado, com a melhora de sua qualidade

RANKING QUANTI-QUALITATIVO 2003

POSICÃO	JORNAL	MÉDIA PONDERADA	POSICÃO EM 2002	MÉDIA PONDERADA EM 2002	POSICÃO	JORNAL	MÉDIA PONDERADA	POSICÃO EM 2002	MÉDIA PONDERADA EM 2002
1º	Folha de S. Paulo	0,2292	8º	0,1657	28º	Jornal do Comercio - PE	0,1044	21º	0,1243
2º	O Globo - RJ	0,2204	12º	0,1465	29º	O Norte - PB	0,1033	47º	0,0391
3º	Correio Braziliense	0,2203	1º	0,2239	30º	Diário do Pará	0,1014	48º	0,0362
4º	Estado de Minas	0,1799	5º	0,1833	31º	Folha do Povo - MS*	0,1012	-	-
5º	Hoje em Dia - MG	0,1739	13º	0,1406	32º	O Tempo - MG*	0,1011	-	-
6º	Zero Hora - RS	0,1719	23º	0,1166	33º	Diário do Nordeste - CE	0,0996	20º	0,1263
7º	A Tarde - BA	0,1690	2º	0,2070	34º	Correio de Sergipe	0,0982	34º	0,0928
8º	Meio Norte - PI	0,1677	11º	0,1468	35º	Jornal da Cidade - SE	0,0982	32º	0,0993
9º	Gazeta do Povo - PR	0,1632	4º	0,1921	36º	Jornal do Tocantins	0,0943	24º	0,1151
10º	O Popular - GO	0,1512	6º	0,1757	37º	Correio do Estado - MS*	0,0904	-	-
11º	A Gazeta - MT	0,1491	7º	0,1713	38º	Tribuna do Norte - RN	0,0855	44º	0,0512
12º	O Povo - CE	0,1439	3º	0,2054	39º	O Dia - RJ	0,0846	33º	0,0966
13º	O Liberal - PA	0,1414	37º	0,0845	40º	Tribuna de Alagoas	0,0818	26º	0,1132
14º	O Imparcial - MA	0,1409	28º	0,1061	41º	Diário Catarinense	0,0792	15º	0,1378
15º	A Notícia - SC	0,1396	9º	0,1511	42º	Diário de Cuiabá - MT	0,0765	17º	0,1316
16º	O Dia - PI	0,1385	41º	0,0769	43º	Jornal de Brasília	0,0764	10º	0,1494
17º	O Estado de S. Paulo	0,1380	16º	0,1359	44º	Folha de Londrina - PR	0,0728	29º	0,1054
18º	Correio da Paraíba	0,1291	39º	0,0808	45º	Diário de Pernambuco	0,0689	35º	0,0926
19º	O Estado do Maranhão	0,1209	25º	0,1141	46º	O Estadão do Norte - RO	0,0656	45º	0,0476
20º	A Gazeta - ES	0,1206	14º	0,1398	47º	Tribuna da Bahia	0,0654	43º	0,0698
21º	Jornal do Brasil - RJ	0,1148	42º	0,0761	48º	Diário de S. Paulo	0,0650	22º	0,1227
22º	Correio da Bahia	0,1087	19º	0,1289	49º	A Gazeta - AC	0,0644	46º	0,0431
23º	Diário de Natal - RN	0,1085	27º	0,1120	50º	Valor Econômico - SP	0,0637	49º	0,0316
24º	Gazeta de Alagoas	0,1078	31º	0,0997	51º	Diário da Amazônia - RO	0,0613	36º	0,0853
25º	A Crítica - AM	0,1071	18º	0,1308	52º	Diário da Tarde - MG	0,0505	38º	0,0812
26º	Jornal da Tarde - SP	0,1068	30º	0,1045	53º	Correio do Povo - RS*	0,0499	-	-
27º	Folha do Estado - MT	0,1063	40º	0,0798	54º	Gazeta Mercantil - SP	0,0394	50º	0,0215

*Estes veículos passaram a ser monitorados pela ANDI em 2003.



técnica. O caderno deu mais voz à família, aos protagonistas juvenis e aos especialistas. Vale lembrar que a *Folha* fez mudanças profundas na redação, entre 2003 e 2004, com rodízio de equipes e troca de cadeiras em postos-chaves. Será interessante observar o impacto disso no desempenho do jornal no *ranking* a ser veiculado ano que vem, ou seja, o quanto a agenda da infância é parte da cultura editorial do jornal ou depende primordialmente do perfil de determinados profissionais.

Ocupando o segundo lugar, *O Globo* demonstrou o fortalecimento de uma cobertura centrada no social, que começou a tomar forma em 2001. Desde aquele ano, com a publicação da série de reportagens *Retratos do Rio*, o jornal vinha se destacando na veiculação de suplementos especiais sobre temas de relevância, pautados pela ótica do Desenvolvimento Humano. A série coordenada pela editora Flávia Oliveira utilizou o *Relatório de Desenvolvimento Humano*, do Pnud, para fazer um raio-X dos bairros cariocas, mostrando desigualdades que podiam ser identificadas também em outras regiões do País. Com isso, o jornal obteve vários reconhecimentos, entre os quais o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo. Em 2002, o veículo adotou uma postura mais factual e de menor contextualização, principalmente na cobertura da Violência, influenciado pelo assassinato do jornalista Tim Lopes. Naquele ano, *O Globo* ficou na 12ª posição no *Ranking Qualitativo*. O salto para a segunda posição, em 2003, foi motivado principalmente pela valorização das questões relativas à Diversidade (Raça/Etnia), além de um tratamento mais aprofundado das temáticas de Violência.

O desempenho do *Zero Hora*-RS também foi exemplar em relação aos temas da infância e adolescência. O jornal passou da 23ª para a 6ª posição, com qualidade acima da média em quase todos os parâmetros analisados em 2003. Além disso, investiu na criação de um suplemento juvenil, manteve Coluna de Consulta e realizou uma cobertura consistente de causas, efeitos e soluções para a Violência.

Ênfase limitada

A atuação dos veículos classificados entre a 11ª e a 21ª colocação no *ranking* de 2003 se caracterizou por um forte apoio institucional à temática da infância e adolescência, porém com ênfase inferior à verificada nos dez primeiros colocados. Dos 11 jornais que formam este grupo, seis (54,54%) mantiveram cadernos infantis e cinco (45,45%), suplementos juvenis. Destes últimos, três estavam acima da média no Índice de Relevância Social desenvolvido pela Coordenação de Mídia Jovem da ANDI. Ainda, três (27,27%) disponibilizaram Colunas de Consulta e sete (63,63%) trabalharam as notícias de Violência com qualidade superior à média geral. Além disso, se consideradas as 15 variáveis comparáveis da análise, os integrantes deste grupo estavam acima da média em oito.

Apenas dois jornais – *O Estado de S. Paulo* e *A Gazeta*-ES – mantiveram-se dentro do grupo, entre 2002 e 2003. Três caíram do bloco dos dez primeiros – *O Povo*-CE, *A Gazeta*-MT e *A Notícia*-SC – e outros dois – *O Imparcial*-MA e *O Estado do Maranhão* – subiram de posições não muito distantes. Entretanto, quatro veículos – *O Liberal*-PA, *Correio da Paraíba*, *Jornal O Dia*-PI e *Jornal do Brasil* – se encontravam, respectivamente, na

37^a, 39^a, 41^a e 42^a posições, contando, por conseguinte, com uma variação de maior escala.

É relevante observar a atuação do jornal *O Povo* no período. A queda de 29,9% no resultado da média ponderada é explicada em boa parte pela decisão de extinguir a seção juvenil *Adolescência*, em 2003. O espaço concedido à família também caiu, assim como a menção a Raça/Etnia e Busca de Soluções. Além disso, em 2002 o veículo pontuou positivamente em vários indicadores a partir do forte investimento, por mais de seis meses, na série *Saia do Muro*, que discutia questões relativas à adolescência e à juventude, tendo como gancho o processo eleitoral. O esforço valeu inclusive um Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo.

O Estado de S. Paulo manteve-se praticamente estável em 2003, com uma variação positiva de apenas 1,56%, em relação ao ano anterior. O fato de o jornal não reconhecer a importância de dialogar com o público infante-juvenil, por meio de uma Coluna de Consulta ou de um suplemento juvenil, impediu um salto maior na qualidade da cobertura do jornal, que também resistiu em fazer referências ao ECA nas matérias sobre Violência que tinham enfoque no universo de crianças e adolescentes.

Já *O Liberal* e o *Correio da Paraíba* devem ser reconhecidos pela atitude positiva de terem criado, em 2003, suplementos infantis de qualidade, apesar da retração do setor de mídia. *O Jornal do Brasil* também merece destaque por ter ampliado – e muito – a abordagem sobre alguns critérios, praticamente ausentes anteriormente, como a Busca de Soluções e a citação de Políticas Públicas, além de ter apresentado crescimento no número e na qualidade de editoriais sobre infância e juventude.

Pouca dedicação ao universo infante-juvenil

Nos jornais localizados entre a 22^a e a 32^a posições verifica-se uma produção pouco dedicada aos direitos de meninos e meninas, com algumas exceções positivas. Dois deles contavam em 2003 com suplementos infantis e Colunas de Consulta, e um apresentava suplemento especialmente voltado a adolescentes.

Surpreendentemente, seis estavam acima da média geral na cobertura de Violência e todos consultaram um número significativo de fontes por matéria. Eles destacaram-se ainda em sete das 15 variáveis passíveis de comparação. Apenas três jornais – *Diário de Natal*, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal da Tarde* – SP – mantiveram-se estáveis nesse intervalo do *ranking*, sendo que outros três

– *Correio da Bahia*, *A Crítica-AM* e *Jornal do Commercio-PE* – encontravam-se em posições superiores.

O Norte e o *Diário do Pará* merecem destaque no grupo, ao saltarem do 47^o e 48^o lugares para 29^o e 30^o, respectivamente – foram os jornais que tiveram as maiores variações de médias ponderadas, com 164,2% e 180,13%. Em parte, isso se explica pela baixíssima pontuação alcançada anteriormente, sujeita a grandes variações percentuais, mesmo que com poucos avanços. Mas o resultado expressivo também se deve a uma melhora efetiva nos indicadores. *O Norte* passou a valorizar as fontes consultadas, dando voz à família. Também aumentou a qualidade de seus editoriais e das reportagens sobre Violência, com menções mais frequentes ao ECA. Já *O Diário do Pará* aumentou o espaço destinado à infância e adolescência, abordou aspectos de Raça/Etnia, consultou mais fontes e procurou apontar soluções aos problemas apresentados, além de contar com um suplemento infantil.

A pauta da Violência na berlinda

A cobertura da Violência foi determinante do baixo desempenho dos jornais que figuram entre a 33^a e a 43^a posição no *ranking* de 2003. Nenhum deles encontrava-se acima da média geral de qualidade neste quesito. São veículos que, em sua maioria, não investiam em suplementos infantis ou juvenis – apenas três mantinham cadernos especiais para cada um destes dois públicos. Nenhum oferecia espaço de consulta aos leitores. No geral, a cobertura da pauta da infância e adolescência mostrava-se fraca, não fazendo, por exemplo, menções ao ECA ao abordar Violência.

O Diário do Nordeste, que em 2002 ficou em 20^o lugar, caiu 13 posições, com um declínio de 21,15% na média ponderada – teve desempenho inexpressivo em praticamente todas as variáveis incluídas no *ranking* em 2003. *O Diário de Cuiabá* perdeu 25 colocações, em parte devido à decisão de acabar com o suplemento juvenil *Azul* e à veiculação de um reduzido número de editoriais específicos sobre aspectos ligados à infância e adolescência.

O Diário Catarinense, reconhecido em *rankings* anteriores como um jornal que sempre procurou manter uma cobertura responsável da agenda infante-juvenil, caiu da 15^a para a 41^a colocação, com 42,5% de redução de sua média ponderada. Os itens de desempenho mais frábil foram as poucas menções a Raça/Etnia, a baixa presença de textos sobre as chamadas “pautas ocultas”, o pouco poder de voz conferido às crianças e a empobrecida cobertura de Violência. Trata-se de

AS VARIÁVEIS COMPARÁVEIS

Pode-se elaborar uma média comparativa para 15 das 28 variáveis que compõem os 18 conceitos utilizados para a elaboração do ranking. Isso porque em termos estatísticos seria impossível estabelecer a mesma ordem de comparação para uma mesma variável que entra com pesos diferentes na pesquisa – fontes de informação, voz da família, voz da criança/adolescente. O mesmo ocorre com as variáveis que apenas podem assumir valores 0 ou 1, como os suplementos infantis ou juvenis, as colunas de consulta e a posição em relação ao tema Violência.

* É importante ressaltar que alguns conceitos são compostos por mais de uma variável. São eles: fontes de informação, voz da família, voz da criança e do adolescente, contextualização, editoriais e suplementos juvenis. Para que a comparação entre os veículos fosse melhor ilustrada, a média de cada variável foi calculada separadamente (veja a descrição dos conceitos na página a seguir).

um resultado preocupante, principalmente num ano em que o grupo *Rede Brasil Sul* (RBS), proprietário do veículo, encabeçou campanha de sucesso: “O Amor é a Melhor Herança. Cuide das Crianças”. O objetivo era chamar a atenção de educadores, atores sociais e sociedade civil em geral para a realidade de crianças e adolescentes, valorizar boas iniciativas e mostrar alternativas para o enfrentamento de qualquer tipo de violência praticada contra este público. Composta por cinco filmes, spot de rádio, anúncios impressos e site na internet, a campanha mobilizou os seis jornais da RBS, assim como suas emissoras de rádio e de televisão. Não por acaso, a iniciativa garantiu ao grupo o reconhecimento na categoria Destaque Veículo da 7ª edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo.

Esperava-se, portanto, que a campanha contagiasse mais diretamente o jornalismo da rede – o que foi percebido no trabalho do jornal *Zero Hora*, que passou da 23ª para a 6ª posição no ranking, como já mostramos. Entretanto, parece não ter surtido efeito expressivo na qualidade da cobertura do *Diário Catarinense*. Por outro lado, o investimento do grupo em seções voltadas especificamente para os segmentos mais jovens vinha acontecendo somente no contexto do jornal gaúcho. Ao contrário deste, o *Diário Catarinense* não contava com suplemento juvenil nem com Coluna de Consulta, o que também derrubou significativamente sua média ponderada.

Chama a atenção a piora substancial do *Jornal de Brasília*, antes em 10º e neste ranking em 43º lugar, com queda de 48,85% na média ponderada. Visivelmente, o veículo abandonou uma postura decidida na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, ao reduzir o número total de notícias, as abordagens sobre Raça/Etnia, o espaço concedido às opiniões de meninos e meninas, a apresentação de denúncias e de soluções, a publicação de editoriais e por executar, de forma bastante preocupante, uma cobertura de baixíssima qualidade sobre Violência.

Cobertura casual e sem compromisso

Entre a 44ª e a 54ª posição, estão os jornais com postura editorial mais problemática no que se refere à agenda infanto-juvenil. Eles apresentaram uma cobertura factual, principalmente de Violência, sem preocupação evidente de analisar as causas e apontar soluções. Também não investiram em cadernos dirigidos especificamente a este público ou em Colunas de Consulta.

Dois veículos, com posições de destaque no ranking de 2002, caíram para este grupo. O *Diário de S. Paulo* é um deles – passou do 22º para o 48º lugar, com queda de 47% na média ponderada. Os jornais *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil* continuaram na faixa das dez últimas posições do ranking, o que é justificado por terem o perfil voltado quase exclusivamente para temáticas relativas a economia e negócios. Ainda assim, o *Valor Econômico* conseguiu se sair melhor do que outros três jornais que não são voltados a assuntos específicos ■

COMO FOI CONSTRUÍDO O RANKING QUANTI-QUALITATIVO

CONCEITO	DESCRIÇÃO	PESO	RELEVÂNCIA
1. Número de textos publicados	Quantidade de matérias, artigos, editoriais e entrevistas veiculados ao longo de 2003.	1	O espaço dedicado à cobertura das questões ligadas a crianças e adolescentes segue como um importante indicador do comprometimento dos veículos com essa pauta, prioritária para o País.
2. Fontes de informação	Dividiu-se o total de fontes citadas ao longo do ano por determinado jornal pelo número de matérias veiculadas, obtendo-se a média de fontes por reportagem. A média do jornal foi comparada à média geral de fontes dos textos pesquisados. Foram atribuídos pesos diferentes quando o jornal registrou número de fontes abaixo da média geral, na média ou acima da média.	1, 2 ou 4	A pluralidade de fontes é uma das formas de diversificar as discussões sobre um tema. Adotando este critério, é possível reconhecer o mérito dos veículos em oferecer aos leitores pontos de vista diversificados. Vale notar que nenhum veículo obteve média igual ou superior a duas fontes ouvidas por texto.
3. Voz da família	Com um método de apuração idêntico ao descrito para as fontes (veja item 2), verificou-se com que frequência a família é ouvida nos textos. Da mesma forma, foram atribuídos pesos diferentes para quando o índice do jornal registrou desempenho abaixo da média geral, na média ou acima.	1, 2 ou 4	A família sempre tem uma intrínseca ligação com causas, soluções e conseqüências relacionadas a questões centrais para a infância e a adolescência.
4. Voz da criança e do adolescente	Método idêntico ao item 3.	1, 2 ou 4	É fundamental que a perspectiva daqueles que são o público-alvo das políticas e ações discutidas nas reportagens seja contemplada. A pesquisa mostra, porém, que o espaço dado à voz de crianças e adolescentes ainda é limitado.
5. Contextualização	Percentual de matérias que apresentam elementos contextualizadores do tema abordado, sendo eles, em ordem crescente de peso: estatísticas, causas e políticas públicas.	1, 2 ou 4	É fundamental que o leitor entenda melhor o contexto do problema em questão. As estatísticas e a apresentação de causas colaboram para esta compreensão. Como, inevitavelmente, a solução para os problemas sociais está, em maior ou menor medida, na adoção de políticas públicas, a sua discussão também é central.
6. Menção à Raça/Etnia	Número de vezes em que os textos do jornal mencionaram a questão de Raça/Etnia ao longo do ano.	1	Num país onde as questões raciais/étnicas têm sido tão negligenciadas, conferir atenção a elas é de suma importância. Como se está considerando apenas a menção, sem verificar o conteúdo da discussão, foi atribuído peso 1.
7. Textos com ótica de Denúncia	Percentual de reportagens com Denúncia em relação ao número total de textos sobre infância e adolescência.	2	A Denúncia bem investigada é um importante instrumento jornalístico. Inúmeros problemas públicos demandam a atenção da mídia – e muitas vezes só encontram solução após conseguirem essa visibilidade. Jornais associados a grupos políticos que ocupam o poder costumam apresentar baixo percentual de Denúncia.
8. Textos com a ótica de Busca de Soluções	Percentual de reportagens que apresentam soluções possíveis para os problemas apresentados, em relação ao número total de textos.	2	Só denunciar não é suficiente. É preciso também apontar soluções para o problema levantado, o que contribui para uma discussão mais ampla das políticas públicas a serem implementadas ou reavaliadas.
9. Editoriais	Foram considerados três tipos de editoriais: os editoriais em geral, os que buscam soluções e os que apresentam denúncias.	1	Aqui é valorizada a decisão do jornal de garantir esse espaço nobre para os temas da infância e adolescência.

COMO FOI CONSTRUÍDO O RANKING QUANTI-QUALITATIVO

CONCEITO	DESCRIÇÃO	PESO	RELEVÂNCIA
10. Artigos com ótica de Busca de Soluções	Quantidade de artigos publicados que apresentavam propostas para o enfrentamento dos problemas relativos à infância e adolescência.	1	Com este item, valoriza-se o espaço dado a articulistas que avançam nas discussões relativas às novas gerações, apresentando soluções.
11. Suplemento infantil	Veiculação regular – no mínimo, semanal – de suplemento infantil.	2	Ao investir em um suplemento para a infância, o jornal reconhece a importância de um tratamento diferenciado a essa faixa etária. Este <i>ranking</i> não avalia a qualidade do projeto pedagógico desses suplementos.
12. Seção (página ou suplemento) juvenil	Veiculação regular de página ou suplemento dedicado ao público juvenil, que pode estar posicionado abaixo da média ou acima da média geral relativa a todo o universo dessas publicações, segundo o critério de Relevância Social aferido anualmente pela Coordenação de Mídia Jovem da ANDI.	1 ou 2	O investimento em páginas ou suplementos da chamada Mídia Jovem sinaliza a importância atribuída pelo jornal aos leitores adolescentes. Aqui é levada em conta também a questão da qualidade, mensurada a partir do percentual anual de reportagens sobre temáticas que contribuem para uma formação cidadã do adolescente (<i>Índice de Relevância Social</i>).
13. Colunas de Consulta para ou sobre crianças e adolescentes	Veiculação regular – no mínimo, semanal – dessas seções.	2	As Colunas de Consulta – seções onde especialistas respondem diretamente às dúvidas dos leitores – são um importante instrumento de informação qualificada. Esse <i>ranking</i> reconhece a existência tanto daquelas voltadas para a orientação dos pais, quanto das que falam especificamente ao público adolescente.
14. Critérios de Desenvolvimento Humano	Percentual de matérias que mencionaram dois ou mais critérios de Desenvolvimento Humano	2	Aqui estão sendo destacados os textos que conseguem avançar em uma cobertura mais global das temáticas da infância e da adolescência, encontrando as correlações entre os diferentes temas relevantes para um desenvolvimento integral da criança e do adolescente.
15. Veículos acima da média na cobertura da Violência	No final de 2001 e no <i>Relatório Infância na Mídia</i> de 2003, a ANDI publicou um <i>ranking</i> qualitativo dos jornais brasileiros, a partir de critérios relativos à cobertura da Violência (quando o foco envolvia crianças e adolescentes). Este instrumento foi atualizado a partir de uma amostragem estatística dos textos sobre o assunto veiculados em 2003.	2	A violência que afeta crianças e adolescentes é uma das principais questões a serem resolvidas pelo Brasil. Os <i>rankings</i> específicos constataram sérios problemas de abordagem e contextualização no noticiário sobre essa temática.
16. Menção ao ECA nas matérias sobre Violência	Percentagem de textos sobre Violência que mencionam o ECA. Os dados foram obtidos a partir da mesma amostragem utilizada para a atualização do <i>ranking</i> (veja item 15).	4	Foi reconhecido como um importante critério de avaliação da qualificação da mídia no tratamento dos direitos da criança e do adolescente a menção a seu marco legal, especialmente nas questões onde a violação desses direitos é uma constante – casos de violência e da Exploração e Abuso Sexual.
17. Princípio do Contraditório	Percentagem de matérias que apresentam opiniões divergentes.	4	O Princípio do Contraditório é fundamental para a construção de resultados na democracia, assim como é fundamental para a prática de jornalismo de qualidade. É somente com a apresentação dos pontos divergentes em relação aos temas abordados que poderemos avançar na reflexão e na escolha das melhores soluções.
18. Pautas Ocultas	Quantidade de textos publicados sobre temáticas historicamente pouco exploradas pela imprensa quando foca o universo da infância e adolescência: Acesso ao Trabalho, Adoção, Aids nas matérias sobre Privação de Liberdade, Aids nas matérias sobre crianças e adolescentes em Situação de Rua, Exploração do Trabalho nos Lixões, Inclusão Social de Crianças com Deficiência, Medidas Sócio-Educativas, Meio Ambiente, Mídia de Qualidade, Orientação Sexual, Situação de Rua, Trabalho Infantil Doméstico.	2	Esse conceito reconhece como uma importante contribuição a um debate mais consistente sobre a promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência a maior presença, nas pautas dos jornais, das temáticas relacionadas na coluna ao lado.



MÍDIA PELO DESENVOLVIMENTO

Jornalistas têm como desafio incorporar novos conceitos à pauta, trazendo a público reflexões sobre os rumos que o Brasil deve trilhar para reduzir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida da população

A ANDI apresenta nesta edição do relatório **Infância na Mídia** uma nova forma de avaliar a cobertura de assuntos relacionados aos direitos da infância e da adolescência pela imprensa escrita. Este novo critério segue parâmetros relativos à ótica do Desenvolvimento Humano (DH) e do respeito à Diversidade.

Difundido mundialmente pelo indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia e criador, com Mahbub ul Haq, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este conceito se baseia no fato de que somente o desenvolvimento econômico não basta. É preciso desenvolver as pessoas, garantindo a elas acesso a bens sociais, como educação de qualidade, saúde e direitos políticos, entre outros elementos, para que se capacitem e possam usufruir plenamente dos ganhos econômicos – enfim, para que se tornem protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Da mesma maneira, é preciso entender que as diferenças entre as pessoas podem determinar o acesso a um maior ou menor número de oportunidades para usufruírem de variáveis de desenvolvimento universalmente reconhecidas, como educação, saúde e renda. E não se trata de diferenças que devem necessariamente ser abolidas:

elas precisam ser reconhecidas e respeitadas, a exemplo daquelas relativas ao sexo, aos diversos tipos de deficiências e às dessemelhanças culturais derivadas do fato de pertencer a uma determinada etnia. Consideramos estas variedades de gênero, raça/etnia ou deficiências físicas/mentais sob a denominação de Diversidade, conceito que está intimamente associado ao Desenvolvimento Humano.

Exemplos de cortes do Desenvolvimento Humano aplicados a questões de Diversidade são os indicadores voltados para identificar a desigualdade de gênero: o IDG (Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero) mede a diferença de acesso efetivo a direitos entre homens e mulheres, no que diz respeito a educação, saúde e renda; já o MPG (Medida de Participação segundo o Gênero) indica o desequilíbrio de oportunidades entre homens e mulheres, em setores como participação política, ocupação de altos cargos e poder de decisão econômica.

À semelhança dos aspectos relacionados a gênero, acompanhar de perto outras questões de Diversidade implica em verificar se a existência de diferenças determinadas por deficiências, etnia ou cultura acarreta menos oportunidades para crianças e adolescentes.

O relatório Situação da Infância 2004 – Meninas, Educação e Desenvolvimento, publicado pelo Unicef, demonstra que pertencer ao sexo feminino implica em que a criança ou a adolescente dedique mais tempo para afazeres domésticos ou esteja mais sujeita a um tipo específico de violência.

Aprimorando a discussão pública

Matérias voltadas para o Desenvolvimento Humano e Diversidade, portanto, não retratam apenas um aspecto da vida de crianças e adolescentes, como a renda, mas trazem reflexões sobre diversos fatores de exclusão social, a exemplo do acesso ao conhecimento, à saúde, aos direitos civis e a um meio ambiente adequado – este entendido também como o local e as condições em que as pessoas vivem –, relevantes quando se trata de garantir pleno desenvolvimento aos cidadãos.

Com uma cobertura da agenda social baseada em vários parâmetros que se encontram na raiz destes problemas, a mídia fornece instrumentos para um debate mais consistente por parte do Poder Público e da sociedade civil. Ajuda a olhar as questões em sua totalidade e, assim, facilita a Busca de Soluções. A mudança está em compreender que o mundo moderno e a capilaridade das temáticas que o compõem tor-

METODOLOGIA

Para a realização deste monitoramento, foi utilizada a amostra de 9.314 matérias extraídas, por meio da metodologia do Mês Composto, do total clipado ao longo de 2003 pela ANDI. Elas foram submetidas a um processo de análise inspirado no conceito de Desenvolvimento Humano, dividido em quatro eixos principais (Índice de Desenvolvimento Humano, Direitos Humanos e Liberdade, Diversidade e Outros), e nos princípios básicos do jornalismo de qualidade, como pluralidade de fontes e embasamento em dados estatísticos e na legislação.

Eixo IDH

- **Educação** – A análise não se concentra apenas em questões relativas ao ensino formal, mas também nas discussões sobre a importância do acesso ao conhecimento e à informação qualificada.
- **Renda** – São avaliados debates sobre PIB (Produto Interno Bruto), PNB (Produto Nacional Bruto), distribuição de renda, concentração de renda, renda *per capita* e Índice de Gini, por exemplo.
- **Qualidade de vida** – Basicamente, busca-se aferir a presença ou a ausência dos temas Saúde, Mortalidade Infantil e Expectativa de Vida.

Eixo Direitos e Liberdade

- **Direitos civis** – Aqueles necessários à liberdade individual: de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé; direito à propriedade e à Justiça.
- **Direitos políticos** – O direito de votar e de ser votado para cargos públicos, em processos de eleições livres.

- **Direitos sociais** – Garantia de acesso a um nível de vida compatível com os padrões vigentes na sociedade e a bens como saúde, segurança, educação e seguridade social.
- **Democracia** – As discussões de democracia nos seus diversos formatos: participação eleitoral, debate público (deliberação, orçamento participativo) e em outros níveis (na escola, no trabalho, na família).

Eixo Diversidade

- **Gênero** – Reflexões sobre as relações sociais cotidianas entre homens e mulheres.
- **Etnia** – As diferenças de poder e de condições de vida dos grupos étnicos e raciais que compõem a matriz cultural brasileira.
- **Desigualdade, Equidade, Igualdade, Exclusão Social** – Importante notar que há uma diferença entre pobreza e desigualdade de renda: existem países muito pobres, porém poucos desiguais, como é o caso de Bangladesh – onde todos são “igualmente pobres”. E há países ricos e, ao mesmo tempo, muito desiguais, como os Estados Unidos, onde a diferença entre aqueles com maior renda e os mais pobres é bastante considerável.

Outros Parâmetros

- **Meio ambiente e infra-estrutura** – Atenção especial às infra-estruturas de lazer, saneamento básico, transportes e habitação.
- **Pobreza, Fome e/ou Miséria**

naram difícil resolver os problemas de forma isolada. É preciso contemplar as muitas variáveis do sistema, analisando-as em suas inter-relações.

Vale ressaltar que os jornalistas podem incorporar o conceito de DH e Diversidade independentemente da pauta ou da editoria. Os parâmetros estabelecidos por este conceito permitem aplicação em diversas áreas e contribuem para que se faça uma reflexão sobre os caminhos que o Brasil pode trilhar para reduzir as de-

sigualdades e, assim, melhorar a qualidade de vida de toda a população.

“É crucial que os jornalistas se aprimorem quanto a estes critérios”, opina Zezé Weiss, antropóloga e especialista em desenvolvimento social e sociedade civil do Banco Mundial. “Ao não dominar conceitos mais sofisticados sobre a situação social brasileira, a imprensa deixa de retratar a verdadeira história do País, oferecendo uma visão maquiada da realidade”, conclui.

ANÁLISE COMPLEXA

Observar critérios de DH e Diversidade abordados em matérias sobre questões sociais é um caminho de aprimoramento da prática jornalística. O instrumento de pesquisa elaborado pela ANDI pela primeira vez em 2003, com o apoio do Instituto Ayrton Senna e do Unicef, permitiu medir o quanto estes critérios estavam presentes nas notícias de mídia impressa analisadas. A qualidade, porém, não é determinada apenas pela quantidade de menções, mas por uma abordagem contextualizada do tema em questão (*leia sobre a metodologia da pesquisa na página 18*).

O material mais consistente tende a ser aquele que apresenta uma combinação maior de parâmetros, já que os problemas sociais não têm causas, efeitos e soluções isoladas. A baixa expectativa de vida em uma região não registra como causa apenas a falta de acesso ao serviço de saúde local, mas também a educação desqualificada (que limita ações simples de prevenção que poderiam ser tomadas pelas próprias pessoas), condições de habitação e saneamento, a alimentação pouco nutritiva e assim por diante. Da mesma maneira, a violência cometida por um adolescente que integra uma família com baixa renda não pode ser encarada como um fato isolado: é fundamental analisar o impacto da exclusão de direitos elementares, como a integridade física, os serviços básicos de educação e saúde e o acesso a uma renda digna. Um trabalho jornalístico que combine tais fatores não demanda uma revolução de espaço, mas contribui de forma significativa para o entendimento do leitor, além de gerar o aprofundamento do debate público. Vale destacar ainda que a avaliação e controle social das políticas públicas também é uma tarefa essencial da imprensa. Ao fazer uma reportagem sobre exploração sexual de crianças, por exemplo, o jornalista tem nas mãos uma valiosa oportunidade de expor, analisar e cobrar, ainda que brevemente, iniciativas locais, estaduais ou federais para erradicar o problema.

Num cenário ideal, a mídia deve agregar ao espaço ocupado pelos acontecimentos cotidianos três abordagens – enxergar de maneira integrada um problema, buscar verificar se diferenças são (ou como podem ser) respeitadas, e localizar sempre a efetividade e a presença de ações públicas. A imprensa é um veículo notório de agendamento das prioridades de uma sociedade e de mobilização de suas instituições – e um meio indispensável de comunicação entre governo, organizações e sociedade. Oferecer uma visão focada nos elementos mínimos que, combinados, são necessários para que pessoas de um determinado grupo se desenvolvam, é contribuir definitivamente para o bem da coletividade.

Primeiros resultados

Os dados obtidos no levantamento sobre a produção editorial de 2003 indicam, como era de se esperar, que os conceitos que integram DH e Diversidade estão pouco presentes na mídia. Em 63,4% das matérias pesquisadas, nenhum dos critérios estabelecidos pelo novo sistema de avaliação desenvolvido pela ANDI foi mencionado. Duas hipóteses podem explicar os resultados. A primeira é que os jornalistas ainda não incorporaram os conceitos. Outra explicação seria a complexidade dos parâmetros associados ao ideário do Desenvolvimento Humano, o que pode gerar dificuldades no momento de contextualizar os temas tratados nas matérias.

Se somarmos a esse resultado as notícias que contemplam apenas um dos parâmetros (27,1%), podemos considerar que nada menos do que 90,5% da cobertura limitam-se a reportar fatos de maneira isolada. Apenas 9,5% das matérias relacionam dois ou mais parâmetros do desenvolvimento, de forma a construir uma visão pluralista, apontando outras implicações sociais derivadas daquele determinado tema. Dos 9.314 textos pesquisados, somente 134 confrontaram quatro ou mais critérios de DH e Diversidade, o que representa 1,4% do total.

PERCENTUAL DE MENÇÕES, POR CRITÉRIO DE DH*

Educação	27,9%
Renda	2,8%
Qualidade de Vida	5,1%
Direitos Civis	1,5%
Direitos Políticos	0,1%
Direitos Sociais	1,8%
Democracia	0,6%
Questões de Gênero	0,5%
Questões de Raça/Etnia	1,2%
Meio Ambiente	0,9%
Infra-estrutura	2,7%
Pobreza e Miséria	2,9%
Fome	1,7%
Desigualdade, Igualdade e Exclusão Social	2,3%

*Esta tabela mostra os parâmetros mais mencionados pelos textos pesquisados.

OUTROS CRITÉRIOS DE DH NAS MATÉRIAS SOBRE EDUCAÇÃO

1	16,3%
2	5,8%
3	2,8%
4	0,8%
5	0,4%
6	0,2%
7	0,2%
8	0%

A tabela acima evidencia que a cobertura de Educação é a que apresenta maior grau de transversalidade.

A semente da mudança

Embora pareça pouco, os números sinalizam que já está plantada na mídia a semente para a disseminação de uma cultura jornalística apoiada nos pilares do Desenvolvimento Humano. Nos anos anteriores, ainda sem a existência de uma pesquisa sobre critérios de DH, não havia sido possível à ANDI identificar nas matérias sequer o entendimento de que existe uma relação clara entre temáticas – aparentemente diversas – e que ela precisa ser colocada para a reflexão da sociedade.

A participação dos atores sociais neste processo é fundamental. Eles precisam estar preparados não apenas para responder com informação de qualidade e de forma completa às indagações dos jornalistas, mas para também sugerir inter-relações a serem abordadas e desenvolver meios eficazes de disponibilizar para os profissionais da notícia os conhecimentos que detêm.

Aspectos preocupantes da cobertura

Alguns dados gerais aqui apresentados são preocupantes. Em 2003, 2,8% das matérias tratam do tema Pobreza e só 2,4%, de questões relativas à Desigualdade. Isso num país com características econômicas e sociais perversas, listado entre os cinco piores em distribuição de renda no planeta, que mantém um terço da população abaixo da linha da pobreza.

Ainda, apenas 1,7% das notícias abordam a Fome. Destas, 53,2% foram publicadas no primeiro trimestre do ano de 2003, ou seja, referiam-se a algo meramente factual: o lançamento do programa Fome Zero. Positivamente, 83% desses textos mencionam dois ou mais critérios associados a DH e 30% referem-se a quatro ou mais. No entanto, aspectos como Gênero, Raça/Etnia e Meio Ambiente, igualmente relevantes, foram negligenciados nas matérias analisadas.

Levando-se em consideração que a leitura realizada pela ANDI tem como recorte infância e juventude, a impressão é que tais assuntos – Pobreza, Fome e Desigualdade – são retratados, sim, pela imprensa, mas de forma desassociada do universo de crianças e adolescentes. Se desconsiderarmos o recorte, a presença destas temáticas nas páginas dos principais veículos da mídia impressa brasileira mostra-se bem maior.

A infância no centro da discussão

Trata-se, claramente, de um equívoco. As crianças destacam-se como o público mais duramente atingido pelas mazelas da sociedade, pois são mais vulneráveis que os adultos. Sem condições básicas para que cresçam e se desenvolvam plenamente, elas perpetuarão, quando adultas, a desigualdade. Sem preparo intelectual e com as condições físicas limitadas pela alimentação precária ou a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, entre outros, estes cidadãos não terão condições de exercer na sociedade papéis produtivos e criativos. Terão dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e de participação da vida comunitária e, assim, não proporcionarão educação e saúde de qualidade a seus filhos.

Cria-se, dessa maneira, um círculo vicioso, que só poderá ser rompido dando condições iguais de desenvolvimento pleno às crianças, independentemente de sua classe social, peculiaridades pessoais, Raça ou Etnia. É um cenário que a imprensa parece não enxergar, tratando tais questões isoladamente, como se não tivessem efeito direto na sociedade como um todo.

A qualidade do jornalismo

Observando-se a prática de preceitos básicos do jornalismo de qualidade, independentemente da abordagem do Desenvolvimento Humano buscada nesta seção do relatório **Infância na Mídia**, percebe-se que boa parte deles foi deixada de lado nas redações brasileiras ao longo de 2003.

Isso pode ser constatado, em primeiro lugar, pelo pequeno número de matérias que mencionam causas, conseqüências, soluções, estatísticas e legislação. Além disso, apesar de 34,2% dos textos apresentarem mais de uma fonte consultada, eles não contemplam o denominado Princípio do Contraditório, visto que a maioria dos entrevistados não trouxe opiniões e pontos de vista divergentes.

CRITÉRIOS JORNALÍSTICOS CONTEMPLADOS PELAS MATÉRIAS

Duas ou mais fontes consultadas	34,2%
Estatísticas	18,9%
Conseqüências	17,2%
Soluções	16,3%
Causas	14,9%
Legislação	6,2%
Opiniões divergentes	3,9%

DESAFIOS DO MILÊNIO

Na medida em que atingir bons índices de Desenvolvimento Humano e alcançar o respeito à Diversidade constituem pré-requisitos para uma sociedade equânime, foram estabelecidos parâmetros, pelas Nações Unidas, para alcançar-se determinados níveis em indicadores a eles relacionados – os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Instrumentalizados por meio de 18 metas, também conhecidas como Metas do Milênio, os ODMs assimilam variáveis relativas aos problemas mais emergentes a serem enfrentados pela comunidade internacional: Pobreza e Fome; Acesso Universal à Educação Básica; Desigualdade de Gênero; Mortalidade Infantil; Incidência de Aids, Malária e outras doenças; Meio Ambiente e o estabelecimento de uma Aliança para o Desenvolvimento. Como cada país apresenta quadros de avanços e atrasos em áreas específicas e possui desafios distintos com relação aos ODMs, o acompanhamento do progresso de uma nação deve ser feito por meio de atribuições de prioridades.

Por meio de decreto publicado em 2003, o governo brasileiro instituiu um grupo técnico para acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. No ano seguinte, lançou o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs. Também em 2004, diversos setores da sociedade aderiram à campanha de divulgação dos ODMs durante a Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, realizada em agosto com o apoio do Instituto Ethos. Nesse mesmo mês, foi lançado o primeiro relatório da Rede de Monitoramento Amiga da Criança, uma parceria entre diversas instituições da sociedade civil – da qual também participa a ANDI – para acompanhar o cumprimento de metas consignadas no documento *Um Mundo para as Crianças* (MPC), da Organização das Nações Unidas. No material estão destacados os Objetivos do Milênio relevantes para a infância e a adolescência, além de indicadores específicos para a expansão da Educação Infantil e para o acompanhamento de Serviços de Saúde Reprodutiva, entre outros.

O Brasil e outros 188 países membros da ONU se comprometeram, em 2000, a alcançar os ODMs até 2015. A resposta do governo brasileiro, frente à participação ativa da sociedade civil, vem resultando em algumas ações mais estruturadas em relação ao cumprimento dos Objetivos. Entre elas destaca-se o Plano de Ação Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (PPAC), que também tem sido alvo do acompanhamento da Rede de Monitoramento Amiga da Criança.



Assuntos relativos ao Desenvolvimento Humano vêm conquistando espaço na pauta da mídia nacional. Este é o tema do livro Que País é Este? – Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira, produzido com base em pesquisa realizada com 56 jornais e três revistas entre 2001 e 2002. Realizada pela ANDI, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, Unicef e Cortez Editora, com apoio do Comunidade Ativa e da Unesco, a obra mostra que o desafio da imprensa é aprofundar o debate sobre as questões do desenvolvimento – tema muitas vezes abordado de forma reducionista (veja mais na página 26).

CAMINHOS PARA O APRIMORAMENTO

É importante ressaltar que um texto de qualidade não necessariamente irá abordar os 14 critérios de DH considerados na análise da ANDI. O teto das matérias analisadas foi de nove conceitos. Mas algumas iniciativas mostram que é possível responder a estes aspectos de forma abrangente.

Um bom exemplo está no caderno “A Cor do Brasil”, publicado em novembro de 2003 pelo jornal *O Globo*, que inter-relaciona diversos elementos do DH. “Embora tenha como foco central uma única questão – a racial – o suplemento conseguiu avançar no debate de vários parâmetros diretamente associados ao contexto social e ao Desenvolvimento Humano”, elogia o cientista político Guilherme Canela, coordenador de Relações Acadêmicas da ANDI (*leia também entrevista com Miriam Leitão na próxima página*).

O excelente caderno de *O Globo* pode, contudo, levar à falsa impressão de que seriam necessárias várias páginas de jornal para se conseguir fazer uma matéria contextualizada. Para a repórter Adriana Carranca, que trabalhou durante vários anos em *O Estado de S. Paulo*, não se deve esperar ter o espaço ideal para abordar aspectos relevantes ao DH. “Se o jornalista estiver atento aos parâmetros do Desenvolvimento Humano, poderá levantar questões importantes, sob esta ótica, nas matérias cotidianas e factuais, inclusive nas colunas de notas”, diz Adriana. “Um exemplo disso é que todos os dias os jornais publicam a variação da moeda nacional e os índices das Bolsas de Valores de São Paulo a Tóquio e, no entanto, não dão ao leitor a oportunidade de acompanhar índices de pobreza, mortalidade infantil ou analfabetismo. Por quê? Porque os veículos ainda não incorporaram o conceito de DH. As notícias econômicas são dadas de forma completamente desassociada das questões sociais do País, como se um aspecto não afetasse o outro e vice-versa.”

Na hora de escrever

Adriana Carranca destaca a importância de se consultar tantos especialistas quanto for possível, com visões diferentes sobre causas, efeitos e soluções relativas ao mesmo assunto. “Ao contrário do que se pensa, ouvir o maior número de especialistas pode ajudar o repórter a escrever de forma mais concisa porque, quanto mais completo for o seu entendimento, mais fácil será para ele focar a pauta naquilo que é o ponto central do tema em questão e que retrata todos os outros”, diz Adriana.

“Nesse caso, os especialistas não precisam necessariamente ser citados na reportagem. Eles auxiliam o repórter a entender o assunto e a escrever de forma contextualizada.”

Outro caminho para aprimorar a cobertura consiste em saber selecionar indicadores e entender seu significado. Segundo José Carlos Libânio, coordenador da Unidade de Avaliação de Políticas e Desenvolvimento Local do Pnud, indicadores é o que não falta: “Nos últimos anos estabeleceu-se uma competição acirrada entre instituições governamentais, institutos de pesquisa e organizações não-governamentais pelo espaço dedicado pela imprensa à divulgação de índices, porcentagens, mapas e taxas a respeito dos mais variados assuntos: de analfabetismo a queimadas, passando por criminalidade, pobreza e desigualdade”. Nesse sentido, sugere Libânio, a habilidade do jornalista deve ser de filtragem, separando o que é de fato relevante. Mas para ser capaz de executar essa missão, o profissional deve necessariamente “conhecer os conceitos principais, estar a par das metodologias usadas e acompanhar sua área de cobertura para distinguir o que é um dado novo da estatística que foi apenas reconduzida e embalada de forma diferente”.

Especialistas no social

Apesar dos problemas diagnosticados por este primeiro monitoramento de indicadores de DH realizado pela ANDI, os resultados não deixam de ser promissores, demonstrando a disposição da mídia – mesmo que ainda incipiente – em aprofundar as abordagens sobre os assuntos da infância e da adolescência. Diante deste panorama, cabe a pergunta: como tal disposição pode ser ampliada e disseminada para uma cobertura sistematicamente aprofundada e contextualizada? Marcelo Beraba, *ombudsman* da *Folha de S. Paulo* e presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), aposta na especialização. “Esse pode ser o caminho para a cobertura social, pois foi o que já aconteceu com a área econômica, por exemplo”, lembra.

Para ilustrar, Beraba conta que a sucursal da *Folha* no Rio de Janeiro mantém pelo menos dois repórteres especializados em questões sócio-demográficas. Ao cobrirem o mesmo assunto com mais regularidade, esses profissionais estão preparados para dissecar relatórios, como os divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tirar deles não apenas números, mas tendências e fenômenos, baseados num

contexto histórico. “Temos jornalistas preparados para coberturas sobre relatórios centrados no desenvolvimento”, afirma.

Para que essa capacidade de analisar e contextualizar dados seja concretizada, Beraba ressalta também a importância do treinamento. A qualificação dos jornalistas se apresenta como fator fundamental para a melhoria da cobertura voltada aos temas sociais. E são várias as partes envolvidas neste processo: veículos, profissionais da mídia, atores sociais, universidades.

Conceito pouco disseminado

“Acredito que a culpa pelo fato dos critérios de DH ainda não estarem incorporados pela mídia não é exclusiva dos jornalistas. O próprio Governo Federal não utiliza estes parâmetros em suas divulgações, tampouco as organizações envolvidas com o atendimento à infância”, declara a especialista em desenvolvimento social e sociedade civil do Banco Mundial, Zézé Weiss. Ela propõe a realização de eventos no País, pela Secretaria de Direitos Humanos, para debater a disseminação do conceito de DH entre os atores sociais, inclusive a imprensa.



A VOZ DA REDAÇÃO

Miriam Leitão é colunista de Economia do jornal *O Globo* e comentarista da TV Globo. Em novembro de 2003, com a jornalista Flávia Oliveira, editou o caderno especial “A Cor do Brasil”, que abordou o DH a partir de uma perspectiva de desigualdade de Raça. No jornalismo há 32 anos, ela aposta na combinação de temas econômicos e de DH nas notícias e diz que institutos de pesquisas, ONGs e universidades podem colaborar para isso, oferecendo os indicadores.

Economia é um dos temas considerados mais áridos do jornalismo. Existem barreiras para inserir questões sociais nestas pautas?

O senso comum tem uma visão limitada sobre o que é Economia. Ela está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano. O crescimento econômico não pode estar desconectado do crescimento social. Um exemplo é a competitividade no mercado de trabalho, que depende da educação – questão diretamente ligada à infância e à adolescência. A Economia não é uma coisa para economistas. O objetivo final é o desenvolvimento.

Mas 63% das matérias analisadas pela ANDI não mencionam sequer um critério de DH. Pouquíssimas relacionam a Fome à infância. Por que?

Os jornais fazem uma divisão arbitrária do mundo, para organizar a informação. Política, Economia, Cidades... Criam rótulos para os fatos. Isso dificulta uma abordagem mais ampla e contextualizada. É importante os jornalistas saberem que estas fronteiras são artificiais. Embora alguns temas sejam áridos e difíceis de contextualizar, acho que os repórteres com mais bagagem e mais espaço têm a obrigação de fazê-lo. Inclusive para abrir precedentes para os iniciantes.

Como mobilizar os repórteres para trabalharem dessa forma?

Acredito que já houve um avanço muito grande na inserção da questão social na imprensa. Falo especificamente do segmento da Economia, com o qual eu trabalho. Há dez anos, era muito mais difícil ver matérias de economia abordando o desenvolvimento. Agora, é preciso mobilizar a imprensa por meio da divulgação, não só de conceitos, mas de indicadores desagregados de gênero, raça, renda, região. Nos últimos anos, por exemplo, as pesquisas separam negros e brancos, um avanço que facilita a abordagem das desigualdades.

Apenas os dados são suficientes?

Na produção diária, números desagregados permitem que o repórter encontre o foco da matéria mais rapidamente, assim como seus personagens. Retratar as desigualdades por meio de histórias é uma prática que tem sido adotada e que ajuda a contextualizar o tema. Também ajuda mostrar não só as tragédias, mas também os avanços e cobrar soluções.

*Como foi recebida, em *O Globo*, a idéia do caderno “A Cor do Brasil”?*

Emplacar um caderno especial não é fácil. Você tem de convencer que o tema rende, inclusive economicamente. Um caderno sobre mercado de trabalho, por exemplo, garante anunciantes. Já um sobre Raça torna mais difícil a venda de espaço, já que as empresas não identificam o tema com seu público-alvo. *O Globo*, no entanto, tocou a idéia. E a experiência foi positiva. O estoque acabou. Escolas solicitaram exemplares para trabalharem o tema com os alunos. Tratar a questão racial é fundamental para o desenvolvimento do País que queremos.



O documento apresenta dados do IBGE revelando que, em nosso País, crianças e adolescentes negros ou indígenas têm acesso restrito a uma formação educacional de qualidade. Os números preocupam: afrodescendentes com idade de 7 a 17 anos apresentam três vezes menos probabilidade de serem alfabetizados que os brancos.

UM CASO DE MIOPIA

Embora fundamentais para compreender temas de grande escopo social, como violência urbana e desemprego, as questões de Diversidade ainda são tratadas de forma bastante tímida pela imprensa

Diversidade não deve implicar em desigualdade. A Diversidade é desejável – e até mesmo inevitável quando consideramos que a sociedade brasileira é tipicamente composta por uma população de muitas cores, culturas e aptidões, proporcionando oportunidades de convivência inexistentes na maior parte dos demais países. A desigualdade, no entanto, não o é.

Menores oportunidades determinadas por aspectos físicos, por exemplo, não são condizentes com o marco institucional legal brasileiro que vem sendo construído ao longo das últimas décadas – e tampouco contribuem para o desenvolvimento pleno de cidadãos brasileiros. O respeito à Diversidade, portanto, é uma dimensão valiosa do Desenvolvimento Humano e muito pertinente à nossa realidade social. Por essa razão, os temas relacionados à Diversidade são acompanhados também por meio do monitoramento permanente realizado pela ANDI. Os meios de comunicação têm muito a contribuir na inserção desses assuntos na agenda pública.

Barreiras da inclusão

Em países desiguais como o Brasil, é inegável a existência de uma espécie de *apartheid* não-oficial, que impõe limites e restringe as chances de evolução social e profissional, segundo gênero, raça/etnia, renda, grau de deficiência ou origem regional das pessoas.

Os dados são incontestáveis e não se referem apenas à sociedade brasileira. O *Relatório da Situação da Infância e Adolescência 2003*, publicado pelo Unicef, mostrou a desigualdade de direitos entre crianças e adolescentes mais ricos e mais pobres. No ano seguinte, foi a vez da disparidade entre meninos e meninas. Crianças pobres e do sexo feminino, em vários países, estudam menos, começam a trabalhar mais cedo e têm pouco acesso à infra-estrutura e bens de consumo. Logo, têm menos chance no futuro de conseguir um bom emprego e atingir um nível razoável de qualidade de vida.

Debate recente

Com exceção da discussão sobre gênero, que é mais antiga no País, as outras questões relativas à Diversidade são assuntos relativamente novos na esfera pública brasileira e, conseqüentemente, na mídia.

Foi nos anos 1980 que se começou a assegurar alguns direitos básicos de pessoas com algum tipo de deficiência. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) avançou ao garantir “o atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. E em 2001 foram criadas as leis que determinam atendimento especial nos estabelecimentos públicos de ensino para crianças com deficiência auditiva e que instituem medidas de proteção às pessoas com algum tipo de deficiência mental. Além disso, apesar de as pessoas com deficiência terem assegurado o direito de participação

em concursos públicos desde 1987, somente hoje se discute se essa medida é suficiente para garantir uma sociedade igualitária.

Também é atual o aprofundamento do debate sobre a desigualdade de oportunidades profissionais entre mulheres, negros e pardos, a partir de estudos do IBGE que comprovam a influência do sexo e da cor da pele sobre escolaridade, renda e acesso a cargos públicos e a serviços de saúde. E somente em 2003 foi instituído o ensino obrigatório da história afro-brasileira, no intuito de valorizar a participação dos negros na formação social, econômica e cultural do País.

Todas essas questões vêm sendo paulatinamente integradas à agenda do governo e da sociedade, mas sua importância para uma melhor compreensão da realidade nacional ainda não chega a ser assimilada pela mídia.



DEFICIÊNCIAS: UM TEMA A SER INCLUÍDO

Questões de Diversidade abarcam também a desigualdade de oportunidades enfrentada por crianças e adolescentes com deficiência. Há poucas políticas específicas voltadas para a promoção da acessibilidade e para a promoção dos direitos desse público, embora 14% da população brasileira apresente, segundo o último censo do IBGE, algum tipo de deficiência – visual, auditiva, de crescimento, física, mental, problemas da fala ou deficiências múltiplas.

De acordo com o monitoramento realizado pela ANDI, a abordagem do tema Deficiências se manteve bastante reduzida no período analisado, principalmente se comparada ao expressivo crescimento observado por assuntos como Educação e Saúde. Em 2003, ficou estável se comparada ao ano de 2002, com citações em apenas 0,79% do total de textos avaliados. Em 2004, a participação do tema no total de matérias teve um pequeno aumento, atingindo 1,10%. Cabe destacar que aqui são contabilizadas todas as notícias que tratam da questão, tanto de forma direta quanto indireta.

“Trata-se de um assunto difícil”, avalia a antropóloga Débora Diniz, diretora da organização não-governamental Anis. Ela acredita que a ausência de assuntos relativos às Deficiências na imprensa está relacionada à falta de preparo dos atores sociais envolvidos no sistema integral de defesa dos direitos das crianças. “Os especialistas em Educação, Saúde ou qualquer outro campo, ao falarem de assuntos gerais, quase nunca se lembram de buscar a transversalidade e de tratar das minorias envolvidas”, afirma Débora.

Um dado revelador e, por que não dizer, preocupante, é a constatação de que 27,7% das notícias sobre esta área veiculadas em 2003 referem-se a um único episódio: o que cercou a aprovação, pelo Congresso Nacional, da liberação de recursos do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) a entidades como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e as Sociedades Pestalozzi.

Especialistas acreditam, porém, que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que, assim como a Educação de Jovens e Adultos, deve contar com rubrica própria na lei orçamentária. Além disso, alegam que a decisão foi na contramão da política anunciada pelo próprio Ministério da Educação

A ANDI e a Fundação Banco do Brasil realizaram um estudo detalhado sobre a abordagem do tema Deficiências na mídia nacional. Os resultados e conclusões podem ser encontrados no livro Mídia e Deficiência, da série Diversidade.

NÚMEROS DO ISOLAMENTO

De acordo com o Censo Escolar 2003, há no País 358,9 mil alunos matriculados em escolas exclusivamente especializadas ou em “classes especiais”. Desses 219,8 mil estudam na rede privada.

TEXTOS QUE MENCIONAM RAÇA/ETNIA, DISTRIBUÍDOS POR TEMAS

Temas	2004	2003
Educação	49,77%	41,72%
Direitos & Justiça	15,67%	21,47%
Violência	6,45%	3,07%
Abuso & Exploração Sexual	5,53%	9,20%
Saúde	5,07%	2,45%
Internacional	2,76%	-
Deficiências	2,76%	-
Mortalidade Infantil	2,30%	-
Cultura	1,84%	4,29%
Terceiro Setor	1,84%	4,91%
Meio Ambiente	1,38%	0,00%
Exploração do Trabalho Infantil	0,92%	4,91%
Migração & Deslocamento	0,92%	-
Comportamento	0,46%	3,68%
Trabalho	0,46%	-
Drogas	0,46%	2,45%
Medidas de Reinserção Social	0,46%	-
Esporte	0,46%	-
Sexualidade	0,46%	-

(MEC), de implementar a Educação Inclusiva (alunos com e sem deficiência na mesma sala de aula) em 80% das escolas públicas brasileiras até o final de 2006. A cobertura, porém, não se voltou para essa discussão.

BRASIL DE MUITAS CORES

Outro tópico ligado à Diversidade que demonstrou pouca variação em relação a 2002, quando apareceu em 1% das matérias pesquisadas, é o item Raça/Etnia. Nos anos subsequentes, houve um leve e pouco significativo aumento de sua participação: chegou a 1,21% em 2003 e a 1,69% em 2004, devido principalmente às discussões sobre cotas em universidades e sobre a inclusão de conteúdo relativo à história de afro-descendentes no currículo escolar.

Esta quase ausência de aspectos étnicos e raciais nas matérias relativas à infância e adolescência não pode ser explicada pela falta de estatísticas. O relatório divulgado pelo Unicef em 2003 aponta vários dados inquietantes quanto à diferença de condições de vida entre crianças afro-descendentes e indígenas em relação às brancas. Por exemplo: 15,2% dos adolescentes indígenas não sabem ler e escrever, enquanto o percentual é de aproximadamente 2,2% entre meninos e meninas brancas. Os afro-descendentes, por sua vez, têm duas vezes mais possibilidades de morar em domicílios sem abastecimento de água e de viver em situação de pobreza – e também precisam de um número muito maior de anos de estudo para auferir um aumento em sua renda.

A DIVERSIDADE BRASILEIRA FORA DA PAUTA

Estudo publicado no livro *Que País é Este?* aponta que apenas 1% das matérias sobre pobreza e desigualdade publicadas entre agosto de 2001 e julho de 2002, por 50 dos mais importantes veículos da mídia impressa brasileira, abordavam questões de Diversidade. Somente 6,9% dos textos apresentavam pontos de vista étnicos e raciais, e apenas 0,2% tratavam mais diretamente de aspectos de Gênero.

Para Regina Festa, jornalista e consultora da Cepal, o quadro geral da pauta da Diversidade é desalentador. “O assunto não chega, por meio da imprensa escrita, a fazer parte da discussão pública, num país que tem como uma de suas maiores riquezas justamente a diversidade da população”, afirma.

Já o educador Reinaldo Bulgarelli, diretor da Txai Cidadania e Desenvolvimento Social, vê os dados com algum otimismo. “Parece um resultado baixo, mas prefiro pensar que é um começo, uma vez que essas questões não foram incorporadas, ainda, pelos atores sociais”, avalia. Ele acredita que a falta de espaço na mídia se dá especialmente porque, ao divulgar relatórios institucionais que não levam em conta essas questões, o governo, as organizações não-governamentais e as empresas mostram que os temas estão

“num plano conceitual e não foram incorporados à prática de suas iniciativas”.

Falta diálogo

Regina acredita que, mais do que a falta de indicadores, o motivo da baixa abordagem da Diversidade pela imprensa é a ausência de um diálogo estreito entre as fontes e os jornalistas. Ela explica que as pesquisas desenvolvidas, por exemplo, pelo IBGE e pelo IPEA, desde o final dos anos 1990 e a partir do Censo de 2000, têm incluído cada vez mais indicadores de raça e etnia. Além disso, as pesquisas de gênero têm recebido apoio de órgãos internacionais, universidades, ONGs e empresas, entre outros.

Agrava o diálogo limitado, segundo ela, o fato de que, muitas vezes, as fontes dispõem de informações sobre gênero e raça/etnia relacionadas a premissas, crenças e preconceitos, o que dificulta a divulgação da informação entendida como correta pelos especialistas. “As fontes preferem, muitas vezes, se ausentar do debate. E, como a avaliação da mídia impressa demonstra, há uma certa rejeição a tais temas. Isso é inerente à sociedade, que sabe pouco sobre os seus direitos e as instâncias de arbitragem, muitas vezes desconhecidas ou reconhecidas inoperantes”, conclui.

Além da pesquisa do Unicef, vários estudos sobre problemas sociais relativos à infância e adolescência apresentam o recorte raça/etnia. “Trabalho infantil doméstico, violência e exploração sexual são exemplos fortes. Os dados mostram que os negros são as maiores vítimas e, no entanto, a imprensa quase sempre oculta isso nas matérias”, critica Nilza Iracy, coordenadora de comunicação da Geledés, organização de defesa e promoção das mulheres negras. Segundo ela, estes problemas são atribuídos geralmente à pobreza, de maneira difusa. “A mídia não reconhece as questões raciais como pano de fundo da desigualdade. É claro que a pobreza contribui para os indicadores, mas a base de grande parte da desigualdade são os séculos de exclusão racial velada no Brasil”, finaliza.

O boom das políticas de cotas

Como deixa claro a tabela da página anterior, a maior parte das matérias que abordaram questões relativas a Raça/Etnia em 2003 e 2004 são do tema Educação. Isso foi impulsionado pelas discussões em torno das políticas de cotas para negros e pardos nas universidades do País: foram registradas 466 notícias sobre o assunto em 2003 e 1070 em 2004, um crescimento realmente expressivo. O pano de fundo desse debate – a situação de desvantagem em que se encontram os alunos pertencentes a determinados grupos – não permeou, contudo, a cobertura do problema de acesso à universidade. A imprensa se limitou a descrever factualmente os acontecimentos e conflitos na esfera do Ensino Superior.

CRIANÇAS INVISÍVEIS

Todas as crianças e adolescentes têm os mesmos direitos, previstos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente e, no caso do Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas alguns grupos necessitam de políticas específicas, de forma que tais direitos sejam assegurados, entre eles, estão as crianças indígenas.

“Por viverem isoladas, elas são esquecidas e não têm o apoio da legislação”, explica o sociólogo Maurício Fonseca, coordenador de Pesquisas do Fórum Permanente das Culturas Populares de São Paulo. Tal abandono se reflete na imprensa: o monitoramento anual desenvolvido pela ANDI identificou este público em apenas 0,66% dos textos analisados em 2003. Em 2004, o índice avança para 0,88% – um aumento pouco significativo. Além disso, predomina na linha editorial a exploração do “exotismo” indígena, fincada na velha dualidade “sociedade moderna” versus “sociedade primitiva”. Uma cobertura que valorizasse ou retratasse sem preconceitos o modo de viver destes povos seria mais eficiente no processo de construção do pleno convívio social da Diversidade.

“O direito primeiro das crianças e adolescentes indígenas é viver plenamente suas diferenças, sem discriminação ou exclusão”, diz Fonseca. Para possibilitar o seu cumprimento, no entanto, é necessário o desenvolvimento de adaptações estruturais na educação, na saúde e em outros setores do sistema de proteção integral, assuntos que poderiam ser levados a público pela imprensa.

MENÇÃO A RAÇA/ETNIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MATÉRIAS

	2004	2003
Negros	1,05%	0,67%
Indígenas	0,88%	0,66%
Pardos	0,26%	0,18%
Branços	0,25%	0,15%
Outros	0,04%	0,05%
Total*	1,69%	1,21%

TEXTOS QUE TRATAM DE QUESTÕES DE INDÍGENAS, DISTRIBUÍDOS POR TEMAS

Temas	2004	2003
Educação	52,68%	27,42%
Direitos & Justiça	12,50%	24,19%
Saúde	8,93%	6,45%
Violência	6,25%	3,23%
Deficiências	4,46%	-
Meio Ambiente	2,68%	-
Internacional	1,79%	-
Terceiro Setor	1,79%	3,23%
Migração & Deslocamento	1,79%	-
Abuso & Exploração Sexual	1,79%	8,06%
Cultura	1,79%	8,06%
Mortalidade Infantil	0,89%	-
Comportamento	0,89%	9,68%
Drogas	0,89%	4,84%
Esporte	0,89%	-
Acidentes	-	4,84%

Lançada em 2003 pela ANDI e OIT, a obra Trabalho Infantil e Gênero: Uma Leitura da Mídia do Mercosul analisa, entre outras questões, como essa modalidade de trabalho e o aspecto de gênero se relacionam e de que forma a imprensa os percebe.

MENINA OU MENINO?

O preconceito e a condição social afetam de forma distinta a vida de meninos e de meninas. Por isso, a ANDI incluiu na metodologia de pesquisa, em 2003, o parâmetro Gênero, aplicado a todas as notícias analisadas. Assim, espera-se medir o interesse da imprensa brasileira pelas diferentes condições experimentadas por estes dois públicos e, também, as relações de iniquidade existentes entre eles. Da mesma forma que os outros aspectos de Diversidade apresentados anteriormente, as questões de Gênero só aparecem em cerca de 1% dos textos – embora os dados disponíveis a respeito sejam extremamente relevantes.

Os aspectos de gênero são alvo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e constituem o terceiro item na lista de prioridades nacionais. Vale destacar, no entanto, que em relação ao acesso ao ensino formal, o País vive uma situação oposta a dos demais países com problemas de gênero: os números mais recentes, do Unicef, apontam que estudantes do sexo feminino passam, em média, 13,6 anos na escola, e os meninos, um pouco menos: 13,1. Este desequilíbrio tem início a partir dos dez anos de idade, quando alunos do sexo masculino começam a abandonar as aulas em uma taxa superior à das meninas, para ajudar a família na subsistência. No Brasil, 19,2% dos garotos entre 15 e 17 anos já deixaram a escola pelo menos uma vez, enquanto o índice é de 8,5% entre as garotas.

Prioridade nacional

Freqüentar mais a escola, no entanto, não implica na redução das desigualdades de gênero no País. Após concluírem a etapa escolar, as mulheres ganham salários menores, mesmo quando possuem a mesma escolaridade dos homens. Elas têm também oportunidades de trabalho com menores chances de ascensão, como é o caso das empregadas domésticas e, além de receberem menos, trabalham mais: apresentam uma carga 7% maior que a dos homens em áreas urbanas e 20% maior em áreas rurais (os dados são de uma seleção de países em desenvolvimento, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, do Pnud).

A incógnita da questão se dá, portanto, no conteúdo da educação direcionada para meninas e meninos – que pode reproduzir uma consciência de gênero que desestimule a adolescente a trabalhar fora de casa e o adolescente a dividir os afazeres domésticos, como mostrou o notável estudo *Até a Sozeira da Porta*, de Fúlvia Rosenberg. A autora verificou grande incidência nos livros didáticos do Ensino Fundamental – basicamente cartilhas escolares – de imagens retratando mulheres de avental na porta da casa, acenando para maridos de terno e gravata que saíam para o trabalho.

Outro aspecto da incógnita é se o conteúdo da educação fornecida a meninos capacita-os para assumir atividades domésticas e familiares que tradicionalmente tomam maior tempo das mulheres. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, enquanto os homens gastam 21% de seu tempo em atividades não mercantis, as mulheres investem 60% de seu tempo nelas. A prioridade exigida por essas demandas sociais não teve, contudo, muita repercussão na mídia brasileira. Apenas 0,64% das notícias fizeram alguma menção a questões de Gênero em 2004, o que representa uma queda em comparação ao ano anterior, quando o índice foi de 1,07% das matérias publicadas ■

TEXTOS QUE ABORDAM QUESTÕES DE GÊNERO, DISTRIBUÍDOS POR TEMAS

Tema	2004	2003
Educação	18,18%	6,80%
Violência	10,39%	11,65%
Terceiro Setor	9,09%	7,77%
Abuso & Exploração Sexual	7,79%	7,77%
Internacional	7,79%	2,91%
Saúde	7,79%	14,56%
Drogas	6,49%	2,91%
Comportamento	6,49%	9,71%
Exploração do Trabalho Infantil	5,19%	4,85%
Direitos & Justiça	5,19%	14,56%
Situação de Rua	3,90%	1,94%
Cultura	3,90%	4,85%
Sexualidade	2,60%	-
Esporte	2,60%	-
Mortalidade Infantil	1,30%	-
Deficiências	1,30%	0,97%
Acidentes	-	0,97%
Trabalho Legal	-	0,97%



O SOCIAL NA PAUTA DA IMPRENSA

Maior volume de reportagens sobre o universo da infância e da adolescência não implica em alterações nas principais posições do ranking de temas

O ano de 2004 foi marcado pela maior presença dos temas ligados ao social no foco da agenda da mídia, num processo iniciado em 2003, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. A imprensa viu-se incitada a trabalhar sob o debate que se implantava em torno das questões anunciadas como o carro-chefe político do governo.

Nos dois primeiros anos da gestão Lula, os jornais anunciaram e debateram diversos programas governamentais, como o Fome Zero (3.668 ocorrências), o Primeiro Emprego (2.308), o Bolsa Família (2.113), o Programa Jovem Empreendedor (1.131) e o Sentinela, de combate à violência sexual (566). Além disso, foram mantidas na agenda da mídia nestes dois anos iniciativas importantes implementadas na gestão Fernando Henrique Cardoso, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti (2.045 citações no período) e o Bolsa Escola (1.027).

O lançamento de programas de destaque nacional tendo crianças e adolescentes como público-alvo certamente contribuiu para elevar o número de notícias com menção a essas faixas etárias. Entre 2002 e 2003, houve um crescimento de 19,47% no total de textos sobre questões ligadas à infância e juventude monitoradas pela ANDI. O número passou de 88.605 para 105.856, no universo comparativo de 50 jornais acompanhados nos dois períodos. Em 2004, esse aumento intensificou-se ainda mais: 31,07% para os mesmos jor-

nais, com o registro de 138.747 notícias. Vale destacar que, quando incluímos os novos quatro veículos acompanhados em 2003, o total eleva-se para 115.148. E ao adicionarmos os dados relativos aos seis outros jornais agregados em 2004, chega-se a 159.693 textos.

O aumento da cobertura em 2003, no entanto, não se refletiu necessariamente em melhora da qualidade editorial, conforme evidenciado no capítulo sobre o *Ranking Quanti-Qualitativo*. Com raras exceções, as redações se pautaram pelo factual, perdendo valiosas oportunidades de discutir questões centrais para a qualidade de vida de crianças e adolescentes. Tal postura fica evidente com o decréscimo do número de textos que extrapolaram abordagens meramente descritivas. O volume de notícias centradas em Denúncia diminuiu dois pontos percentuais entre 2002 e 2003, ficando em 10,49%; em 2004, ele caiu para 10,35% do total. De maneira ainda mais acentuada, o número de matérias com enfoque de Busca de Soluções caiu de 26,6% para 19,76% em 2003, confirmando assim a tendência de declínio – em 2001, o indicador era de 35,6%. Em 2004, houve uma leve recuperação – a quantidade de matérias pautadas por esta ótica subiu para 21,2% do total –, aumento ainda insuficiente para atingir os patamares registrados anteriormente.

TEMAS MAIS ABORDADOS	RANKING 2004		% DO TOTAL DE INSERÇÕES					ÓTICA INVESTIGATIVA			
	Posição	Inserções	2004	2003	2002	2001	Variação com base em 2001 ¹ (%)	BUSCA DE SOLUÇÕES		DENÚNCIA	
								2004 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2003 (%)
Educação	1	35.987	22,53	22,98	24,78	28,75	72,00	23,83	23,51	6,07	8,06
Violência	2	22.316	13,97	16,10	17,43	21,12	45,16	4,04	3,81	15,42	12,54
Direitos & Justiça	3	16.505	10,34	10,71	10,03	11,14	103,66	32,14	30,42	12,27	15,33
Saúde	4	14.293	8,95	8,57	9,92	12,78	53,69	30,93	22,61	9,25	15,08
Cultura ²	5	12.187	7,63	5,86	5,15	-	158,09	15,33	15,56	-	0,19
Internacional ⁴	6	10.374	6,50	5,91	6,62	-	76,91	3,14	2,97	28,90	17,23
Esporte ²	7	8.660	5,42	4,81	2,51	-	278,99	11,51	10,55	0,47	0,50
Comportamento	8	6.953	4,35	4,16	3,75	3,50	172,99	13,61	9,29	2,22	1,91
Terceiro Setor ³	9	6.633	4,15	4,42	4,56	7,41	23,02	68,29	70,33	0,78	0,93
Abuso & Exploração Sexual	10	4.795	3,00	4,04	4,69	3,08	114,16	15,64	16,93	37,68	19,45
Consumo ⁴	11	3.259	2,04	1,86	0,87	-	278,51	8,70	1,47	-	-
Drogas	12	3.101	1,94	1,49	3,04	2,91	46,48	20,00	22,84	23,33	14,81
Medidas de Reinserção Social ⁵	13	2.239	1,40	1,83	-	-	-	19,37	11,7	20,42	26,32
Acidentes ⁴	14	1.866	1,17	1,58	0,89	-	129,52	8,51	5,08	-	3,55
Exploração do Trabalho Infantil	15	1.848	1,16	1,42	1,60	3,91	-35,00	42,86	47,74	31,03	29,68
Trabalho	16	1.787	1,12	1,08	0,70	0,57	331,64	48,81	44,57	5,36	3,26
Deficiências	17	1.762	1,10	0,79	1,00	1,42	70,74	48,80	37,78	3,20	7,78
Meio Ambiente	18	1.640	1,03	0,68	0,64	0,98	130,66	51,61	59,46	1,08	2,70
Mídia	19	893	0,56	0,54	0,67	0,87	40,63	35,48	24,19	3,23	1,61
Sexualidade ⁶	20	735	0,46	-	-	-	-	8,00	-	16,00	-
Mortalidade Infantil	21	711	0,45	0,38	0,38	0,51	92,68	40,23	41,67	13,79	12,50
Situação de Rua	22	461	0,29	0,44	0,43	0,66	-4,36	39,47	32	21,05	38,00
Desaparecidos	23	367	0,23	0,34	0,35	0,41	23,15	23,33	10,64	-	8,51
Migração & Deslocamento ⁶	24	321	0,20	-	-	-	-	26,23	23,51	1,64	8,06

¹ Para os temas que não constam em 2001, utilizou-se o ano subsequente como base.

² Os temas Cultura e Esporte eram analisados conjuntamente até a pesquisa de 2001

³ Inclui todas as organizações sem fins lucrativos.

⁴ Temas acompanhados separadamente a partir de 2002

⁵ Tema acompanhado separadamente a partir de 2003.

⁶ Temas acompanhados separadamente a partir de 2004.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2003, foi incorporado à metodologia de análise da ANDI um novo item, que quantifica as citações de Políticas Públicas Governamentais nas matérias monitoradas. O objetivo é observar se existe por parte dos jornalistas uma preocupação em abordar os assuntos sobre infância e adolescência focalizando ações sociais do Estado. Foi constatado naquele ano que 4,13% dos textos tratavam de Políticas Públicas de uma das três instâncias de governo (Executivo, Legislativo e Judiciário) nas esferas federal, estadual ou municipal. Uma boa notícia é que, em 2004, esse enfoque avançou para 6,87% das notícias.

O crescimento da proporção de matérias que mencionam ou discutem Políticas Públicas ligadas à infância pode ser compreendido, portanto, a partir do impacto gerado pelo fortalecimento de programas de cunho social na agenda da mídia. Mas os principais programas do governo, como o Fome Zero e a Bolsa-Família, não foram os grandes responsáveis por essa expansão.

Os aumentos mais sensíveis quanto a este enfoque se deram em temas específicos: Saúde em geral, Exploração do Trabalho Infantil, Deficiências, Drogas, Cultura, Meio Ambiente e Medidas de Reinserção Social (agenda pela grande ocorrência de rebeliões em Febems e similares no segundo semestre de 2004). É interessante notar que a evolução da cobertura sobre Políticas Públicas Governamentais de Saúde concentrou-se em boa medida sobre saúde materna, tema que, de maneira geral, mereceu atenção bem mais constante por parte dos meios. Enquanto era possível localizar 3.728 notícias relacionadas a esse assunto em 2003, em 2004 foram registradas 5.433 – um expressivo crescimento de 45,73%. Grande parte desse aumento deve-se à ampla cobertura dada à polêmica questão do aborto, que gerou 990 matérias em 2004. Dessas, quase a metade mencionava os fetos anencefálos, tema amplamente debatido na sociedade e que chegou por inúmeras vezes ao Supremo Tribunal Federal no ano passado.

Vale destacar que, embora a cobertura de Violência permanecesse no período ocupando o segundo lugar no *ranking* dos temas, esse fato pouco se deveu à divulgação de ações governamentais. Com uma cobertura mínima em 2003, Políticas Públicas Governamentais voltadas para a Violência reduzem ainda mais sua repercussão em 2004. Outro ponto preocupante é a queda da cobertura de Políticas Públicas oficiais vinculadas ao Terceiro Setor: a tendência captada pela análise desse período é a de que os programas e projetos voltados para a infância e a adolescência passaram a ser ainda mais protagonizadas pelo Estado, com os meios de comunicação relegando a parceria da sociedade civil ao segundo plano.

Lançada em 2005 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), a pesquisa Mídia e Violência analisou 5.514 textos publicados pelos principais jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais entre maio e setembro de 2004. O estudo focaliza todas as faixas etárias, mas a exemplo dos monitoramentos realizados regularmente pela ANDI, revela que os veículos de comunicação ainda precisam evoluir na cobertura de Violência. Apesar de já terem reduzido o tom sensacionalista ao abordar o tema, os diários analisados dão muito destaque a casos individualizados. Outra constatação é que apenas 3,6% dos textos avaliados tiveram como foco políticas de segurança

EDUCAÇÃO

Nas diversas edições da pesquisa *Infância na Mídia* veiculadas a partir de 1998 os assuntos relacionados à Educação de crianças e adolescentes ocupam a primeira posição no *ranking* temático. Integram esse tópico tanto as notícias relativas aos níveis de ensino da Educação Básica, Profissio-

MATÉRIAS DE EDUCAÇÃO AO LONGO DOS ANOS

Ano	Número de matérias (50 jornais)	Percentual de Educação em relação ao total de matérias do ano
2004	30.342	21,87%
2003	24.113	22,78%
2002	21.958	24,78%
2001	20.923	27,60%

nalizante e de Jovens, quanto às relacionadas ao Acesso ao Ensino Superior e a cursos fora do currículo educacional formal, como aulas de línguas em escolas especializadas. É interessante constatar, porém, que mesmo sem ameaça à posição de liderança, o percentual de crescimento do tema vem caindo nos últimos anos – ou seja, registra índices inferiores aos das médias alcançadas pelo conjunto de assuntos monitorados pela ANDI. Em 2003 o volume de notícias sobre Educação subiu 9,81%, se comparado a 2002. E garantiu um avanço de 25,83% entre 2003 e 2004 (dados relativos aos 50 jornais em comum). Mas a evolução do total de assuntos foi de 19,47% e de 31,07%, respectivamente.

Quando contabilizamos os quatro novos veículos incluídos no processo de monitoramento em 2003, o tema representa 22,98% do universo monitorado no ano, com um total de 26.463 textos. Este percentual cai levemente quando incluímos os seis novos veículos, em 2004, ano em que a temática foi foco de um total de 35.987 notícias. É importante deixar claro que os textos sobre Inclusão Escolar e ensino de jovens com algum tipo de deficiência não estão contempladas neste tópico – elas são alvo de levantamento específico, computado no tema Deficiências (veja mais na página 35). Grande parte da abordagem de Educação esteve concentrada no Acesso ao Ensino Superior, que obteve três vezes mais textos do que Ensino Fundamental e Médio e cinco vezes mais que Educação Infantil.

Educação Infantil

A educação de crianças com menos de 6 anos é, segundo a Constituição e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, responsabilidade do Estado. Boa parte dela, porém, ainda está a cargo de entidades sociais e empresas que oferecem o serviço como benefício aos seus funcionários. São poucas as Políticas Públicas voltadas ao ensino de qualidade nessa faixa etária.

Entretanto, em vez de cobrá-las, a imprensa ainda se limita a apresentar o cenário. Educação Infantil foi o foco de 1,02% das matérias monitoradas pela ANDI em 2003 – percentagem semelhante a do ano anterior, mas que decresce para 0,79% em 2004. Outro dado significativo é que entre as 1.171 notícias sobre o assunto registradas em 2003, apenas 4,67% faziam referência a Políticas Governamentais. Em 2004, esse índice permaneceu baixo: 3,77%.

Ensino Superior

Já a cobertura sobre o Acesso ao Ensino Superior, que apresentou um leve crescimento entre 2003 e 2002 – de 1,73% na comparação dos 50 jornais –, passou a refletir uma grande atenção da imprensa em 2004: a quantidade de textos sobre o tema aumentou expressivos 39,08% em relação ao período anterior.

No total, 4.402 inserções foram registradas sobre o Acesso ao Ensino Superior em 2003, e 6.071 em 2004. O sistema de cotas para afro-descendentes foi assunto de 7,43% destes textos no primeiro ano, abrindo caminho para uma presença ainda maior em 2004, quando foi mencionado em 11% deles. Foram publicados, inclusive, editoriais e artigos a favor ou contra os modelos pensados para a implementação dessa política. *Folha de S. Paulo* e *O Globo* tiveram destaque na cobertura de 2003,

OS NÍVEIS DE ENSINO ABORDADOS ENTRE AS MATÉRIAS DE EDUCAÇÃO

Níveis de Educação	2004	2003
Acesso ao Ensino Superior	6.071	4.365
Ensino Médio	1.923	1.374
Ensino Fundamental	1.877	2.042
Educação Infantil	1.269	1.171
Educação Profissional	984	429
Educação Supletivo/Jovens	718	848
Educação/Outros	1.209	2.158
Educação de Vários Níveis	21.936	13.926

com 21,41% das matérias focadas no debate sobre as cotas étnicas. Já em 2004, a discussão se estende para outros jornais, como *Gazeta do Povo-PR*, *Folha de Londrina* e *A Tarde-BA*, além do *Correio Braziliense*, que também no ano anterior passara a focar com mais cuidado o assunto. Juntos, esses veículos foram responsáveis por 23,65% da cobertura. Vale assinalar ainda que, de modo geral, a questão foi tratada de forma ponderada e plural, dando voz a fontes da sociedade civil, de instituições governamentais, especialistas e articulistas.

O Programa Universidade Para Todos (ProUni) também foi amplamente mencionado, com 757 citações, ainda que a cobertura tenha se concentrado nos últimos meses de 2004, quando o programa ganhou maior dimensão pública.

Outra boa notícia nesse tópico é que, em 2003, as inserções sobre Acesso ao Ensino Superior apresentaram

abordagem mais contextualizada em 19,08% das matérias, com referências a Legislações, Políticas Públicas Governamentais ou Busca de Soluções para os problemas. Para o senador Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação, a preferência da imprensa pelo assunto é reflexo direto da conjuntura social brasileira. “Quem lê jornal é a elite, que não se vê às voltas com preocupações sobre um ensino básico de qualidade. Eles querem é saber se seus filhos vão estudar em uma boa universidade”, explica.

É importante ressaltar que, para efeito de monitoramento, o relatório **Infância na Mídia** não considera notícias sobre o ambiente universitário que não se referiram diretamente a crianças e adolescentes. O acompanhamento do tema Educação vai até o momento do acesso à universidade, e o número de notícias sobre o debate das cotas para negros extrapola, em grande medida, o universo acompanhado pela ANDI.

UMA LEITURA APROFUNDADA

Realizada com base na cobertura jornalística de 2004, a pesquisa temática *A Educação na Imprensa Brasileira* reforça a tendência já sinalizada nos últimos anos pelo monitoramento cotidiano realizado pela ANDI: a consolidação da Educação como um dos temas mais enfocados pelas redações do País. O levantamento foi conduzido pela Agência e pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio da Unesco, e envolveu a análise quanti-qualitativa de uma amostra estatística de 5.362 textos publicados por 57 jornais, com foco da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Apresentados no dia 18 de maio de 2005, em São Paulo, durante o seminário *A Educação na Imprensa – Responsabilidade e Qualidade da Informação*, os resultados da pesquisa sinalizam para o fato de que a mídia impressa ainda privilegia a Educação formal; ou seja, aquela oferecida nas instituições de ensino. Cerca de 70% das reportagens, artigos, editoriais e colunas analisadas diziam respeito a um ou mais níveis/modalidades de ensino. O sistema público foi o mais focado pelos jornalistas, figurando em 52% desses textos. Apesar de constituir um segmento central no atual cenário, o setor privado foi negligenciado pela imprensa: esteve presente em apenas 12,2% da amostra.

Já no que concerne ao nível educacional, o estudo mostra que o Ensino Superior ficou à frente de todos os demais – que sofrem, contudo, com limitações estruturais bem mais graves. Ele foi o tema central de 33,4% de todo o universo avaliado. O percentual ainda sobe para 38,7% se adicionadas as matérias que o trataram como temática secundária. É necessário destacar que esses números incluem também os textos sobre acesso à universidade – questão central em 31,3% da cobertura relativa ao nível superior.

Com relação às formas de ingresso nas instituições de Ensino Superior, a cobertura privilegiou visivelmente o vestibular, responsável por cerca de 8% de tudo que foi publicado sobre Educação em 2004. A presença de outras questões relacionadas a acesso, como as políticas de ação afirmativa (3,6%) e as dificuldades de ingressar nesse nível de ensino (0,5%), apesar de bem menos visíveis no material analisado, deve ser encarada como um avanço. Nenhuma outra pesquisa coordenada pela ANDI apontou um percentual tão elevado de notícias que discutiram questões de Raça/Etnia.

Vale destacar que a pesquisa contou com a consultoria de especialistas nos diversos níveis educacionais. Eles ajudaram na construção da ferramenta de classificação das matérias selecionadas, além de terem contribuído com a análise dos números obtidos. Vários desses pesquisadores, como os professores Luiz Roberto Alves, da Universidade Metodista de São Paulo, e Rosa Maria Bueno Fisher, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, participaram dos debates do seminário realizado em São Paulo. O evento contou também com a presença de jornalistas de todo o País, entre os quais Chico Pinheiro (TV Globo) e Marco Antônio de Araújo (Instituto Livre de Jornalismo), que atuaram como debatedores.

As constatações do estudo serão discutidas ainda em outro encontro nacional, proposto pelo deputado federal Carlos Abicalil (PT-MT) e aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em junho. Ainda em 2005, o seminário deverá reunir em Brasília jornalistas, pesquisadores, estudantes e parlamentares.

DIREITOS & JUSTIÇA

Neste item, a ANDI analisa textos que tratam do sistema de garantia dos direitos da infância e adolescência, como legislação, registro civil, adoção, e programas intersetoriais de governo, além das notícias relacionadas a pobreza e desigualdade. Mas ao contrário do levantamento sobre a cobertura de 2002, a discussão de medidas relativas a adolescentes em conflito com a lei passaram a ser computadas, em 2003, à parte de Direitos & Justiça e a comporem um tema específico, denominado Medidas Sócio-Educativas – o qual não inclui as discussões sobre alterações no aparato legal.

Ao longo de 2003, a veiculação de assuntos referentes a Direitos & Justiça cresceu 27,83% em relação a 2002, saltando de 8.889 para 11.363. A tendência se reforça com o avanço para um total de 14.284 textos em 2004 (isto sempre levando em consideração o universo dos 50 jornais em comum). Se computarmos o total de matérias publicadas nos 54 jornais analisados em 2003

e nos 60 de 2004, os números sobem para 12.334 e 16.505, respectivamente.

Merece destaque o fato de que, em 2003, 12,81% dos textos sobre Direitos & Justiça faziam referências a Políticas Públicas Governamentais, bem acima da média geral dos temas (4,13%). Em 2004 esse índice ainda saltou para 18,42%, bem mais que o dobro da média geral (6,96%). Essa forte – e positiva – mudança comprova o aumento da atenção concedida pela mídia a programas governamentais de combate à pobreza, que afetam diretamente a realidade de crianças e adolescentes, como o Fome Zero e o Bolsa-Família.

Por fim, deve ser registrado que, no universo temático de Direitos & Justiça, está inserida toda a discussão em torno do aparato jurídico-institucional-legal voltado para a garantia dos direitos da infância e da adolescência, incluindo-se o debate acerca da redução da maioridade penal (*leia mais sobre esta questão na página 41*).

SAÚDE

O tema Saúde manteve-se na quarta posição no *ranking* geral, passando de 8.791 para 9.394 textos – um crescimento de 6,86% entre 2002 e 2003. Já em 2004, alcança nada menos que 12.514 inserções, um aumento substancial, de 33,21%. Se considerado o conjunto de 54 jornais em 2003 e o de 60 em 2004, os números sobem ainda mais: vão para 9.869 e 14.293, respectivamente. Para explicar essa expansão generalizada no volume dos textos sobre Saúde, deve-se buscar alguns aspectos em particular. A questão da vacinação, por exemplo, foi mencionada em 1.491 matérias do ano de 2004, sendo 908 especificamente sobre campanhas de mobilização da população. Outro assunto de destaque foi a questão da desnutrição, que gerou 728 textos, concentrados principalmente nos jornais do Nordeste, que contribuíram com 34,89% de toda a cobertura do País sobre o tema. Também se pode apontar a saúde materna como temática amplamente tratada, como vimos na página 31.

A despeito do salto na quantidade, a abordagem editorial de 2004 apresenta limitações. O monitoramento diário realizado pela ANDI demonstra que, ao tratarem o universo da Saúde, os jornalistas se debruçam preferencialmente na questão das doenças. Ainda

é reduzido o número de matérias que enfocam o tema como um direito que vai além da noção de ausência de enfermidades.

Incoerências da cobertura

Mesmo quando concentra-se na perspectiva da doença, o material traz inconsistências. Enquanto doenças transmissíveis com incidência decrescente – embora ainda bastante frequentes –, como tétano, poliomielite, sarampo, rubéola e hanseníase foram registradas em 2.068 notícias, outras mais comuns, como malária, tuberculose, febre amarela e hepatite apareceram em apenas 770. Doenças emergentes e reemergentes, como cólera, dengue e hantavirose, foram foco de um número bem mais reduzido: somente 117 textos.

Segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde, embora avanços sanitários, vacinas, antibióticos e a ampliação do acesso aos serviços de saúde tenham reduzido a participação de doenças transmissíveis na taxa de morbimortalidade, aquelas correlacionadas com causas ambientais, sociais e econômicas ainda apresentam grande incidência. “A alteração do quadro de morbimortalidade, com a perda de importância relativa das doenças transmissíveis, dá a impressão de que elas estariam todas extintas ou próximas

disso. Esse quadro não é verdadeiro nem no Brasil nem em países mais desenvolvidos”, afirma o relatório *Saúde Brasil 2004 – Uma Análise da Situação de Saúde*.

Visão global

Os textos que gravitam em torno dessas doenças ainda não encontram um nível satisfatório de contextualização. É verdade que as notícias ligadas à Saúde apresentam alto índice de citação de estatísticas – 26,29% das matérias da área o fizeram em 2004. Mas elas apresentam um desempenho mediano no que diz respeito à Busca de Soluções, Denúncias e Políticas Públicas Governamentais. Significa dizer que os textos sobre Saúde citam muitos números – o que também é importante, uma vez que as estatísticas permitem que se tenha uma visão global da realidade brasileira no setor –, porém falta, nesse material, mais reflexão e cobranças oriundas do serviço público e da sociedade civil no que diz respeito à saúde da criança e do adolescente.

O segmento até 6 anos é o mais abordado nas matérias sobre o tema, estando presente em 72,40% daquelas em que foi possível identificar a faixa etária, em 2003. O índice sobe para 77,73% em 2004. Em ambos os anos, predominam aspectos como saúde pré-natal e pós-natal. As crianças de 7 a 11 anos foram foco de 35,63% e 35,66% dos textos, respectivamente em 2003 e 2004; já os adolescentes aparecem em 22,83% e 23,83%. A soma, maior do que 100% em cada ano, é explicada pelo fato de que uma única matéria pode tratar de mais de uma faixa etária (o mesmo aplica-se a outros dados com tal perfil mencionados neste capítulo).

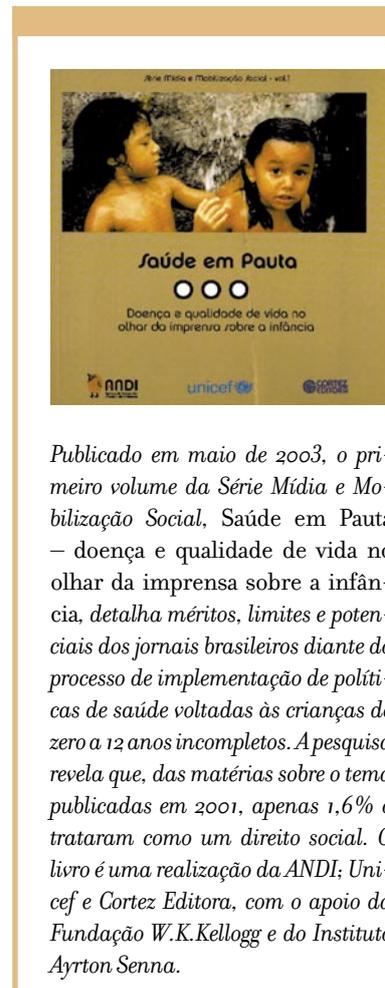
Pontos saudáveis da cobertura

Vale ressaltar o considerável espaço aberto para problemas cada vez mais comuns em crianças e adolescentes: em 2004 houve 1.159 textos sobre obesidade, hipertensão e anemia. O grande destaque fica, contudo, para a cobertura do câncer – doença que, sozinha, marcou presença em 934 inserções.

É inquestionável e positivo também o serviço prestado pela mídia na ampla divulgação de informações relacionadas à prevenção de doenças, e aqui aparece com destaque o número de notícias relacionadas às campanhas de vacinação realizadas pelas autoridades sanitárias. Esse tipo de matéria cumpre, sem dúvida, importante papel social.

ATENÇÃO À AIDS

Quando se fala em Aids, como era de se esperar, ocorre uma inversão no foco etário observado na cobertura de Saúde em geral. Ao tratar do assunto em 2003, a imprensa fez referências a adolescentes em 76,6% dos textos em que foi explicitada a faixa etária a qual se referem. Entretanto, a boa nova é que as redações caminham rumo a uma maior diversificação de abordagens, abrindo mais espaço para a discussão de questões relacionadas à doença no contexto de outros segmentos etários. O percentual de matérias sobre o HIV entre os adolescentes cai para 52,27% em 2004. A Aids entre crianças de 7 a 11 anos foi abordada em 53,33% dos casos em



Publicado em maio de 2003, o primeiro volume da *Série Mídia e Mobilização Social*, *Saúde em Pauta – doença e qualidade de vida no olhar da imprensa sobre a infância*, detalha méritos, limites e potenciais dos jornais brasileiros diante do processo de implementação de políticas de saúde voltadas às crianças de zero a 12 anos incompletos. A pesquisa revela que, das matérias sobre o tema publicadas em 2001, apenas 1,6% o trataram como um direito social. O livro é uma realização da ANDI; Unicef e Cortez Editora, com o apoio da Fundação W.K. Kellogg e do Instituto Ayrton Senna.

EFEITOS COLATERAIS

Lançado em dezembro de 2004 pelo Unicef, o relatório Situação Mundial da Infância 2005 coloca o HIV/Aids como uma das principais ameaças à infância. O adoecimento ou morte dos pais de uma criança, em decorrência da Aids, afeta diversos aspectos da vida de seus filhos: bem-estar emocional, segurança física e desenvolvimento mental, entre outros. O documento aponta ainda que a perda do pai ou da mãe pode privar as crianças de direitos como o de ter um ambiente familiar adequado e, assim, aumentar as chances de que passem a viver nas ruas, sejam abrigados em instituições ou fiquem mais expostos ao trabalho infantil. Para o Unicef, o respeito aos direitos de crianças que ficaram órfãs deve ser uma prioridade internacional nos próximos 20 anos, sendo preciso limitar a disseminação do vírus, aumentar os fundos para o apoio aos órfãos e prolongar a vida dos pais, entre outras ações.

2003 e em 35,23%, em 2004. Já as de zero a 6 anos foram foco em 36,67%, em 2003, subindo para 54,55%, em 2004. Esse aumento da cobertura em torno da manifestação do vírus nos primeiros anos de vida denota maior atenção dada a questões como a transmissão vertical, ou seja, da mãe para o filho. A maioria dos bebês são infectados durante a gestação, o trabalho de parto ou o aleitamento. Dados do Ministério da Saúde sinalizam que, sem o devido tratamento, as chances de transmissão da mãe para a criança são de 25% – percentual que decresce para 2% se tomadas as medidas necessárias. A imprensa vem reconhecendo a importância dessa discussão: em 2004, de 870 textos sobre Aids, 100 abordaram a questão da transmissão vertical.

Outro aspecto relacionado ao atual quadro da Aids no Brasil e no mundo é a feminilização da doença. No início da década de 1980, o número de homens HIV-positivos era muito superior ao de mulheres. Hoje, assiste-se a um aumento considerável na quantidade de mulheres e meninas com o vírus: 50% das pessoas que vivem com o HIV no mundo são do sexo feminino. A mídia está atenta a esse processo: em 2003, 49,95% dos textos sobre Aids associados à infância e à adolescência mencionaram o universo feminino, e, em 2004, o índice foi de 51,95%. Segundo o relatório do Unicef *Situação Mundial da Infância 2005*, a pobreza e a desigualdade de gênero são fatores que tornam as mulheres mais suscetíveis a contrair o HIV.

Os textos que tratam da questão da Aids apresentaram, em geral, ações governamentais e da sociedade civil no combate à doença. Em 53,33% das notícias, foram apresentados caminhos para a Busca de Soluções, mas em 2004 esse percentual caiu para 23,75%. É interessante notar que, das 1.188 notícias relacionadas ao tema, 85 foram geradas diretamente pelo Unicef, concentradas a partir de outubro de 2004.

PELO MUNDO

Crianças e adolescentes de outros países foram retratadas em 6.243 matérias em 2003, 6,46% mais do que em 2002, ocupando o quinto lugar no *ranking* temático. Em 2004, o tema Internacional cede lugar para Cultura: registra 10.374 notícias, mas cai uma posição no *ranking*. O principal enfoque em 2003 foram países invadidos e em guerra. Pouco mais de um sexto das notícias – ou 1,3 mil – tratam da guerra no Iraque. Os conflitos entre israelenses e palestinos envolveram a infância em 650 notícias. Outro destaque, tanto em 2003 como em 2004, foram as notícias sobre as acusações de violência sexual contra crianças, em grande parte por causa das denúncias relacionadas ao cantor Michael Jackson. Vale ressaltar que as matérias sobre o astro *pop* pouco contribuíram para o aprofundamento do debate sobre o grave problema de abuso sexual infantil no mundo, concentrando-se apenas no fato de o problema ter envolvido uma celebridade. Em 2004, o maior destaque da cobertura internacional envolvendo crianças e adolescentes foi o seqüestro e a chacina ocorridos em uma escola em Beslan, na Rússia, com 929 textos. Em segundo lugar, aparecem as tsunamis, na Ásia, com 259 notícias.

CONSUMO

No Brasil, os jornais são lidos predominantemente pelas classes mais abastadas, onde matérias sobre bens de consumo voltados para as crianças destas famílias vêm ganhando espaço crescente no noticiário. Considerando-se apenas os textos focados neste tipo de bens, entre o levantamento realizado em 2002 e o ano de 2004, houve o alarmante aumento de 284,35%, comparando-se 50 jornais.

Tal crescimento merece atenção. É natural que os jornais voltem-se para os interesses de consumo de seu público. Mas esse procedimento poderia ser acompanhado de uma maior contextualização, apresentando causas e conseqüências do consumo excessivo nessas faixas etárias, o que infelizmente não ocorreu: o desempenho nas óticas de

Busca de Soluções e Denúncias encontra-se muito abaixo da média. Percebe-se que não há nenhuma repercussão de Política Pública Governamental voltada para questões relacionadas ao Consumo, o que poderia justificar-se pela pouca atenção dada pelo governo à temática. Tratar de aspectos do consumo responsável a ser exercitado na infância e na adolescência pode ser uma forma de inserir no contexto alguma relevância social – mas essa abordagem só ocorreu em duas matérias. A conscientização de crianças e adolescentes sobre as possibilidades e limites de gastos da família também seria positiva, além do debate em torno dos projetos de lei e da regulação atual sobre publicidade e venda de produtos infantis. As notícias publicadas, porém, estão longe de tais reflexões.

CULTURA

A presença na mídia do tema Cultura cresceu 38,60% entre 2002 e 2003, saltando de 4.560 para 6.320 textos no período – e chegando a 10.916 em 2004, ao compararmos os 50 jornais em comum. Quando avaliamos todos os 60 jornais monitorados em 2004, o número de matérias alcança 12.186, o que reforça a tendência de crescimento. De certa forma, é um item que mantém relação com Consumo, uma vez que também são contabilizadas aqui notícias sobre produtos culturais, pagos ou não, como lançamentos de filmes, Cds, livros e programas de televisão. No entanto, embora a abordagem voltada para Políticas Públicas

Governamentais esteja entre as menores registradas pela presente pesquisa, observou-se um crescimento razoável: de 0,25%, em 2003, para 1,15% dos textos, em 2004. Isso se justifica pela atuação do Ministério da Cultura, que no último ano impulsionou debates como o da criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Os produtos culturais somam, entretanto, cerca de metade das notícias dedicadas a Cultura – 6.857. Alguns destaques do período: a série britânica Harry Potter, o filme *Aquária* (protagonizado por Sandy e Júnior), o personagem Bob Esponja e a trilogia *Senhor dos Anéis*.

ESPORTE

O monitoramento realizado pela ANDI revela que os jornais ampliaram consideravelmente a cobertura dos temas associados aos Esporte, com 5.544 matérias publicadas em 2003 e 8.660 em 2004, envolvendo o público infanto-juvenil. A faixa etária entre 12 e 17 anos é priorizada, com 61,39% e 70,63% do total de notícias, respectivamente. Além disso, os meninos predominam: das matérias sobre Esporte que fizeram distinção entre os sexos em 2003, 59,18% se referiam aos garotos. Em 2004, o número foi de 58,51%.

No último ano, Esporte foi o tema que mais abriu espaço para a opinião dos adolescentes. De todas as matérias associadas ao assunto, 12,83% ouviram meninos e meninas acima de 12 anos, enquanto a média geral de

consultas a essa faixa etária foi de apenas 3,76%. Os especialistas – técnicos, preparadores físicos e médicos – foram os atores mais presentes nos textos, com 34,31% do total de entrevistas em 2003, e 26,31% em 2004.

Merece destaque a série de reportagens *Nos porões do futebol*, publicada em 2003 por *O Globo*. O trabalho dos repórteres Lúcio de Castro e Fellipe Awi revelou a exploração sexual infantil por trás do brilho do esporte mais praticado no País. A abordagem de temas como este pelas editorias de esportes é um avanço, reconhecido inclusive internacionalmente. A série venceu a categoria Imprensa da 3ª edição dos *Prêmios Iberoamericanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência*, concedidos pelo Unicef e pela Agência Efe.

SITUAÇÃO DE RUA E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

O tema Situação de Rua ganhou destaque em 2004 devido à Operação Turismo Seguro, realizada em novembro, no Rio de Janeiro. Não fosse essa polêmica ação do governo fluminense, que consistiu na retirada de crianças e adolescentes das ruas da capital do estado em nome da proteção aos turistas, o assunto teria se posicionado em patamares bastante inferiores aos de 2003. Vale registrar que o tema foi responsável por apenas 0,44% da cobertura de 2003 e 0,29% de 2004.

Tendo registrado substancial queda ao longo do período 2001-2004, enquanto as demais áreas temáticas passavam por expressivo crescimento, a condição de meninas e meninos que vivem nas ruas permaneceu, portanto, praticamente fora da mídia. Um dos poucos dados positivos é que as raras notícias veiculadas apresentam aspectos qualitativos razoavelmente acima da média, como bons índices de Busca de Soluções e Denúncias.

A citação de Políticas Públicas Governamentais, dentro de um universo já reduzido de textos, pode ser considerada insignificante, sendo inferior até mesmo à apresentada pelo tema Violência – 1,01% das menções em 2003, caindo para 0,69% em 2004. Situação de Rua é um assunto pouco utilizado também para apoiar a cobertura das demais temáticas a ele relacionadas, como Abuso & Exploração Sexual, Violência, Exploração do Trabalho Infantil, Drogas e Direitos & Justiça (o item em que são classificadas, pela ANDI, as questões de pobreza). Em 2004, Situação de Rua foi tema de apoio em apenas 0,09% das notícias.

Abrigamento e Convivência

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê o abrigo como uma “medida provisória e excepcional”. Segundo prega a Lei, a família é um elemento essencial para a proteção integral de meninos e meninas. Somente quando há a necessidade premente de afastamento do ambiente familiar é que as crianças e adolescentes devem ser encaminhadas a instituições de abrigo. Estas, por sua vez, devem se empenhar para que a reintegração se dê o mais rápido possível, implementando medidas para o fortalecimento e a manutenção dos vínculos afetivos entre os pequenos abrigados e seus familiares ou, quando for o caso, incentivando o convívio com outras famílias.

Quinze anos após a aprovação do ECA, contudo, a medida protetiva de abrigo em entidade continua sendo aplicada de forma indiscriminada no País. Além disso, embora muitas instituições estejam desenvolvendo recursos para garantir a convivência familiar e comunitária assegurada pela Lei, levantamento realizado pelo Ipea e

Conanda, lançado em 2005, *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*, revela que ainda falta muito para tirar esse direito do papel. As redações do País refletem essa realidade: em 2003, apenas 4,02% das matérias sobre abrigos mencionaram a questão da convivência familiar. Em 2004, esse percentual experimentou um acréscimo de mais de dois pontos, foi para 6,85%.

Ciente da necessidade de se fazer cumprir a legislação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou, em outubro de 2004, a constituição da Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O objetivo do grupo é estabelecer diretrizes políticas e desenhar um plano de ação para a área. A Comissão foi tema de 22 matérias, a maioria publicada em novembro.

Condição problemática

O estudo do Ipea e do Conanda revela que a situação de rua e o abrigo encontram forte correlação com a condição de pobreza das famílias, principal responsável pela situação de alta vulnerabilidade vivida nas ruas e nas instituições de abrigo por meninos e meninas privados do direito à Convivência Familiar. Segundo dados recolhidos pelo relatório, em 589 estabelecimentos que recebem recursos do Governo Federal, 86,7% dos abrigados têm família, sendo os motivos relacionados à pobreza os que mais influenciam no abrigo (52%).

O abandono é, também, outra face da pobreza. Para Renato Rodovalho Scussel, Juiz da Vara de Infância e Adolescência de Brasília, o problema mais grave enfrentado por crianças encaminhadas às varas consiste no seu completo abandono por parte dos pais. Elas são geralmente deixadas sob tutela de um parente ou vizinho, partindo daí para as ruas e, posteriormente, sendo encaminhadas aos abrigos.

A violência doméstica praticada pelos próprios pais é outro importante elemento que leva as crianças e os adolescentes para as ruas. Dados do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência sobre denúncias de violações de direitos de crianças apresentadas pelos Conselhos Tutelares em 2004 demonstram que pais e mães são os agressores mais denunciados – pais, pela agressão física, alcoolismo e desestabilização da convivência; e mães, pela negligência com a saúde da criança. Juntos, são responsáveis por cerca de 50% das denúncias realizadas. Em 2003, 33,53% das notícias que apresentaram Situação de Rua como tema principal fizeram referências à questão da convivência familiar. Esse número cai em 2004, para 27,11% do total ■



RETRATOS DA DESIGUALDADE

Mais uma vez o tema Violência fica em segundo lugar entre as temáticas abordadas nos jornais monitorados e se destaca pela baixa qualidade da cobertura

Embora o volume de matérias sobre Violência envolvendo crianças e adolescentes tenha aumentado sucessivamente entre 2002 e 2004, é importante registrar que, quando investigamos o espaço que o assunto ocupa em relação ao total geral de reportagens sobre infância e juventude, descobrimos uma clara tendência de queda – o que, sem dúvida, é uma boa notícia.

Em 2003, a incidência de textos vinculando crianças e/ou adolescentes a algum ato violento cresceu quase dez pontos percentuais (9,17%) se comparada a 2002, passando de 15.442 matérias para 16.858. Em 2004, houve novo aumento, desta vez de 17,24%, com o registro de 19.765 inserções sobre o tema. Mas essas variações ficaram abaixo daquelas alcançadas pelo crescimento médio geral das textos monitorados pela ANDI, que foi de 19,47% em 2003, e de 31,07% em 2004. Vale destacar que esses dados referem-se apenas aos 50 jornais em comum analisados nos últimos três anos.

Outra boa notícia em relação a esse universo é que a proporção de fontes policiais ouvidas nas matérias caiu entre 2002 e 2004. Mesmo que esta não seja uma tendência consolidada, já abriu espaço para outras vozes. Em compensação, o tema reúne ainda grande número de textos que abordam crianças e adolescentes de forma depreciativa.

Depreciação revelada

É nas notícias da área de Violência que se concentra o uso cotidiano de expressões pejorativas na cobertura do universo de crianças e adolescentes. O termo “menor” é o mais utilizado, isoladamente ou em expressões como “menor infrator” e “menor de rua”. Em 2003, a temática já concentrava parte significativa das matérias com menções depreciativas – 32,13% delas a tinham como foco principal. Mas, em 2004, a Violência passa a concentrar 56,95% das notícias com termos pejorativos. Esta tendência se contrapõe a um dado extremamente positivo, registrado no comportamento da imprensa em geral. Enquanto em 2003, 5,09% do conjunto total de notícias trazia expressões depreciativas, em 2004 este índice cai pela metade – 2,32%.

Para a consultora de organismos internacionais em questões de juventude, violência e gênero Maria das Graças Rua, a utilização de termos depreciativos significa a percepção da criança ou do adolescente como um ser ameaçador. “Mais do que preconceito, a disseminação desses termos demonstra uma postura defensiva perante a violência, de rejeição àquele que ameaça. E essa faixa etária passou, genericamente, a ser considerada ameaçadora”, afirma.

TERMOS PEJORATIVOS

Temas	2004	2003
Violência	56,95%	39,14%
Abuso & Exploração Sexual	10,17%	22,13%
Medidas de Reinserção Social	10,17%	10,86%
Direitos & Justiça	6,10%	7,99%
Drogas	5,76%	4,92%

PRINCIPAIS FONTES OUVIDAS SOBRE VIOLÊNCIA

Fontes	2004	2003
Polícia	44,35%	35,53%
Família	13,03%	15,41%
Pessoa Física	10,05%	13,74%
Especialistas	4,30%	6,23%
Adolescente	3,08%	3,17%
Executivo Estadual	3,04%	3,17%
Judiciário	2,38%	1,77%
Escola – profissionais	2,71%	1,72%
Ministério Público	2,24%	3,60%
Executivo Municipal	1,68%	2,31%

SUBTEMAS DE VIOLÊNCIA*

	2003	2004
Violência - Atos violentos (vítima)	62,35%	64,48%
Violência - Atos violentos (agente)	18,20%	17,96%
Violência - Ações e Reflexões	9,92%	9,87%
Violência - Atos violentos (agente e vítima)	5,51%	6,33%
Violência - Outros	2,30%	1,36%
Violência - Conflitos Armados**	0,91%	-
Violência - Gangues**	0,80%	-

*Percentual em relação ao universo total de matérias veiculadas no ano

**Item não classificado em 2003

Outro fator destacado por ela como de fundamental relevância é o preconceito revelado na utilização desses termos. “A sociedade associa a pobreza à violência e à criminalidade. O jovem pobre é visto como um bandido em potencial. Quando se trata de crianças e adolescentes de classe alta, o tom da imprensa é de perplexidade e revolta”, observa. Ela cita como exemplo o caso da adolescente Suzane von Richthofen que, em 2003, pediu ao namorado para assassinar seus pais. “Naquela época, a mídia perguntava, perplexa, sobre o que leva um jovem a cometer uma coisa dessas. Ninguém dizia bandido, trombadinha, pivete, mas apenas jovem”, aponta Maria das Graças.

Avanço incerto

Um importante avanço foi verificado no período analisado por este relatório quanto à relação dos jornalistas com as fontes de informação consultadas nas matérias sobre Violência. A Polícia, que em 2002 tinha sido a instância mais procurada pelas redações sobre o assunto, permanece na liderança em 2004, mas com menor participação. No levantamento anterior realizado pela ANDI, 52,9% dos textos referentes ao tema ouviram agentes de segurança pública. Em 2003, houve um significativo recuo da presença de fontes policiais, para 35,16% das notícias. Em 2004, o índice voltou a crescer, para 44,35%, mas, felizmente, ainda se manteve bem abaixo dos patamares de 2002, com uma redução de 8,55 pontos percentuais da participação da Polícia como fonte de informação.

O cenário, porém, ainda não pode ser visto como consolidado: é bom frisar que, apesar desta evolução, os policiais continuam sendo a principal fonte consultada nos textos sobre Violência.

Em depoimento à pesquisa *A Criança e o Adolescente na Mídia de Minas Gerais*, veiculada em 2003 pela ONG Oficina de Imagens, o assessor de comunicação da Polícia Militar do estado, capitão Cedir Rocha, enfatiza que o jornalista deve buscar contextualizar os fatos. “Temos uma certa dificuldade para passar notícias sobre adolescentes porque a imprensa não tem limites, não vê as conseqüências do que publica”, declarou a entidade mineira, que integra a Rede ANDI de Comunicadores pelos Direitos da Infância e da Adolescência. Para Rocha, que implementou mudanças na forma de registrar boletins de ocorrência de modo a atender melhor à imprensa, embora ajudem a polícia, os profissionais de comunicação não costumam ter critérios claros para passar as informações, devido à pressa e à concorrência.

VÍTIMAS X AGENTES

A maior parte da cobertura sobre Violência continua centrada nas situações em que crianças e adolescentes são as vítimas, o que demonstra certa preocupação da imprensa com as condições de vida das novas gerações. Por outro lado, isto pode estar apenas refletindo a realidade: pesquisa divulgada pela Unesco aponta um aumento de 77% no número de jovens vítimas de homicídios na última década – nos demais segmentos etários, o crescimento foi de 50,2%. Apenas em 2000, 39% dos assassinatos no País vitimaram jovens entre 15 e 24 anos.

Em 2002, o índice de matérias que apresentam crianças e adolescentes como agentes de violência representava 15,38% do total das notícias

publicadas sobre o tema. Em 2003, passou para 18,20%, mantendo-se em patamar semelhante – ligeiramente inferior – em 2004. A mídia deve estar atenta ao fato de que o número de adolescentes envolvidos em crimes é bastante inferior ao de meninos e meninas que são vítimas.

Um dos números mais recentes da Coordenadoria de Análise e Planejamento, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, mostra que os menores de 18 anos participaram de apenas 1% dos homicídios dolosos no estado (dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2003). Segundo a mesma pesquisa, crianças e adolescentes estão envolvidos em apenas 1,5% dos roubos e 2,6% dos latrocínios. Para o sociólogo e cientista político Túlio Kahn, da Coordenaria de Análise e Planejamento da Secretaria, os indicadores “derrubam o mito da periculosidade dos jovens” e mostram que a re-

dução da maioria penal teria “um impacto muito pequeno e ineficaz”.

Independentemente de crianças e adolescentes serem retratados como vítimas ou agentes de atos violentos, é importante ressaltar que a qualidade das notícias apresentou graves lacunas. Enquanto a proporção de textos contendo denúncias permanece acima da média apresentada pela cobertura em geral, o número de inserções que discutem soluções para os problemas de Violência é o pior entre todos os temas monitorados pela ANDI. É triste a constatação do quanto não se debatem ou sequer se mencionam Políticas Públicas Governamentais voltadas para o enfrentamento dos inúmeros casos de violação de direitos retratados. Em 2003, o número de matérias que enfocam tais políticas representa apenas 0,51% do total de Violência. Em 2004, essa participação diminuiu ainda mais, para 0,45%.

A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL

Entre os assuntos que dizem respeito aos direitos da infância e da adolescência tratados pela mídia em 2003, destacou-se o debate sobre a redução da maioria penal. A questão ressurgiu com força após o assassinato do casal de adolescentes Liana Friedenbach e Felipe Caffé, cometido no interior de São Paulo por um grupo do qual fazia parte um adolescente de 17 anos, conhecido como Xampinha.

Das 817 matérias, artigos ou editoriais com a expressão “maioridade penal” encontradas ao longo de 12 meses, 92,16% foram publicadas após o episódio, dos quais nada menos do que 71,23% em novembro, quando o casal desapareceu e foi encontrado morto. No mês seguinte, dezembro, quando o assunto ainda era repercutido, foram veiculados os outros 20,93%.

Grande parte destes textos trazia opiniões praticamente unilaterais, dando espaço privilegiado aos defensores da redução da maioria penal. O pai de Liana, Ari Friedenbach, iniciou uma campanha pela mudança do dispositivo do ECA, recebendo o apoio de lideranças religiosas, representantes do sistema judiciário e artistas.

Nomes como Dom Aloísio Lorscheider, o rabino Henry Sobel, o procurador de Justiça Paulo Afonso de Paula, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, e a apresentadora Hebe Camargo pediram punições mais severas aos adolescentes em conflito com a lei. Seu argumento era de que, assim, o número de crimes cometidos por jovens com menos de 18 anos cairia.

Tal opinião, embora sem qualquer embasamento estatístico ou técnico, foi disseminada por emissoras de tevê e páginas de opinião dos jornais e revistas. O caso confirma um tipo de comportamento que vem sendo verificado pela ANDI ao longo dos nove anos de realização do monitoramento editorial: a imprensa tende a cobrir questões relacionadas à maioria penal de forma cíclica, quase sempre relacionada a crimes com forte apelo emocional e ouvindo poucas opiniões divergentes.

A influência da condição social

Essa postura repetiu-se em 2004, com a repercussão – menor que a suscitada pela morte de Liana e Felipe – da detenção de cerca de 200 adolescentes após série de assaltos cometidos contra turistas no Rio de Janeiro. No entanto, mesmo após editorial de grave teor discriminatório em que *O Globo* defendia a redução da maioria penal e a detenção de crianças e adolescentes em Situação de Rua para garantir os direitos dos turistas na cidade, a discussão passou a centrar-se bem mais nos problemas associados à vida nas ruas do que no rebaixamento da idade penal propriamente dito. O assunto acabou esvaecendo muito rapidamente – um mês após o fato, noticiado em novembro.

O advogado Ariel de Castro Alves, conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos, acredita que a intensa repercussão de casos como a morte do casal em São Paulo só ocorre devido à condição social da família das vítimas. “Por pertencer à classe média-alta, os pais de Liana tiveram condições de mobilizar a opinião pública para o tema”, destaca.

SALTO DE QUALIDADE NA COBERTURA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Embora ainda não alcancem o nível de qualidade ideal, as matérias sobre as temáticas referentes a Abuso & Exploração Sexual avançam rumo a uma abordagem mais humana e sintonizada com os preceitos legais

A cobertura da violência sexual contra crianças e adolescentes, que engloba o abuso e a exploração comercial, apresentou um ligeiro aumento, de 2,50%, entre 2002 e 2004, no universo dos 50 jornais analisados pela ANDI (o total de matérias foi de 4.153 em 2002, de 4.218 em 2003, e de 4.257 em 2004). Se computados os quatro jornais adicionais em 2003, o número sobe para 4.648. E no universo de 60 diários monitorados em 2004, foram registradas 4.847 notícias.

A representatividade do tema no material avaliado, no entanto, cai de 4,69%, em 2002, para 3,98%, em 2003, chegando a 3,04% dos textos sobre infância e adolescência de 2004. Por caracterizar uma forma especialmente grave de agressão à criança ou adolescente, o tema Abuso & Exploração Sexual é monitorado pela ANDI separadamente das outras formas de Violência e de Trabalho Infantil.

Nos dois anos que estão em foco no presente relatório, boa parte dos textos sobre o tema surgiram como resposta a uma ação governamental: a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Aqui é possível identificar maior maturidade da imprensa diante da agenda dos direitos das novas gerações. Ao reconhecer a importância estratégica da iniciativa do Congresso Nacional, as redações puderam fortalecer politicamente a própria CPMI e alimentar o debate da sociedade em torno da necessidade urgente de combater o problema.

Na esteira deste movimento, as denúncias do suposto envolvimento de autoridades em redes de exploração sexual

também surgiram na pauta. Dois casos chamaram a atenção em 2004: o do vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, citado ao longo dos trabalhos da CPMI como um dos envolvidos no aliciamento de adolescentes em Manaus e, estranhamente, ausente de seu relatório final (104 textos ao longo do ano), e o do deputado distrital Benício Tavares, acusado de utilizar os serviços de uma rede de exploração sexual comercial, também no Amazonas (189 inserções).

Recursos diversificados

É importante ressaltar que as matérias focadas em violência sexual superam todos os indicadores de qualidade daquelas que têm como tema outras formas de Violência, o que representa um avanço na cobertura do problema pela mídia. Tanto em 2003 quanto em 2004, notícias sobre Violência em geral mencionaram o ECA em menos de 1% dos casos. Já nas matérias cujo tema principal são situações de Abuso & Exploração Sexual, o documento apareceu em 2,51% dos textos em 2003, e nada menos que 4,99% em 2004. Ou seja, o esforço dos jornalistas em fundamentar os fatos noticiados com a legislação pertinente praticamente dobrou. A menção a outras legislações também é maior nas matérias sobre violência sexual do que nos demais casos de Violência.

Já a veiculação de denúncias e a discussão de possíveis soluções também são bem mais numerosas quando o assunto diz respeito à violência sexual, conforme vemos na tabela abaixo. Acompanhando a visibilidade dada à CPMI, o volume de matérias com conteúdo de denúncia cresceu substancialmente, passando de um total de 19,41%, em 2003, para 36,10%, em 2004. Destaque também deve ser

COBERTURA DE VIOLÊNCIA EM GERAL X VIOLÊNCIA SEXUAL

Tema	2003					2004				
	Busca de Soluções	Denúncia	Cita ECA	Cita legislação em geral	Cita políticas públicas	Busca de Soluções	Denúncia	Cita ECA	Cita legislação em geral	Cita políticas públicas
Violência em geral	4,23%	13,01%	0,96%	1,69%	0,51%	3,99%	14,84%	0,90%	5,06%	0,45%
Violência sexual	15,44%	19,41%	2,51%	5,25%	2,97%	16,89%	36,10%	4,99%	12,35%	5,23%

dado ao número de notícias sobre violência sexual com referências a políticas públicas nos dois anos pesquisados. O índice passou de 2,97% em 2003, para 5,23% em 2004. É de novo expressiva a diferença em relação a inserções sobre Violência em geral.

Outro aspecto de especial relevância é que nas matérias sobre violência sexual as fontes policiais são

menos consultadas que nas pautadas por atos violentos em geral. Este cenário tende a consolidar-se, já que entre 2003 e 2004 cai o percentual de vozes ligadas à Polícia em textos sobre Abuso & Exploração Sexual. Contudo, vale assinalar que, mesmo assim, os policiais ainda são a principal fonte ouvida nestas matérias ■

INCENTIVO À ABORDAGEM

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de propostas de pauta que contribuam para ampliar e qualificar o tratamento editorial dos temas relacionados à violência sexual que atinge crianças e adolescentes, a ANDI e o Instituto WCF-Brasil promovem o *Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística*. As propostas vencedoras contam com suporte técnico e financeiro em sua execução, além de um prêmio em dinheiro para os jornalistas responsáveis, após a veiculação das reportagens. A iniciativa tem o apoio do Unicef, da OIT, da Fenaj e da Abraji.

Na primeira edição do Concurso Tim Lopes, realizada em 2002, foram premiados cinco projetos. A qualidade do material levou dois dos trabalhos à condição de finalistas da sétima edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, promovido pelo Instituto Ayrton Senna: a reportagem “Dormindo com o inimigo”, de Mônica Beatriz Figueiredo e Bia Sant’Anna, publicada na *Revista MTV*, e o caderno “Confissões de Família”, de Maria Clarice Dias, Juliana César Nunes e Marina Oliveira, publicado pelo *Correio Braziliense*. Também premiado na primeira edição do concurso, outro caderno, “Nos jardins da infâmia”, de Suzana Varjão, Ricardo Mendes e Rosana Zucolo, do jornal *A Tarde*-BA, ficou entre os finalistas da terceira edição dos *Prêmios Iberoamericanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência*, uma parceria entre Unicef e Agência Efe. A série de reportagens do repórter Wallace Lara para a TV Verdes Mares (afiliada cearense da TV Globo), “Infância Roubada”, recebeu o Prêmio Imprensa Embratel 2000/2001, na categoria Região Nordeste.

Além disso, na categoria Rádio, é importante mencionar a mobilização feita pelas jornalistas Nelcira Nascimento e Ângela Bastos pela potencialização da série de reportagens “Acolhimento com Dignidade”. Como resultado, o material foi veiculado não apenas na Rádio Gaúcha, como estava previsto inicialmente, mas também na grande maioria das emissoras da Rede Brasil Sul (RBS). Além disso, a série ins-

pirou pautas no *Diário Catarinense*, no *Zero Hora*-RS, no site *Clic RBS* e nas tevês abertas da RBS do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Novas conquistas

Em sua segunda edição, em 2004, o Concurso resultou em várias séries de matérias com repercussão nacional. Na categoria Revista, os repórteres Alan Rodrigues e Mário Simas Filho avançaram em investigações internacionais para a construção de três textos especiais sobre pedofilia na Internet veiculadas pela *IstoÉ*. Conexões internacionais também pautaram os dois veículos vencedores na categoria Jornal. A repórter Jaqueline Ferreira e o fotógrafo Renato Chalú produziram oito matérias sobre a exploração sexual comercial de adolescentes brasileiras na Guiana Francesa e no Suriname, publicadas em *O Liberal*-PA. Os repórteres Mauri König e Albari Rosa, da *Gazeta do Povo*-PR, elaboraram a série “A Infância no Limite” a partir de 30 dias de investigação em nada menos de 66 municípios brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Os autores receberam o prêmio *Dignidade Solidária*, concedido a pessoas e instituições que se destacam na área de direitos humanos.

Já na categoria Rádio, cinco documentários foram produzidos pela jornalista Márcia Detoni e sua equipe sobre os tipos mais frequentes de Abuso & Exploração Sexual de crianças e adolescentes no Brasil: exploração sexual nas rodovias; tráfico de meninos e meninas; abuso intrafamiliar; turismo sexual, e exploração sexual decorrente da miséria e da necessidade de sustento. O material foi veiculado nas rádios Nacional do Rio de Janeiro, Nacional AM de Brasília e Nacional da Amazônia, apoiado por debates com especialistas.

Completa o grupo de vencedores de 2004 a série de 27 matérias veiculadas no site da Agência Baiana de Notícias (Aban), vinculada à Universidade Social da Bahia, vencedora da categoria Mídia Alternativa. O tema central das reportagens costuma passar longe do foco da imprensa: a exploração sexual de meninos.



POR UMA PERSPECTIVA MAIS LEGAL

Tratamento dado pela imprensa ao Estatuto da Criança e do Adolescente necessita garantir mais espaço e aprimorar viés reflexivo. Mas é possível identificar sinais positivos na cobertura

Diversos estudos realizados pela ANDI ao longo dos últimos oito anos demonstram que a crescente cobertura jornalística sobre os temas relativos à infância e à adolescência tem encontrado dificuldade em incluir no debate, de forma mais ampla, aspectos relativos à legislação em vigor – incluído aí o Estatuto da Criança e do Adolescente. É isso o que mostra também trabalho elaborado pelas dez entidades que integram a Rede ANDI Brasil, tendo como base a produção jornalística do ano de 2004. Essas mesmas pesquisas, por outro lado, sinalizam para o fato de que, apesar de pouco abordado, o ECA é visto com bons olhos pela imprensa.

Neste capítulo do relatório **Infância na Mídia**, apresentamos os resultados preliminares da recente análise coordenada pela Rede ANDI Brasil. O estudo envolveu 1.442 textos – entre matérias, artigos, colunas e editoriais – que traziam alguma referência ao ECA. Eles foram extraídos do universo total de textos sobre os direitos da infância e da adolescência veiculados por 54 jornais monitorados pelas Agências da Rede ao longo do último ano. Entre os objetivos da pesquisa, estão o de entender de que forma o Estatuto é abordado, em quais circunstâncias ele é mencionado no noticiário e a que temáticas do universo infanto-juvenil aparece relacionado.

Imagem positiva

A análise da Rede ANDI Brasil delineia algumas conclusões bastante positivas. Uma delas é que é pequena a cobertura contrária às determinações do ECA: apenas 5,8% dos textos advogam pela redução da maioria penal, sugerem sanções mais duras para os adolescentes ou atribuem ao Estatuto o aumento da criminalidade. Já as matérias que tecem elogios ao documento ou o defendem explicitamente somam 14,3% do material analisado – ele é identificado como uma solução para os problemas das novas gerações e uma importante inovação de cunho jurídico, sendo comparado favoravelmente a outras legislações internacionais. A imprensa também defende a manutenção do texto atual e, quando propõe eventuais modificações, costuma fazê-lo à luz dos direitos da infância e da adolescência (*veja a tabela da página a seguir*).

A pesquisa mostra também que a imprensa tem clara percepção de que algumas determinações do ECA não são respeitadas pelas autoridades. Em 26,5% da amostra, há referências de que o Estatuto ou é descumprido ou não está totalmente implementado. Esse enfoque representa um importante avanço por parte da mídia, resultando em um trabalho jornalístico mais crítico e aprofundado, que extrapola a mera menção à lei em vigor.

LIMITES DA ABORDAGEM

O estudo da Rede ANDI Brasil chama a atenção também para alguns problemas graves enfrentados pela cobertura jornalística. Um dos mais preocupantes é a superficialidade com que o ECA é trabalhado. Em 80% da amostra, o Estatuto aparece de forma pouco significativa; ou seja, apenas os 20% restantes avançam em reflexões sobre sua importância estratégica, sua aplicação prática e os impactos que vem obtendo. Esse resultado só é melhor em dois estados: Sergipe, com 30% das notícias oferecendo tratamento razoavelmente consistente ao documento, e Mato Grosso do Sul, em que esse índice chegou a 40%.

O ECA também aparece com percentuais muito baixos em outro importante critério para avaliar o destaque que lhe foi concedido pela imprensa: em média, 12,6% das inserções analisadas o mencionaram nos títulos dos textos. As exceções positivas foram registradas nos jornais do Rio Grande do Norte (23,2%), de Sergipe (18,4%) e da Bahia (17%). No extremo oposto, aparece Pernambuco, com 6,4%.

COMO O ECA APARECEU NOS TEXTOS

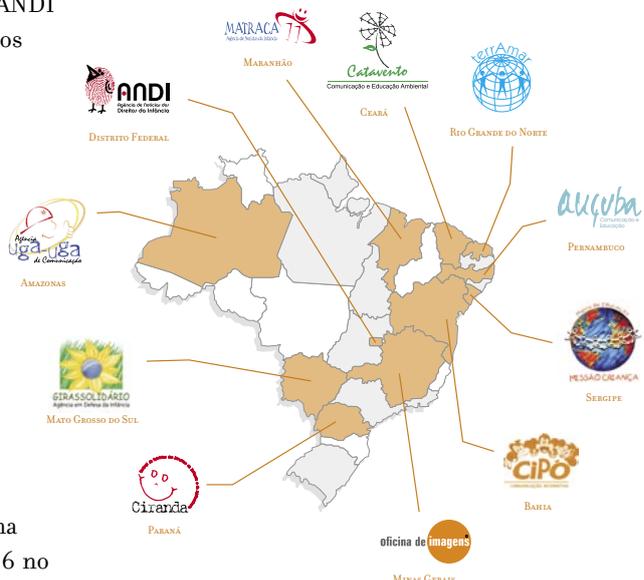
Foi mencionado genericamente	36,9%
Foi apresentado como tendo sido descumprido	16,0%
Um artigo específico foi mencionado	14,9%
Foi apresentado como não totalmente implementado	5,4%
Foi apresentada uma explicação de como o ECA é aplicado	5,1%
Foi apresentado como uma das soluções para um problema relacionado à infância e adolescência	3,9%
Foi apresentada/discutida/analisa a necessidade específica de sua modificação com relação à maioridade penal (redução)	2,6%
Foi elogiado genericamente	2,5%
Foi apresentado como uma inovação legislativa	2,5%
Foi apresentada uma defesa à manutenção do texto da lei	2,4%
Foi apresentada uma necessidade específica de alteração que visa o melhoramento da legislação à luz dos direitos da infância e adolescência	2,4%
Foi apresentada a necessidade específica de sua modificação com relação à introdução de penas mais duras (exceto a redução da maioridade)	1,7%
Foi apresentado como responsável pelo aumento da criminalidade	1,5%
Foi apresentada a necessidade genérica de sua modificação	1,0%
Foi apresentada ou discutida uma alteração já efetivada	0,8%
Foi comparado a outras leis de outros países ou internacionais	0,6%

FORTALECENDO O ACOMPANHAMENTO DA IMPRENSA

A constatação de que era essencial dar mais atenção à produção regional da mídia no que diz respeito à pauta da infância e da adolescência provocou, em 2000, o surgimento da Rede ANDI Brasil – uma parceria entre a ANDI e outras organizações de comunicação, que hoje alcança dez estados do País e o Distrito Federal.

Cada agência integrante da articulação produz um boletim semanal denominado *Prioridade Absoluta*, que contém sugestões de pautas e uma agenda dos principais eventos de relevância para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Cada organização também produz diariamente um *clipping* local com o resumo das principais notícias sobre infância e adolescência, além de uma análise quanti-qualitativa anual do comportamento editorial dos veículos regionais.

Gerenciada por uma Secretaria Executiva, a Rede é uma ação realizada em aliança estratégica com a Comunidade Européia, Unicef, Conanda, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Instituto C&A e Instituto Telemar. Essa articulação permitiu uma significativa ampliação do universo dos jornais monitorados – 96 no total, 36 a mais que o número focalizado no relatório **Infância na Mídia**.



O percentual de textos analisados, que se referem a algum artigo do ECA é de 20,4%. O mais mencionado é o 244-A, que trata das penalidades relacionadas à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tema bastante focado na amostra analisada pela Rede ANDI Brasil.

FOCO CENTRAL DOS TEXTOS ANALISADOS

Direitos & Justiça	27,5%
Medidas Sócio-Educativas	13,9%
Violência	10,1%
Abuso & Exploração Sexual	9,0%
O próprio ECA	8,5%
Exploração do trabalho	4,6%
Educação	4,4%
Terceiro Setor	3,2%
Drogas	2,8%
Adoção	2,8%
Situação de Rua	1,7%
Maus-tratos	1,5%
Fome, pobreza, miséria, exclusão	1,4%
Saúde	1,4%
Trabalho	1,2%
Cultura	1,0%
Mídia	1,0%
Negligência	0,9%
Educação Infantil	0,7%
Tráfico de crianças	0,6%
Comportamento	0,4%
Sexualidade	0,3%
Esporte	0,2%
Deficiências	0,2%
Acidentes	0,2%
Meio Ambiente	0,1%
Mortalidade Infantil	0,1%
Desaparecidos	0,1%
Internacional	0,1%
Migração & Deslocamento	0,1%

Temas de destaque

Na maioria das notícias em que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi mencionado, a imprensa estava cobrindo questões relacionadas a Direitos & Justiça (27,5%), Medidas Sócio-Educativas (13,9%) e Violência (em geral ou de cunho sexual, com 19,1% dos textos). Ou seja, 60,5% do material analisado abrangem esses três temas que, com certeza, compõem discussões centrais para o universo infanto-juvenil, pois concentram grande parte dos problemas relacionados às violações mais graves dos direitos dessa população. Entretanto, é uma visão limitadora associar o ECA, fundamentalmente, a esses assuntos.

A legislação brasileira é internacionalmente reconhecida em função de estar pautada por uma perspectiva ampla de garantia de direitos. Assim, causa estranheza que a cobertura de temas mais conectados a Políticas Públicas acabe apresentando tão pouca interface com o ECA: questões relacionadas aos diversos níveis de Educação são o foco de 4,4% dos textos analisados, Educação Infantil é responsável por 0,7% e Saúde por 1,4%. Temas associados ao combate à Fome e Pobreza também recebem muito pouca atenção – apenas 1,4% da amostra.

A explicação para esta lacuna deve, necessariamente, incluir as fontes de informação. É possível supor que os profissionais fortemente conectados aos temas mais abordados se recordem de reforçar a conexão com o ECA, o que pode não estar ocorrendo com aqueles das demais áreas.

PRINCIPAL FONTE OUVIDA PELA MATÉRIA

Poderes Públicos	43,8%	Especialistas/Técnicos	3,2%
Polícia (Militar ou Civil)	8,4%	Outras pessoas	1,7%
Judiciário	7,8%	Fundações/Institutos	1,5%
Ministério Público	7,6%	Crianças e/ou adolescentes vitimizadas	1,4%
Executivo Estadual	6,7%	Outros conselhos	1,2%
Executivo Federal	4,2%	Outras crianças e/ou adolescentes	1,2%
Legislativo Federal	3,5%	Associações	1,1%
Executivo Municipal	3,3%	Familiares de crianças e/ou adolescentes vitimizadas	0,7%
Legislativo Estadual ou Distrital	1,0%	Associação Brasileira dos Magistrados pela Infância	0,4%
Sistema de aplicação de medidas de privação de liberdade	0,6%	Unicef	2,8%
Legislativo Municipal	0,5%	Outros Organismos Internacionais	1,4%
Defensorias	0,2%	Empresas (não estatais)	0,7%
Sociedade Civil	27,1%	Universidades	0,7%
Organizações da Sociedade Civil	7,5%	OAB	0,6%
Conselhos Tutelares	3,7%	Outros	3,5%
Conselhos de Direitos	3,5%	Não foi possível identificar	19,6%

Vozes predominantes

A lista das principais fontes ouvidas está de acordo com o perfil geral da cobertura, centralmente voltada para questões do sistema de execução de medidas sócio-educativas e para temáticas de Violência. Assim, as instâncias mais consultadas são a Polícia, o Judiciário e o Ministério Público.

Vale destacar, contudo, que não há um amplo predomínio de uma determinada categoria de fonte. Ao contrário, há uma grande diversificação institucional entre os entrevistados. Apesar de positivo, isso não garante uma pluralidade de opiniões nas matérias avaliadas: a pesquisa da Rede ANDI Brasil ressalta que, apesar de 40% dos textos possuírem mais de um ator ouvido, somente um quarto deles contempla opiniões divergentes.

CENÁRIO NACIONAL

O monitoramento anual realizado pela ANDI em 50 jornais de todas as regiões do País oferece também dados interessantes sobre o grau de intimidade que a imprensa brasileira desenvolve em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao longo de 2003, apenas 1,29% dos textos referentes ao universo da infância e da adolescência faziam menção ao ECA. Em 2004, o índice sobe para 1,54%, o que ainda representa uma parcela ínfima da cobertura total. Mas da mesma forma que na pesquisa elaborada pela Rede ANDI Brasil, em ambos os períodos o Estatuto é citado positivamente na maioria das matérias. Em 2003, 87,10% delas eram favoráveis ao ECA. Já em 2004, o número sobe para 93,88%. Vale assinalar, contudo, que tais resultados não implicam, necessariamente, em uma cobertura de grande profundidade analítica ■

JORNAIS QUE MAIS MENCIONAM O ECA*

A Tarde (Salvador – BA)	1º	5,7%
O Povo (Fortaleza – CE)	1º	5,7%
Gazeta do Povo (Curitiba – PR)	2º	4,2%
Estado de Minas (Belo Horizonte – MG)	3º	4,0%
Diário do Nordeste (Fortaleza – CE)	4º	4,0%
O Estado do Paraná (Curitiba – PR)	5º	3,5%
Correio da Bahia (Salvador – BA)	6º	3,3%
A Crítica (Manaus – AM)	7º	3,1%
Folha de Londrina (Curitiba – PR)	8º	2,9%
Jornal do Commercio (Recife – PE)	9º	2,8%
Correio de Sergipe (Aracaju – SE)	9º	2,8%
O Paraná (Curitiba – PR)	10º	2,6%
Diário de Pernambuco (Recife – PE)	10º	2,6%

*Percentual em relação ao total de textos analisados. Vale destacar que essa tabela é meramente quantitativa; portanto, não é possível aferir por meio dela a qualidade das matérias.

RESGATE DA CIDADANIA

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído em 1990 com o objetivo de resgatar juridicamente a cidadania e a atenção universalizada a toda a infância e adolescência brasileiras. Sua criação é fruto de amplo movimento da sociedade civil organizada, que reivindicou com ações propositivas a garantia de direitos pessoais e sociais a essa população.

O Estatuto regulamenta normas quanto à educação, à saúde, à liberdade, à dignidade e à convivência familiar, além de estender-se sobre questões ligadas ao esporte, à cultura e ao lazer de meninos e meninas, desde a gestação até os 18 anos incompletos. Por ele são também reguladas as formas de prevenção à ameaça e à violação desses direitos, além de estabelecidas as normas a serem utilizadas para corrigir tais desvios.

O novo ordenamento jurídico introduziu mudanças significativas em relação à legislação anterior, o chamado Código de Menores, substituindo o modelo da doutrina da situação irregular pelo enfoque de proteção integral, concepção sustentadora da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 1989.

O ECA é uma legislação considerada revolucionária e modelo internacional de estruturação da relação do Estado com as temáticas da infância e adolescência. Seu texto coloca crianças e adolescentes na condição de sujeitos de direito e introduz uma ampla reordenação da forma como a sociedade se relaciona com o Poder Público, além de transformar profundamente o entendimento que até então se tinha das políticas voltadas para esses segmentos populacionais.



CONCERTO DE POUCAS VOZES

Número de fontes por notícia evidencia que o diálogo entre redações e atores sociais deve ser estimulado. O Governo Federal é responsável pela maioria das informações publicadas

O fato de a mídia impressa brasileira ter ampliado, em 2003 e 2004, o espaço dedicado a notícias de cunho social – em parte pautada pela expansão dos debates neste setor patrocinada pela agenda política do governo Lula – acabou não se refletindo em uma maior pluralidade de fontes de informação consultadas.

Segundo o levantamento da ANDI, o número de inserções sobre crianças e adolescentes cresceu 19,47% de 2002 para 2003 e 31,07% de 2003 para 2004, no que se refere aos 50 jornais monitorados comuns a esses anos. Entretanto, o índice de fontes de informação por notícia publicada caiu no período 2002-03 de 1,11 para 1,04. Já em 2004, a média subiu para 1,18 fonte por notícia, mas esse resultado permanece indicando que cada matéria é baseada praticamente em uma única voz.

Ao consultar um conjunto limitado de fontes, os profissionais da mídia colocam em risco a qualidade e mesmo a credibilidade da informação. A pequena diversidade de pontos de vista afeta o debate público democrático e reduz o horizonte temático. O compromisso com a imparcialidade cai sob suspeita e quem perde é o leitor,

prejudicado no entendimento dos fatos centrais da realidade cotidiana.

A versão oficial

O Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Polícia – foi responsável por 35,83% das fontes consultadas em 2003, o que representou uma pequena diminuição se comparado a 2002, quando seu índice de participação ficou em 36,91%. Essa tendência, porém, é revertida em 2004, com um crescimento para 40,52% das consultas. Fato muito importante é que o espaço dedicado às fontes policiais, também contabilizadas como ator da área governamental, registraram, proporcionalmente, uma queda nos últimos anos pesquisados (*mais detalhes estão no capítulo sobre Violência, na página 39*). O aumento da participação do Poder Público na cobertura de 2004 se deu, sobretudo, devido ao impressionante crescimento de 88,5% das informações provenientes da esfera federal do governo.

Em primeiro lugar na preferência dos jornalistas que cobrem o universo da infância e da adolescência, portanto, estão agora as fontes do Executivo Federal, responsá-

FONTES DE INFORMAÇÃO CONSULTADAS*

Fontes	2004**	2003**	2002**
Poderes Públicos	40,52%	35,83%	36,91%
<i>Executivo Federal</i>	10,33%	5,98%	5,48%
<i>Executivo Estadual</i>	8,06%	7,46%	6,68%
<i>Executivo Municipal</i>	5,54%	6,42%	6,64%
<i>Legislativo</i>	2,36%	2,38%	1,57%
<i>Judiciário</i>	2,25%	1,28%	2,02%
<i>Ministério Público</i>	1,88%	1,89%	1,99%
<i>Polícia</i>	10,10%	10,42%	12,51%
Sociedade Civil	36,97%	44,8%	44,22%
<i>Especialistas</i>	9,97%	12,89%	12,03%
<i>Cidadãos Comuns</i>	5,19%	8,34%	6,74%
<i>Personalidades/ Artistas</i>	0,95%	-	-
<i>Família</i>	6,35%	8,7% ¹	9,4%
<i>Criança/Adolescente</i>	4,36%	5,17%	4,82%
<i>Associações/Sindicatos</i>	4,91%	4,7%	4,74%
<i>Organizações da Sociedade Civil</i>	2,44%	2,53%	3,2%
<i>Fundações/Institutos</i>	1,59%	1,13%	1,77%
<i>Conselhos Tutelares</i>	0,36%	0,73%	0,71%
<i>Conselhos de Direitos</i>	0,42%	0,4%	0,46%
<i>Conselhos de Políticas Públicas</i>	0,43%	0,2%	0,35%
Unicef	0,49%	0,49%	0,65%
Outros Organismos Internacionais	3,32%	1,26%	1,95%
Comunidade Escolar	5,57%	6,37%	6,86%
<i>Profissionais de Ensino</i>	3,94%	4,63%	5,41%
<i>Alunos</i>	1,63%	1,74%	1,45%
Universidades	3,02%	2,33%	3,28%
Empresas	3,20%	2,94%	2,59%
Serviços de Saúde	1,71%	1,86%	2,22%
Igreja	0,75%	0,59%	0,75%
Candidatos / Partidos Políticos	0,71%	0,26%	0,56%
Não foi possível identificar	3,72%	2,83%	-

* Os dados são resultado da soma dos números relativos aos dois grupos de fontes de informação analisados ao longo dos anos: Ouvidas e Estatísticas.

** O universo de 2002 se refere a 50 jornais acompanhados; de 2003, a 54 jornais; e de 2004, a 60 jornais.

A VOZ DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES*

Tema	2004		2003	
	Adolescente	Criança	Adolescente	Criança
Acidentes	0,07%	0,02%	0,01%	0,02%
Comportamento	0,53%	0,19%	0,70%	0,24%
Consumo	0,05%	0,05%	0,06%	0,03%
Cultura	0,45%	0,26%	0,36%	0,30%
Deficiências	0,02%	0,04%	0,03%	0,03%
Desaparecidos	0,00%	-	0,01%	0,02%
Direitos & Justiça	0,31%	0,20%	0,40%	0,16%
Drogas	0,11%	0,03%	0,10%	0,01%
Educação	1,13%	0,33%	1,34%	0,48%
Esporte	0,64%	0,11%	0,46%	0,06%
Exploração do Trabalho Infantil	0,15%	0,02%	0,14%	0,06%
Abuso & Exploração Sexual	0,15%	0,06%	0,23%	0,06%
Medidas Sócio-educativas	0,09%	-	0,10%	-
Meio Ambiente	0,13%	0,07%	0,05%	0,03%
Mídia	0,02%	-	0,02%	-
Migração & Deslocamento	0,01%	0,01%	-	-
Mortalidade Infantil	-	-	-	-
Saúde	0,22%	0,05%	0,16%	0,09%
Sexualidade	0,02%	-	-	-
Situação de Rua	0,00%	-	0,06%	0,03%
Terceiro Setor	0,21%	0,14%	0,23%	0,17%
Trabalho	0,08%	-	0,09%	0,02%
Violência	0,60%	0,12%	0,71%	0,20%
Total	5,02%	1,70%	5,26%	1,91%

* Percentuais em relação ao total de Fontes Ouvidas

veis por 10,33% de todas as vozes ouvidas, tendo superado os Especialistas que, em 2003, ocupavam o primeiro lugar (veja a tabela da página anterior). Esse aumento pode, ao menos em parte, ser explicado pela consolidação, em 2004, da equipe do Governo Federal responsável pelas políticas dirigidas a esses segmentos etários – a qual ainda estava em formação no ano anterior. Afinal, o Executivo tem que ser ouvido quando se trata de iniciativas oficiais amplas, por exemplo, de combate à pobreza.

As fontes do Executivo Federal não apenas predominaram em 2004 entre os Poderes Públicos como ainda evoluíram de 16,69% para 25,49%. De novo, aqui deve-se levar em conta que estão sendo computadas em separado as vozes referentes à Polícia Federal.

Além da tendência de concentração das fontes no Executivo Federal, por um lado, e da redução das consultas à Polícia de outro, houve em 2003 um acréscimo sensível na presença do Poder Legislativo – Câmara dos Deputados e Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais – na agenda da infância, algo incomum em um ano sem eleições. De 2002 para 2003, o índice relativo ao Legislativo cresceu de 1,57% para 2,38%, tendo, curiosamente, se mantido estável (2,36%) em 2004, ano eleitoral, quando se esperava um aumento mais significativo do espaço concedido a vozes de legisladores. Isso pode denotar que os assuntos voltados às condições e aos direitos de crianças e adolescentes não estiveram no centro das discussões de candidatos, prefeitos e vereadores.

Importante também destacar a oscilação da presença do Poder Judiciário na mídia, que tendo sofrido uma queda expressiva de 2002 para 2003, no ano seguinte, dobrou sua participação. Boa parte desse aumento verificado em 2004 pode ser atribuído à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre aborto de fetos anencefálicos, que provocou amplo debate na imprensa.

Retrocesso da voz civil

A composição do universo de atores sociais consultados pela mídia em 2003 permanece semelhante à verificada no ano anterior. As fontes da Sociedade Civil destacaram-se como as mais presentes no noticiário, com 44,8% das citações, praticamente o mesmo índice de 2002. Mas em 2004 esses atores perdem espaço para os Poderes Públicos, notadamente para o Executivo Federal, que, como já foi destacado, ampliou significativamente sua presença.

Um dos aspectos que mais contribuíram para esse retrocesso foi a subtração da visibilidade concedida aos Especialistas – técnicos convidados a opinar sobre assuntos de relevância –, com uma redução, em 2004, de 17,12% em relação

a 2002, colocando-os em terceiro lugar no quadro geral, abaixo inclusive das fontes policiais. Também diminuiu no último ano a presença na mídia dos Cidadãos Comuns, da Família, da Criança e do Adolescente, das Organizações da Sociedade Civil, dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos (veja a tabela da página anterior).

À menor participação das organizações não-governamentais se contrapõe o avanço da presença de Sindicatos, Fundações e Institutos Empresariais – braços sociais de empresas privadas. Embora não tivessem escapado da tendência geral de queda verificada em 2003, as Associações/Sindicatos e Fundações/Institutos recuperaram-se em 2004, com um avanço de 11,49% em relação ao ano anterior. O fato merece atenção, pois esta última categoria representa um papel de especial importância na agenda da infância e da adolescência brasileira, estando diretamente engajada no enfrentamento dos problemas sociais que afetam este público – e, nesse sentido, trabalhando a partir de estratégias alinhadas com os parâmetros de Diversidade e Desenvolvimento Humano.

Escola e Família

Em meio à queda quase generalizada de representantes da Sociedade Civil como fonte de informação, é fundamental registrar o aumento do volume de entrevistas de meninos e meninas em ambiente escolar – uma alta de 11,04% entre 2002 e 2004. Vale lembrar, porém, que no universo de fontes consultadas o recorte ocupado pela infância e adolescência é ainda muito limitado (5,17% do total de atores ouvidos, em 2003, e 4,36%, em 2004). Ou seja, agrava-se a prática de não incluir o público infanto-juvenil no debate dos assuntos que lhe dizem respeito (veja a tabela da página anterior).

Já a voz da Família, também de grande relevância nas notícias ligadas à criança e ao adolescente, caiu sucessivamente entre 2002 e 2004 – de 9,4% para 8,71% em 2003 e, em seguida, para 6,35%. Outro fator preocupante é a diferença entre o número de mães e pais consultados. Na edição anterior do relatório **Infância na Mídia**, elas foram ouvidas 153,03% mais do que os pais. Em 2003, este indicador ficou em 162,36%, e em 2004, em 156,05%. Por um lado, a participação desproporcional de mães em relação a pais se dá pelo fato de que um terço das famílias pobres são chefiadas por mulheres, segundo o último Censo do IBGE. Por outro, há decididamente um contexto cultural que identifica na mulher a principal responsável pelos filhos. Ao ouvir prioritariamente as mães, a imprensa acaba reforçando estereótipos que contribuem para as condições de desigualdade de gênero intra-familiares ■

O DIÁLOGO COM OS CONSELHOS

Ainda apresenta dificuldades a relação entre a mídia e a maioria dos setores que integram o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente. A consulta aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos Tutelares é pouco expressiva em relação a outras categorias. E apesar do avanço observado para Conselhos de Políticas Públicas – de Educação, de Saúde ou de Assistência Social, entre outros –, a presença destas instâncias definidas pela Constituição de 1988 permanece bastante reduzida, tanto em 2003 como em 2004.

Se, por um lado, os jornalistas ainda procuram pouco os Conselhos, de outro, os representantes desses colegiados também não apresentam muita intimidade com os meios de comunicação. Além disso, problemas como infra-estrutura inadequada e reduzida capacitação dos conselheiros para lidar com a imprensa prejudicam um diálogo mais eficiente e profissional.

Segundo Rubens Pra, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especialista em instâncias democráticas, a falta de visibilidade dos Conselhos também advém do fato de o País não ter uma cultura geral de participação. “É comum um brasileiro falar ser um cidadão que não se mete em política”, afirma Pra. Assim, a participação popular nas decisões é subestimada, e as instâncias postas à disposição dos cidadãos não são aproveitadas como deveriam. “Isso se reflete na imprensa, que esquece, e até mesmo despreza, esse importante espaço de participação democrática”, aponta.

Novos recursos

Foi com o objetivo de fortalecer e qualificar as estratégias de comunicação social de Conselhos Tutelares e de Direitos que a ANDI e o Conanda desenvolveram ao longo de 2003 e 2004, com recursos destinados pela Petrobras ao Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o projeto *Mídia e Conselhos – Aliança Estratégica na Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente*. Além da qualificação dos conselheiros por meio de seminários, a iniciativa envolveu uma ampla campanha publicitária em torno da função dos Conselhos Tutelares e a elaboração de um guia com dicas práticas para ampliar o intercâmbio entre conselheiros e meios de comunicação.

O projeto viabilizou também uma detalhada pesquisa quanti-qualitativa sobre a produção editorial de 54 dos principais jornais brasileiros, em 2003. O estudo revela que, do total de 115.148 matérias sobre crianças e adolescentes monitoradas pela ANDI naquele período, apenas 3% fizeram alguma referência aos Conselhos Tutelares, de Direitos, de Educação, de Assistência Social e de Saúde. Desses, os Tutelares foram os mais citados: eles figuram em 63,4% dos textos que mencionam algum desses colegiados.

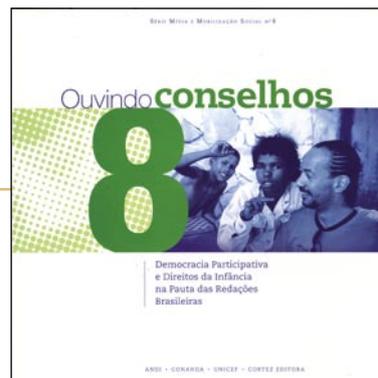
Os resultados da pesquisa estão no livro *Ouvindo Conselhos – Democracia Participativa e Direitos da Infância na Pauta das Redações Brasileiras*, que constitui o oitavo volume da Série Mídia e Mobilização Social, coordenada pela ANDI. Além de diversos dados sobre a cobertura da imprensa, a obra traz um guia de fontes de informação e reflexões de jornalistas e de especialistas na área dos direitos das crianças e dos adolescentes.

PRÓ-CONSELHO BRASIL

Ampliar e fortalecer os Conselhos dos Direitos, Tutelares e Fundos da Infância e da Adolescência (FLA) do País é a meta do Programa Pró-Conselho Brasil, lançado em junho de 2004. Ele envolve quatro projetos. O “Conhecendo a Realidade” irá viabilizar diagnóstico nacional da situação dos Conselhos; o “Conselhos do Brasil” vai estimular a criação dessas instâncias onde não existam; o “Fundo Amigo” visa divulgar o FLA e incentivar o repasse de imposto de renda devido, e o “Capacitação” pretende oferecer ações formativas aos conselheiros.

As estratégias foram inspiradas no Pró-Conselho, desenvolvido desde 2001 pelo Instituto Telemig Celular em Minas Gerais, em parceria com Unicef, Conselho Estadual dos Direitos e Ministério Público Estadual. Em 2001, existiam 276 Conselhos Municipais de Direitos e 223 Tutelares no estado. Em janeiro de 2005, já eram 764 e 640, respectivamente.

O Pró-Conselho Brasil é uma aliança estratégica entre o Instituto Telemig Celular, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Banco do Brasil. É realizado com o apoio da ANDI, Unicef e outras organizações, em estreita parceria com os Conselhos Estaduais. Veja mais no site www.proconselho.org.br.





PAUTAS LEVES LIMITAM ENFOQUE NO SOCIAL

Interesse pela infância e adolescência aumenta substancialmente em 2004. Mais espaço, porém, não se traduz em discussões abrangentes e aprofundadas sobre temas sociais nas páginas das revistas

No segundo ano da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, assistiu-se à dissipação de muitas expectativas na área social. O período foi marcado por freqüentes críticas ao desempenho do governo na condução de políticas e programas do setor. Foi em 2004, também, que as revistas do País dedicaram o maior espaço à agenda da infância e adolescência desde 2002: a ANDI registrou 1.999 páginas voltadas para esse segmento, o que equivale a um aumento de 178,02% em relação a 2003 – ano em que Lula assumiu o poder e no qual se esperava que a cobertura, respondendo ao discurso do recém-empossado presidente, ampliasse o foco nos temas relativos aos direitos das novas gerações. Naquele ano, contudo, o universo infanto-juvenil esteve refletido em 719 páginas, quantidade inferior a de 2002 (1.016).

Uma leitura mais atenta dos conteúdos veiculados aponta, contudo, que o expressivo aumento no número de textos sobre infância e adolescência nas revistas, ve-

rificado em 2004, não pode ser atribuído à ampliação de investigações e discussões de temáticas sociais mais densas e abrangentes. Ele se deve, principalmente, ao destacado incremento na quantidade de pautas sobre Saúde e Comportamento – assuntos que contavam com 106 e 125 ocorrências em 2003, respectivamente. Em 2004, estes números – que já eram altos em proporção aos índices dos outros temas abordados – triplicaram, alcançando 354 e 350 textos, seguindo uma tendência editorial não só na pauta da infância e da adolescência.

Avanços de conteúdo com maior significância acabaram sendo identificados apenas nas áreas de Cultura, de Direitos & Justiça e, especialmente, de crianças e adolescentes em Situação de Rua, assunto que viu seu espaço nos jornais ser reduzido em 2004.

Leitura diversificada

Vale destacar aqui o potencial das revistas no exercício de um jornalismo mais reflexivo. Em razão de sua perio-

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATÉRIAS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Revistas		Número de Inserções			
		2004	2003	2002	Variação (%) (2002 - 2004)
Semanais	Época	388	180	285	36,14%
	Veja	333	161	169	97,04%
	IstoÉ	373	134	239	56,07%
	Carta Capital	350	63	86	306,98%
Femininas	Cláudia	235	71	117	100,85%
	Marie Claire	96	28	18	433,33%
	Criativa	45	14	28	60,71%
	Uma	73	13	20	265,00%
Economia	Exame	62	35	36	72,22%
	Amanhã	44	22	18	144,44%
Total		1999	721	1016	96,75%

dicidade semanal ou mensal, seus repórteres costumam ter mais tempo para aprofundar as investigações, consultando múltiplas fontes e se empenhando no debate de soluções para os desafios que impactam o País. Essas características, ao menos potencialmente, asseguram às revistas uma vantagem em relação aos jornais diários, mais engessados pelas exigências da cobertura factual.

Por outro lado, é importante lembrar que as publicações acompanhadas pela ANDI estão inseridas em segmentos bastante diferenciados: semanais, femininas e econômicas (*veja a tabela acima*).

As femininas foram as que tiveram maior aumento proporcional de espaço editorial ao longo de 2004, com 256,35% mais matérias dedicadas a crianças e adolescentes do que no ano anterior. Curiosamente, foi este segmento também que mais recuou em 2003, em relação a 2002: 31,14%. As revistas semanais seguiram padrão similar: reduziram o volume de textos em 30,93%, ao longo de 2003, crescendo no ano seguinte em 168,4%. Nesse segmento, merece destaque a *Carta Capital* que, no período, variou 306,98%. Em 2004, quando a revista alcançou seu número recorde de inserções sobre infância e adolescência, o tema Internacional abarcou cerca de um quarto das notícias. Apenas as econômicas não tiveram oscilação negativa em 2003: o índice de evolução foi de 5,55%, avançando mais 85,96% em 2004.

Assuntos priorizados

Como já foi ressaltado, no universo de matérias dedicadas às crianças e aos adolescentes reinam as pautas de Saúde e Comportamento, em ascensão nos dois anos avaliados no presente relatório. Em Saúde, o crescimento foi impulsionado pelo foco em questões de saúde materna, como gravidez, amamentação e aborto. Já Comportamento contou com uma forte atenção à discussão de relacionamentos entre pais e filhos.

É tradicional o fato de a maioria das revistas semanais priorizar questões de Comportamento e Saúde. Dados da Editora Abril mostram que as publicações que estampam na capa matérias de Saúde e Sexo, por exemplo, chegam a vender 20% mais do que as que trazem manchetes sobre política e economia. O processo de monitoramento desenvolvido pela ANDI demonstra que, em 2003, o segmento das semanais foi responsável por 32,04% dos textos sobre Comportamento e Saúde veiculados nas revistas e, no ano seguinte, por 35,22%. Merece destaque a constatação de que a *Veja*, sozinha, respondeu pela metade dessa produção em 2003.

Aspectos preocupantes

Se levarmos em conta que já existem revistas cujo perfil editorial é, por definição, centrado nesse tipo de temática – as femininas, por exemplo –, nos deparamos com uma situação pouco equilibrada em relação à agenda dos direitos da infância e da adolescência. O repórter Camilo Vannuchi, da *IstoÉ*, acredita, porém, que o papel dessa categoria de publicações é realmente fugir da pauta cotidiana. “O jornal e a televisão abordam diariamente as questões sociais, de política e economia. Já as revistas têm também uma função de entretenimento, de trazer assuntos de Comportamento, Cultura. Geralmente, são lidas durante o fim de semana, enquanto o jornal é lido mais pela obrigação de se manter informado. E é notório que as capas com temas de Comportamento vendem mais”, diz.

Para ele, emplacar matérias sobre questões sociais relevantes, entre as quais aquelas relacionadas aos direitos da população infanto-juvenil, não é tarefa fácil para as publicações semanais. “As revistas estão abertas para os temas de infância e adolescência, mas não sempre. É preciso deixar passar algumas semanas para trazer de volta o assunto. Então, o que acontece é que acabam destinando dez páginas para Comportamento e duas para Cidadania”, contemporiza o repórter.

TEMAS MAIS ABORDADOS DE 2002 A 2004 NAS REVISTAS

	2004	2003	2002
Saúde	17,71%	14,74%	15,23%
Comportamento	17,51%	17,39%	15,68%
Internacional	12,11%	10,15%	10,43%
Direitos & Justiça	11,36%	9,32%	11,70%
Educação	7,80%	10,43%	9,52%
Violência	6,90%	8,90%	6,62%
Cultura	6,60%	5,84%	8,61%
Terceiro Setor	4,50%	11,27%	7,25%
Consumo	2,35%	1,39%	2,45%
Abuso & Exploração Sexual	2,15%	2,23%	4,35%
Drogas	1,60%	1,67%	3,81%
Deficiências	1,40%	0,28%	0,63%
Sexualidade	1,30%	0,00%	0,00%
Esporte	1,00%	0,56%	0,18%
Exploração do Trabalho Infantil	0,95%	0,83%	1,09%
Medidas de Reinserção Social	0,95%	0,70%	0,00%
Trabalho	0,95%	0,83%	0,82%
Mídia	0,90%	2,78%	1,00%
Situação de Rua	0,60%	0,00%	0,00%
Mortalidade Infantil	0,55%	0,14%	0,09%
Meio Ambiente	0,50%	0,00%	0,18%
Acidentes	0,25%	0,42%	0,27%
Desaparecidos	0,05%	0,14%	0,09%

A constatação de Vannuchi justifica os índices de abordagem de assuntos como Educação, Violência, Drogas e Abuso & Exploração Sexual registrados em 2004. Essas temáticas, apesar de computarem aumentos em termos absolutos, viram reduzida sua participação proporcional, em relação ao conjunto de textos.

Lacuna na cobertura

Um outro indicador reforça a percepção de que o forte crescimento quantitativo identificado na produção das revistas ao longo de 2004 não refletiu-se em maior consistência no debate sobre as questões essenciais à promoção e garantia dos direitos das novas gerações: aspectos relacionados às Políticas Públicas, de importância crucial para os destinos de meninos e meninas, foram mencionados em 1,35% dos textos veiculados em 2004 – número que representa também grave recuo comparado ao do ano anterior, que foi de 5,5%.

Um outro indício do escasso interesse pelas Políticas Públicas é a reduzida menção a estatísticas geradas por instituições que investigam e produzem dados sobre a situação da criança e do adolescente, como Unicef, OIT, Ipea e as universidades.

O CENÁRIO DA DIVERSIDADE E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Assim como ocorreu com os jornais, pela primeira vez o relatório **Infância na Mídia** investiga mais profundamente a cobertura dada pelas revistas às questões de Diversidade. O tema Deficiências, que apareceu em apenas 0,27% do total dos textos em 2003, cresceu para 1,4% em 2004, participação ainda bastante restrita. Aspectos de Raça/Etnia foram citados em 6,68% do material analisado em 2003; em 2004, cai substancialmente para 1,3%. Da mesma forma, a menção às questões de Gênero registrou uma queda significativa no período analisado: de 5,71% para exíguos 0,2% das matérias.

Chama a atenção o fato de as revistas femininas não se destacarem na abordagem de Gênero. Com uma cobertura historicamente relacionada à ascensão da mulher, seja no mercado de trabalho, seja em relação às conquistas na área da sexualidade, atualmente essas publicações não demonstram tão claramente a preocupação em relacionar aspectos de Gênero à abordagem de temas da infância e da adolescência. Mesmo *Marie Claire*, que em 2003 foi a revista que mais trabalhou esta interface, em 2004 não manteve o foco.

Para a jornalista Heloísa Helvécia, ex-diretora da *Marie Claire*, isso é um dos efeitos da guerra comercial que ronda as revistas femininas. Ela acredita que o universo da mulher é muito mais amplo do que o retratado nas páginas dessas publicações, repletas de estereótipos. “Elas mostram o que costumam chamar de ‘receitas de bolo’, matérias do tipo ‘como agarrar um homem’. São ferramentas muito utilizadas para alavancar as vendas”, avalia. Segundo a jornalista, a necessidade de responder às dificuldades do mercado não deveria impedir a atenção a outros tipos de abordagem: “Acho que revista é entretenimento, mas também deve exercer uma função de utilidade pública”.

PLURALIDADE DE FONTES

Do ponto de vista das fontes consultadas nas revistas, o relatório **Infância na Mídia** anterior, de 2002, havia registrado uma concentração na opinião de Especialistas e Cidadãos Comuns, consequência da opção editorial em privilegiar histórias individuais em detrimento de reflexões sociais. Mas em 2003 foi possível identificar, ainda que em pequena escala, uma saudável tendência à diversificação de fontes. Passaram também a dividir as atenções vozes vindas do Executivo, das Universidades e da Família (especialmente as Mães). As revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* foram as que mais recorreram aos Especialistas. *Criativa* ficou em último lugar.

Em 2004, os Cidadãos Comuns foram ainda menos ouvidos que no ano anterior. Os Especialistas, conjuntamente com a Família, foram responsáveis pelo marcante aumento de 27,74% da participação da Sociedade Civil, confirmando uma tendência contrária à observada para os jornais diários.

No entanto, a elevação do patamar de fontes da Sociedade Civil se deu também às custas da menor consulta aos Organismos Internacionais e à Comunidade Escolar, vozes muito relevantes para a construção de notícias relacionadas ao público infantil e adolescente. Vale destacar que o menor volume de fontes ligadas à Escola se deve à redução da presença de temáticas de Educação no total de textos analisados. As revistas não avançaram tampouco no espaço dedicado a voz das crianças e dos adolescentes: sua participação nas matérias se reduziu de 5,28% para 4,69%, entre 2003 e 2004.

Vozes pouco presentes

Ausências verificadas na abordagem das revistas em 2002 persistiram em 2003 e se agravaram em 2004. Apesar da maior diversificação de fontes de informação verificada no último período analisado, há muitas instâncias relevantes para qualificar a cobertura do universo infanto-juvenil que ainda são pouco procuradas pelos jornalistas. Este é o caso, por exemplo, de vozes pertencentes à esfera do Executivo Estadual e Municipal. Apesar de terem figurado num número maior de textos ao longo de 2004, eles ainda são bem menos ouvidos do que o Executivo Federal e as fontes policiais. Mesmo levando-se em consideração o fato de que essas publicações devem responder às demandas editoriais impostas por uma circulação de âmbito nacional, não se justifica esquecer que as instâncias de tomada de decisão locais são as que tratam mais diretamente das questões da infância e da adolescência.

Além disso, é importante mencionar a pequena participação dos profissionais ligados à educação, dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos e dos Organismos Internacionais como fontes. Mesmo constituindo atores capazes de enriquecer a cobertura com dados estatísticos e/ou com opiniões qualificadas, eles são tão pouco citados que, juntos, têm participação inferior à das fontes policiais ■

FONTES OUVIDAS NAS REVISTAS

	2004	2003
Sociedade Civil	73,99%	57,92%
<i>Especialistas</i>	40,22%	26,53%
<i>Família</i>	16,01%	9,77%
<i>Cidadãos Comuns</i>	4,96%	5,21%
<i>Criança/ Adolescente</i>	4,69%	5,28%
<i>Organizações da Sociedade Civil</i>	3,42%	3,78%
<i>Personalidades/ Artistas</i>	2,24%	-
<i>Fundações/ Institutos</i>	1,14%	4,28%
<i>Conselhos de Direitos</i>	0,83%	0,36%
<i>Associações/ Sindicatos</i>	0,39%	2,14%
<i>Conselhos Tutelares</i>	0,04%	0,21%
<i>Conselhos de Políticas Públicas</i>	0,04%	0,36%
Poderes Públicos	13,95%	16,12%
<i>Executivo Federal</i>	5,35%	9,84%
<i>Polícia</i>	2,76%	2,14%
<i>Executivo Estadual</i>	1,62%	1,43%
<i>Executivo Municipal</i>	1,40%	0,93%
<i>Legislativo</i>	1,36%	0,64%
<i>Ministério Público</i>	0,79%	0,36%
<i>Judiciário</i>	0,66%	0,78%
Empresas	4,69%	4,78%
Outros Organismos Internacionais	2,50%	6,28%
Comunidade Escolar	1,75%	2,14%
<i>Profissionais de Ensino</i>	1,75%	0,64%
<i>Alunos</i>	-	1,50%
<i>Candidatos / Partidos Políticos</i>	0,92%	0,50%
Igreja	0,83%	0,29%
Universidades	0,75%	1,85%
Unicef	0,31%	0,14%
Serviços de Saúde	0,22%	1,64%
Não foi possível identificar	0,09%	8,35%

A missão da ANDI é contribuir para a qualidade da informação pública em torno de temas relevantes para a promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência. Para isso, busca estimular o diálogo pró-ativo, profissional e ético entre os atores da sociedade civil organizada e a mídia.

A comunicação é cada vez mais percebida como instrumento fundamental para a promoção e consolidação dos processos de transformação social. Em janeiro de 2004, a ANDI tornou-se a primeira organização não-governamental com foco na área de comunicação a destacar-se entre os três vencedores do *Prêmio Japão para o Projeto Mais Inovador de Desenvolvimento*, oferecido anualmente pela instituição Global Development Network (GDN).

Os principais critérios para a escolha dos projetos são a possibilidade de replicação em outros contextos e o amplo impacto social de suas ações. Para alcançar esse reconhecimento, a ANDI passou por um extenso processo de avaliação realizado por especialistas internacionais. A proposta de expansão de suas tecnologias de atuação para outros países foi escolhida entre mais de 130 iniciativas de todo o mundo, sendo a maior parte delas formada por grandes projetos de ação direta nas comunidades.

FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO INFÂNCIA NA MÍDIA – ANDI
(ISSN 1519-1702) ANO 10 / NÚMERO 14 / JULHO 2005

ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

PRESIDENTE DO CONSELHO
Cenise Monte Vicente

DIRETOR-EDITOR
Veet Vivarta

DIRETOR DE PLANEJAMENTO
Marcus Fuchs

RELATÓRIO INFÂNCIA NA MÍDIA

REALIZAÇÃO
ANDI

APOIO
Unicef, Instituto Telemig Celular e Instituto Ayrton Senna

TEXTO
Patrícia Andrade, Maysa Provedello e Kido Guerra

PRODUÇÃO
Denise Caputo, Aline Falco, Ana Flávia Flôres, Patu Antunes, Monalisa Silva, Pedro Ivo Alcântara e Yara Aquino

CLIPAGEM E CLASSIFICAÇÃO
Coordenação: **Railssa Alencar, Fábio Senne, Maysa Provedello e Pedro Ivo Alcântara**

Assistentes: **Adriano Duarte, Ana Gabriella Sales, Ana Paula da Conceição, Antônia Amélia da Conceição, Ayumi Vidigal, Bruno Sá Ribeiro, Deilson Vogado, Eduardo Henrique Tavares, Esther Montenegro, Hermes Pena, João Rodrigo de Lavor, Leandro Andrade, Lílian Brandt Calçavara, Márcia Lima Costa, Munich Ferreira Nascimento, Renato Acosta, Renato Araújo, Renato Cardozo, Simone Amorim, Talyta Beatriz, Vanessa Evageluto**
Colaboração: **Alexei Kalupniek, Claudia Gisela da Silva Alves, Dandara Palankof, Daphne Orempuller, Erica Abe, Erica Farias, Erica Nunes, Liana**

Aragão, Livia Botelho, Naitê Almeida, Nissa Madsen, Rafael Baldo, Renata Ramos Vieira, Romenos Arantes Simão, Thiago Wanzeller

CONSULTORIA ESTATÍSTICA
Coordenação: **Guilherme Canela de Souza Godoi**
Assistentes de Pesquisa: **Alexandre Bernardi, Bruna Godoi, Fábio Senne, Paulo Attina, Renato Godoy**
Processamento de Dados: **Wilson Rizzo**
Digitação: **Renata Gonçalves**

DISTRIBUIÇÃO
Ane Lima

PROJETO GRÁFICO
Tool Box Produções Ltda

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
André Nóbrega

FOTOGRAFIAS
Mila Petrillo – p.4 (Creche Cidade Jardim-PI), p.8 (Projeto Edisca), p.12 (Pracatum-BA), p.23, p.24 (Projeto Cria/Miac), p.25 (Laramara), p.29, p.39 (Projeto Edisca-O Jangurussu), p.44 (Projeto Gente Nova-SP), p.48 (Projeto Axé/Canteiro dos Desejos-BA), p.52 (Projeto de Criança-RN); Denise Caputo – p.3, p.17

TIRAGEM
5 mil exemplares

IMPRESSÃO
Coronário Editora Gráfica Ltda.

As opiniões e análises que integram o presente relatório são de responsabilidade exclusiva da ANDI e das fontes de informação mencionadas. É permitida a reprodução de trechos desta publicação, desde que citada a fonte.

ANDI – SDS Ed. Boulevard Center, Bloco A, sala 101 – 70391-900 – Brasília, DF
Fone: (61) 2102-6508 / Fax: (61) 2102-6550
E-mail: andi@andi.org.br
Site: www.andi.org.br